

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PATRÍCIA MENEZES VISENTIN

**GRUPOS PRIVADOS DE MULHERES NA REDE SOCIAL *FACEBOOK* NO  
CONTEXTO DA PANDEMIA DA *COVID – 19* NO BRASIL: ESTÉTICAS DA  
EXISTÊNCIA POSSÍVEIS EM MEIO À GUERRA**

Porto Alegre  
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PATRÍCIA MENEZES VISENTIN

**GRUPOS PRIVADOS DE MULHERES NA REDE SOCIAL *FACEBOOK* NO  
CONTEXTO DA PANDEMIA DA *COVID – 19* NO BRASIL: ESTÉTICAS DA  
EXISTÊNCIA POSSÍVEIS EM MEIO À GUERRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades  
da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa

Porto Alegre

2023

## Ficha Catalográfica

V829g Visentin, Patrícia Menezes

Grupos privados de mulheres na rede social Facebook no contexto da pandemia da Covid - 19 no Brasil : estéticas da existência possíveis em meio à guerra / Patrícia Menezes Visentin. – 2023.

142.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa.

1. Pandemia. 2. Mulheres. 3. Ciberespaço. 4. Governamentalidade. I. Costa, Angelo Brandelli. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

PATRÍCIA MENEZES VISENTIN

**GRUPOS PRIVADOS DE MULHERES NA REDE SOCIAL FACEBOOK NO  
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID – 19 NO BRASIL: ESTÉTICAS DA  
EXISTÊNCIA POSSÍVEIS EM MEIO À GUERRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades  
da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa PUCRS (Orientador)

---

Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez UFRGS

---

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel UFRGS

---

Profa. Dra. Teresa Cristina Shneider Marques PUCRS

Porto Alegre

2023

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todas às mulheres que fizeram parte da pesquisa, se disponibilizando para participar das entrevistas, colaborando genuinamente com meu trabalho. Todos os contatos feitos, desde a minha apresentação para as administradoras e/ ou moderadoras dos grupos solicitando aprovação para contato com as integrantes, até a publicação do convite às mulheres e interação com elas; foram de muita solidariedade e reciprocidade. Sem vocês esse trabalho não seria possível de ser feito da forma como foi. Agradeço ao tempo disponibilizado por todas, a cada história contada, tensionada por uma potência de emoções e saberes que transbordaram cada fala nesse momento de suas vidas.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa, pelo acolhimento desde a ideia em participar da seleção do mestrado, pelo respeito a minha forma de escrita que diz sobre mim, e pela sua *expertise* nos estudos em sexualidade e gênero, sempre acompanhada de um olhar ético e político. Foram, sem dúvida, o maior apoio para guiar a construção da escrita e a organização desse trabalho. Durante o percurso de tudo que envolveu minha inserção no mestrado, existiram momentos de pouca e muita produtividade, abrangendo implicações da minha vida pessoal que tiveram eventos significativos nesses 2 anos e, também, de autocrítica sobre a minha performance acadêmica, envolvendo interpelações de significantes vinculados a instituição Universidade/ Educação. Obrigada pela paciência!

A decisão em ingressar em um Programa de Pós-Graduação relacionado a uma área diferente da minha formação base e, hoje, minha profissão, foi um desafio com impactos que me fizeram amadurecer o olhar, a compreensão e a possibilidade de ação sobre fenômenos que dizem respeito a mim, aos Outros, as coisas e ao mundo; com respeito à cima de tudo.

Agradeço também a colega do meu grupo de pesquisa – Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais/ PVPP coordenado pelo meu orientador, a doutoranda Laura Boeira, por ser disponível. Colegas assim fazem toda a diferença. Principalmente quando o trabalho se encaminha para o final. Obrigada!

Ao Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – coordenador do PPG em História da Universidade, pelos ensinamentos sobre análise do discurso, e pelo olhar crítico sobre o desenvolvimento do meu trabalho. As conversas no bar foram muito importantes!

A minha orientadora da Graduação em Psicologia e Especialização em Saúde Mental Coletiva, Profa. Dra. Cristina Lhullier, por me apresentar o mundo da pesquisa científica e por me ensinar a ter paciência em discussões acadêmicas. As sugestões teóricas oferecidas para a

discussão desse trabalho foram muito importantes, ainda mais por serem dentro da área da Psicologia Social, me deu mais ânimo. Obrigada por poder contar com você!

As colegas do meu PPG e agora amigas, as doutorandas Ana Danielle Cavalheiro e Paula Pureur, pelo companheirismo nas disciplinas cursadas, e a manutenção semanal da minha motivação para seguir trabalhando no meu ritmo.

Agradeço ao melhor amigo de muitos anos, George Lucas Franche que para além do acolhimento contínuo em todas as fases desse trabalho, acompanhou atentamente as inúmeras revisões de todos os capítulos desse texto. Amo você!

Amanda Martins de Barros, Mulher!! Mesmo longe fisicamente (agora na Europa), sempre esteve por perto, curiosa sobre o andamento da pesquisa e torcendo muito por mim. Você é uma das mulheres mais incríveis que eu conheço. Obrigada por tudo!

A Dafne Pivotto minha amiga também de muitos anos, obrigada por sempre me escutar ansiosa para a produção desse trabalho. Obrigada, minha linda!

Ao meu psicanalista Fabrício Carlo Bellei, pelo acolhimento e pela força dentre as inúmeras sessões falando sobre esse trabalho, sempre com muito amor e dedicação mesmo em meio a adversidades cotidianas.

E, finalmente aos meus pais, Salete Mocelim Menezes Visentin, Valter Visentin, e meu irmão, Daniel Visentin, por serem meu maior suporte em todas as decisões tomadas por mim ao longo da minha vida. Amo vocês!

Meu agradecimento a CAPES, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

A pandemia da *Covid – 19* trouxe inúmeros desafios aos governos e populações que foram afetados por ela. Notadamente, países em desenvolvimento – como o Brasil, sofrem de forma mais intensa, por conta das desigualdades sociais que produzem desenfadamente condições e subjetivações precarizadas, aliadas a medidas governamentais que não tomam como prioridade o bem estar social através de ações em políticas públicas e sociais – fundamentais em situações de emergência global. As dificuldades cotidianas experienciadas por grupos sociais considerados historicamente mais vulneráveis, como mulheres, *LGBTQIA+*, negros, periféricos, desabrigados - entre outros, coexistem anterior ao início da pandemia, mas são potencializadas em situações de crise, gerando inevitavelmente instabilidade em todos os setores de vida. Neste trabalho, as condições subalternas vivenciadas por mulheres brasileiras no percurso da pandemia são tomadas como fio condutor deste estudo. Na internet, a movimentação de grupos em redes sociais promovidos e postos em prática por mulheres é um fenômeno social desde o ano de 2010 no Brasil; quando na tentativa de denunciar situações de abuso e violência, foram construídos fóruns *online* e outras iniciativas dentro e fora da internet, expandindo as discussões sobre situações vivenciadas por mulheres gerando pontos de tensão entre esfera pública e privada. Grupos privados de mulheres na rede social *Facebook* constituem o universo desta pesquisa, onde mulheres que fazem parte dos 3 grupos elegidos para este trabalho (Boleto +1, Deprê Club e Rede de Apoio às Mulheres), foram convidadas a participar de entrevistas semidirigidas. As entrevistas tiveram como guia questões relacionadas as trajetórias vivenciadas ao longo da pandemia – contemplando diferentes interseccionalidades de mulheres de 4 partes do Brasil, levando em consideração 4 domínios de poder – estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal; envolvendo a compreensão de como se dá a dinamicidade dos grupos – entrada e permanência nestes; a sistematização dos impactos destes grupos *online* na vida de mulheres brasileiras no contexto da pandemia da *Covid – 19* no país. A análise das entrevistas foi realizada a partir de operadores teóricos vinculados a 2 fontes de pensamento: interseccionalidade e autoras que dialogam com o feminismo interseccional e análise do discurso baseada na arqueogenealogia foucaultiana. O feminismo interseccional compreende a integração em sua multiplicidade, de mulheres com suas diferenças, particularidades e especificidades na produção de movimentos pelos direitos, pela liberdade em suas complexas *nuances* e maior emancipação das mulheres na possibilidade real de um mundo mais equânime e (*trans*) formador. Os atravessamentos e interpelações constituídos a partir da leitura social do gênero – enquanto categoria de análise e de divisão social, também são fundamentais para a construção de um olhar crítico sobre o tema desta pesquisa, uma vez que, a partir da nomeação social do gênero são implicadas uma série de normatizações e lugares a serem ocupados e desocupados através de movimentos de resistência individuais e coletivos. A análise de discurso baseada em pressupostos teóricos de Michel Foucault complementa minuciosamente o percurso deste trabalho, pela proposta de desnaturalização de discursos hegemônicos associados a populações e categorias mais vulneráveis – como às mulheres, a partir da análise das complexas relações de poder instituídas em sociedade. Quanto aos resultados, são apresentados dois eixos de análise e discussão, estabelecendo uma interlocução entre eles no que tange as realidades das mulheres entrevistadas, temas e vivências que foram narrados e contados nas entrevistas. O primeiro eixo é: 1) Governo Bolsonaro e autoritarismo no Brasil: pandemia e o governo da classe dominante. Esse capítulo é dividido em duas partes, sendo elas: a) a ascensão das direitas no Brasil em interface com conjunturas políticas e sociais na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República; e b) a negação da pandemia e a precarização da população. Tal eixo aborda condutas adotadas pelo governo federal para o manejo dos impactos da pandemia na população, com destaque para a o estado de precarização de recursos para subsistência aliadas

ao desmonte de políticas públicas e sociais. Já o segundo eixo é: 2) Grupos de mulheres online, capítulo apresentado em duas partes, sendo estas: a) sofrimento ético político, políticas da amizade e o cuidado de si; e b) a solidão das mulheres: abandono do Estado e a completa responsabilização de si. Nele problematiza-se o funcionamento dos grupos selecionados a partir do diálogo entre sofrimento ético-político, políticas da amizade e o cuidado de si e jornadas desamparadas de mulheres, diante do modelo de organização social pautado no sistema patriarcal que radicaliza mulheres a ocuparem lugares sociais inferiorizados, a partir de relações de poder comedidas pelo assujeitamento. Considera-se a importância da ampliação das discussões em diferentes espaços sobre as possibilidades de circulação das narrativas de mulheres de todo o país, integrando diferentes interseccionalidades para a melhor fundamentação de políticas que se atentam para suas reais necessidades e realidades biopsicossociais, em interface com o campo político no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** Pandemia; Mulheres; Ciberespaço; Governamentalidade.

**Área conforme classificação CNPq:** 7.00.00.00-0 Ciências Humanas

**Subárea conforme classificação CNPq:** 7.03.00.00-3 Antropologia

## ABSTRACT

The *Covid-19* pandemic has brought numerous challenges to governments and populations that have been affected by it. Notably, developing countries – such as Brazil, suffer more intensely, due to social inequalities that unbridledly produce precarious conditions and subjectivations, combined with government measures that do not prioritize social well-being through actions in public and social policies – fundamental in global emergency situations. The daily difficulties experienced by social groups historically considered more vulnerable, such as women, *LGBTQIA+*, black people, people from the periphery, the homeless, among others, coexist before the start of the pandemic, but get exacerbated in crisis situations, inevitably generating instability in all sectors of life. In this work, the subaltern conditions experienced by Brazilian women in the course of the pandemic are taken as the guiding principle of this study. On the internet, the movement of groups in social networks promoted and put into practice by women is a social phenomenon since 2010 in Brazil; when in an attempt to denounce situations of abuse and violence, online forums and other initiatives were built on and off the internet, expanding discussions about situations experienced by women, generating points of tension between the public and private spheres. Private groups of women on the social network Facebook constitute the universe of this research, where women who are part of the 3 groups chosen for this work (Boleto +1, Deprê Club and Rede de Apoio as Mulheres) were invited to participate in semi-directed interviews. The interviews were guided by questions related to the trajectories experienced throughout the pandemic – contemplating different intersectionalities of women from 4 different regions of Brazil, taking into account 4 domains of power – structural, cultural, disciplinary and interpersonal; involving the understanding of how the dynamics of the groups occurs – entry and permanence in them; the systematization of the impacts of these online groups on the lives of Brazilian women in the context of the *Covid-19* pandemic in the country. The analysis of the interviews was carried out based on theoretical operators linked to 2 sources of thought: intersectionality, and authors who dialogue with intersectional feminism and discourse analysis based on Foucauldian archeology. Intersectional feminism comprises the inclusion in its multiplicity, of women with their differences, particularities and specificities in the production of movements for rights, for freedom in its complex nuances and greater emancipation of women in the real possibility of a more equitable and (*trans*) formative world. The crossings and interpellations constituted from the social reading of gender – as a category of analysis and social division, are also fundamental for the construction of a critical look at the theme of this research, since, from the social naming of gender, a series of norms and places to be occupied and vacated through individual and collective resistance movements, are implied. Discourse analysis based on Michel Foucault's theoretical assumptions thoroughly complements the course of this work, by proposing the denaturalization of hegemonic discourses associated with more vulnerable populations and categories – such as women, based on the analysis of the complex power relations instituted in society. As for the results, two axes of analysis and discussion are presented, establishing a dialogue between them regarding the realities of the women interviewed, themes and experiences that were narrated and told in the interviews. The first axis is: 1) Bolsonaro government and authoritarianism in Brazil – pandemic and the ruling class government. This chapter is divided into two parts, namely: a) the rise of the right in Brazil in interface with political and social conjunctures in the election of Jair Bolsonaro to the Presidency of the Republic; and b) the denial of the pandemic and the precariousness of the population. This axis addresses conduct adopted by the federal

government to manage the impacts of the pandemic on the population, with emphasis on the precarious state of resources for subsistence combined with the dismantling of public and social policies. The second axis is: 2) Online women's groups, chapter presented in two parts, namely: a) political ethical suffering, friendship policies and self-care; and b) women's loneliness, abandonment of the State and complete self-responsibility. It problematizes the functioning of the selected groups based on the dialogue between ethical-political suffering, friendship policies and self-care and helpless journeys of women, in view of the model of social organization based on the patriarchal system that radicalizes women to occupy social places inferiorized, based on power relations tempered by subjection. It is considered the importance of broadening discussions in different spaces about the possibilities for the circulation of narratives by women across the country, integrating different intersectionalities to better support policies that pay attention to their real needs and biopsychosocial realities, in interface with the political field in contemporary Brazil.

**Keywords: Pandemic; Women; Cyberspace; Governmentality.**

**Area according to CNPq classification: 7.00.00.00-0 Human Sciences**

**Subarea according to CNPq classification: 7.03.00.00-3 Anthropology**

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>32</b>
3.1 DESCRIÇÃO DOS GRUPOS SELECIONADOS.....	45
3.1.1 Boleto +1.....	45
3.1.2 Deprê Club.....	46
3.1.3 Rede de Apoio às Mulheres.....	46
<b>4. CIBERESPAÇO E MOVIMENTOS COLETIVOS EM REDE.....</b>	<b>47</b>
4.1 DA VIRTUALIZAÇÃO AO CIBERESPAÇO: O SURGIMENTO DE OUTRAS FORMAS DE VIDA E INTERAÇÃO SOCIAL.....	47
4.2 AÇÕES E MOVIMENTOS COLETIVOS EM REDE: DA AMPLIAÇÃO DO POLÍTICO DO REAL\VIRTUAL \ ATUAL.....	50
<b>5. GOVERNO BOLSONARO E AUTORITARISMO NO BRASIL: PANDEMIA E O GOVERNO DA CLASSE DOMINANTE.....</b>	<b>62</b>
5.1 A ASCENSÃO DAS DIREITAS NO BRASIL EM INTERFACE COM CONJUNTURAS POLÍTICAS E SOCIAIS NA ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	62
5.2 A NEGAÇÃO DA PANDEMIA E A PRECARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	80
<b>6. GRUPOS DE MULHERES ONLINE.....</b>	<b>95</b>
6.1 SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO, POLÍTICAS DA AMIZADE E O CUIDADO DE SI.....	95
6.2 A SOLIDÃO DAS MULHERES: ABANDONO DO ESTADO E A COMPLETA RESPONSABILIZAÇÃO DE SI.....	112
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÓS MULHERES, SOMOS CONSIDERADAS VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO?.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Mensagem do Convite.....	35
Figura 2: <i>Card</i> do Convite.....	35
Figura 3: Botões de reações gestuais do <i>Facebook</i> .....	58

**ANEXOS**

Anexo 1: Parecer de aprovação consubstanciado do CEP.....	131
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	136
Anexo 3: Questionário .....	140
Anexo 4: Roteiro geral de entrevista semidirigida.....	141

Sobrevivemos exatamente para viver e porque a vida, por mais que  
requeira a sobrevivência, deve ser mais do que sobrevivência para ser  
uma vida possível de ser vivida.

Judith Butler

## 1. APRESENTAÇÃO

A minha escuta clínica ao longo da pandemia da *Covid – 19* no Brasil ‘implicou’ aos meus ouvidos o cansaço constante de sujeitos, sobretudo em relação às demandas de reorganização da vida cotidiana reivindicadas. Esse esgotamento que veio se tornando, em alguns casos, um estado de exaustão física e emocional, alavancado pela deficiência nas medidas de controle da propagação e contaminação pelo vírus propostas pelo governo federal; enfatiza minuciosamente caminhos e narrativas diferentes.

Em outras palavras, embora todos nós tenhamos sido convocados para elaborar novos arranjos em nossas vidas, grupos sociais sofrem com as adversidades vivenciadas pela pandemia de forma particular por conta de diferenças substanciais. Essas singularidades são vinculadas a diferentes interseccionalidades referente à condição de cada pessoa, à história de vida, às relações estabelecidas, às redes de apoio ofertadas e, às demandas sociais historicamente estabelecidas, produzindo subjetividades e formas de vida distintas. Tais peculiaridades surgem associadas a estereótipos de gênero, os quais apontam o que é ‘permitido’ e ‘esperado’ de mulheres, homens e sujeitos *LGBTQIA+*. Butler (2018a, p.153) pontua que:

[...] quando afirmamos que determinados grupos são vulneráveis de maneira diferenciada, estamos dizendo apenas que, sob determinados regimes de poder, alguns grupos são visados mais prontamente que outros, alguns sofrem mais a pobreza do que outros, alguns estão mais expostos à violência policial do que outros.

Nessa discussão é necessário referenciar os processos de vulnerabilidade em que cada sujeito, diante de sua condição é assujeitado em sociedade. Assujeitamento enquanto modo de produção de processos de subjetivação veiculados por meio de técnicas e dispositivos *biopolíticos* de controle e, construção de formas discursivas de saber/ poder. Assujeitamento que também pode vir a produzir diferentes estratégias de sobrevivência e, de resistência a modos de regulação social. Neste sentido, a *biopolítica* se constrói a partir de um complexo esquema de regras e normas políticas, projetadas sobre o corpo e a subjetividade humana, com o objetivo de ‘administrar’ modos de existência. Assim, produzindo e reproduzindo lugares de circulação social, incluindo e excluindo formas de ser (FOUCAULT, 2007; 2015).

Na perspectiva de gênero, essas imposições reprimem e excluem mulheres e a população *LGBTQIA+* de determinados campos de transição política e social, tanto na esfera pública

como privada; tornando massiva a manutenção digna de sua subsistência que são maximizadas em um cenário de crise. Nesse contexto, Biroli (2018, p. 11) destaca:

A configuração das fronteiras entre a esfera pública e esfera privada implica lugares distintos para mulheres e homens. Não quero, com isso, afirmar que todos os homens e todas as mulheres são posicionados de maneira idêntica, mas que, para a participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade.

Proponho pensar trajetórias ao longo da pandemia vinculadas a um atravessamento de gênero, especificamente sobre situações vivenciadas por mulheres brasileiras. Assim, o objetivo deste trabalho é o de investigar de que formas elas vem se organizando por meio da rede social *Facebook* no campo virtual, a partir de grupos privados e quais os impactos desses grupos em suas vidas. Para tal, busco – através de um olhar crítico a partir de fundamentos teórico-metodológicos, analisar os enunciados presentes nas falas das mulheres participantes dos grupos que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, mediante entrevistas individuais semidirigidas. Nelas, foram dialogadas questões relacionadas às jornadas ao longo da pandemia, percepções sobre as condutas governamentais brasileiras nesse processo, a participação nos grupos e seus reflexos em suas vidas. Nesse sentido, é fundamental destacar que reconheço minha posição social privilegiada, enquanto mulher, branca, acadêmica, classe média, não podendo, desta forma, falar por elas, mas sobre elas e suas vivências – dentro do escopo deste trabalho, a partir do meu lugar enquanto pesquisadora.

Relatos e discussões são colocados em pauta anunciando o enfrentamento de desafios e complexidades no que concerne à saúde integral das mulheres, assim como de condições de sobrevivência e subsistência. Surgiram diferentes narrativas que foram dispostas pelas mídias (jornais impressos/digitais, matérias em diferentes *websites*, publicações em redes sociais), iniciativas da sociedade civil, organizações do terceiro setor, entre outros. Um desses projetos é o *Pândemicas – Mulheres na Pandemia*<sup>1</sup>, também possuem página em redes sociais. Uma iniciativa de um grupo de mulheres com o objetivo de criar espaço *online* para construção de um acervo com narrativas de mulheres (*cis*, *trans*, não binárias), sobre suas vivências ao longo da pandemia.

A partir do que venho observando nas redes, comecei a pensar sobre o ciberespaço como um dispositivo potente, capaz de viabilizar relações de acolhimento e *sororidade* – termo que

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <http://pandemicas.com.br/> > Acesso: 02 out. 2021.

abrange a união e o companheirismo entre mulheres. Tais iniciativas surgem como estratégias de resistência sobre as dificuldades encontradas em suas trajetórias individuais e coletivas.

Em detrimento a esse pensamento, surgiram problematizações a respeito dos espaços de fala e acolhimento possíveis as mulheres neste contexto. Que lugares nós ocupamos no debate ético e político, sobretudo aquilo que versa sobre a existência e condições de vida humanizadas? Porque, afinal de contas, mulheres escolhem à internet como uma forma de narrar suas histórias, dialogar, e, ali neste espaço – *online*, encontrar apoio frente às suas demandas, muitas vezes impostas por um modelo governamental que não inclui suas necessidades e especificidades em suas políticas e aplicabilidade destas.

Nas redes sociais (*Facebook e Instagram*) - as quais participo há algum tempo de canais feministas e de interlocução com a temática de gênero, apresentam-se nas últimas décadas, um amplo espaço de diálogo entre mulheres de diferentes condições. Aqui não quero dizer que existe a possibilidade de inclusão de todas as mulheres no ciberespaço, visto a hierarquização social, cultural e de gênero em sua sistematização podendo (*re*) produzir práticas pautadas na dialética da relação inclusão/ exclusão vinculadas a um polimento moral. Mas que houve, de fato, uma ampliação desse universo.

Desta forma, a percepção sobre a organização de redes sociais não é neutra e nem compreendida de uma forma democrática, uma vez que, podem existir questões comerciais/mercadológicas e políticas instituídas na formação e manutenção das redes sociais, movidas por interesses multifacetados. Mas que para além disso, compreende-se que podem emergir também espaços de encontro, a partir de páginas, grupos, fóruns, eventos, construindo movimentações coletivas. As apropriações desses espaços *online*, enquanto dispositivos de abertura e ampliação de discussões sobre diferentes realidades vivenciadas por grupos e categorias sociais e suas transformações ao longo do tempo, tensionam a relação público e privado, o que ficou mais em evidência por conta da chegada da pandemia. Desta forma, provocam a necessidade de estudos nas escolas de humanidades e, também, no campo *psi*, por conta das ambivalências instituídas em suas formulações e seus reflexos na subjetividade e convivência em grupos.

Início este trabalho com angústia pelas diversas situações de abandono, descaso, violência e desespero vivenciadas por tantas mulheres, por conta da falta de recursos para lidar com os problemas e obstáculos gerados pela crise pandêmica. Mas, também, com alegria que venho acompanhando a força de mulheres em busca por modos de vida melhores, mais confortantes e dignos de suas existências enquanto seres humanos. É primordial destacar que estas trajetórias poderiam ser menos precarizados se houvessem políticas públicas e sociais

condizentes com suas realidades – muitas vezes impostas socialmente. Além disso, a desestruturação do sistema patriarcal que torna nossas vidas vulneráveis e nos deixa continuamente exaustas, é um caminho a ser percorrido.

## 2. INTRODUÇÃO

Em 22 de janeiro de 2020, o Centro de Operações e Emergências em Saúde Pública vinculado ao novo Coronavírus (COE – nCoV), foi acionado para a construção de estratégias de enfrentamento a infecção pelo vírus e seus impactos em saúde na população. Assim, foi construído o planejamento augurado pelo Plano Nacional de Respostas às Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde no Brasil (BRASIL, 2020).

O novo coronavírus é caracterizado como “[...] um vírus identificado como a causa de um surto de doença respiratória detectado pela primeira vez em Wuhan, China” (BRASIL, 2020, p. 5). A infecção pelo vírus se dá “por meio de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra, semelhante à maneira como a influenza e outros patógenos respiratórios se espalham” (BRASIL, 2020, p. 10). O período de incubação do vírus é de em média 5.2 dias, com variabilidade que pode alcançar 12.5 dias e o período de transmissibilidade de pessoas infectadas é 7 dias posterior ao início dos sintomas. Além disso, pessoas infectadas sem sintomas aparentes também podem ser agentes de transmissibilidade. É de fundamental importância destacar que todas essas informações podem mudar de acordo com o surgimento de novos dados, estudos e pesquisas sobre o novo coronavírus. Os dados apresentados nessa cartilha são de acordo com os estudos realizados até o momento de sua publicação, no Brasil e em outros países (BRASIL, 2020).

A *Covid – 19* tem como principais características “infecções respiratórias e intestinais em humanos e animais” (BRASIL, 2020, p. 9), causando sintomatologia semelhante à de um resfriado, podendo agravar os sintomas para síndrome respiratória grave, atingindo principalmente pessoas incluídas em grupos de risco, como crianças, idosos e imunossuprimidos (BRASIL, 2020). O agente etiológico “trata-se de RNA vírus da ordem Nidovirales da família Coronaviridae. Os vírus da SARS-CoV e MERS-CoV e 2019n-CoV são da subfamília Betacoronavírus que infectam somente mamíferos, são altamente patogênicos [...]” (BRASIL, 2020, p. 9).

Não há (até então) um medicamento específico para o tratamento de pessoas infectadas ou medicamento preventivo, medidas de suporte devem ser alinhadas de acordo com cada caso em específico. Infectados que não precisarem de internação hospitalar devem manter-se

isolados como medida preventiva. Já os pertencentes aos grupos de risco, recomenda-se hospitalização para avaliação de sintomas e seu desenvolvimento e, realização do teste molecular (PCR) anterior ao período de alta. Essa recomendação também é válida para pessoas que precisarem de internação hospitalar prolongada. Há também medidas específicas para grávidas com suspeita de infecção e infectadas (BRASIL, 2020).

Ações de prevenção são consideradas de extrema importância, anterior ao período de vacinação e, também, durante e pós esse período: “higiene frequente das mãos; evitar tocar olhos, nariz e boca; evitar contato próximo com pessoas infectadas; cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar; ficar em casa e evitar contato quando estiver doente; limpar e desinfetar objetos e superfícies” (BRASIL, 2020, p. 18).

A partir da emissão da nota de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pelo novo coronavírus e, também, os pronunciamentos lançados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), cidades, municípios e estados tem como função ficar em estado de alerta para o surgimento de casos da doença e sintomatologia respiratória e pessoas que tenham viajado nos últimos 14 dias para áreas afetadas pelo novo vírus (BRASIL, 2020).

A Vigilância Epidemiológica vinculado ao novo coronavírus foi construída processualmente de acordo com as informações obtidas sobre o vírus e suas repercussões, “com base em evidências técnicas e científicas” (BRASIL, 2020, p. 5), vindas também de outros países consternados pelo vírus. A notificação de casos deve ser realizada de forma mais rápida possível por tratar-se de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), ao Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) e pode ser feito por via telefônica (local\nacional), eletrônica (E-notifica), FormSUScap e FormSUScap 2019-nCoV (BRASIL, 2020).

O Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus apresentado pelo Ministério da Saúde em 2020, instaura uma sistematização de procedimentos para:

[...] notificação, registro, investigação, manejo e adoção de medidas preventivas, em analogia ao conhecimento acumulado sobre o vírus SARS- CoV, MERS-CoV E 2019-nCoV, que nunca ocorreram no Brasil, além de Planos de Vigilância de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e Síndrome Gripal (SG) (BRASIL, 2020, p. 5).

Mediante este cenário, inúmeras realidades são vivenciadas pela população brasileira no decorrer da pandemia da *Covid – 19*. Essas situações estão implicadas a diferentes cenários de vida, nos quais nem todos encontram apoio e acessibilidade para manutenção de suas necessidades básicas. Grupos precarizados deparam-se com múltiplas restrições para manter as

solicitações propostas pelo Ministério da Saúde e outros Órgãos, expondo-se de forma mais intensa a contaminação pelo vírus. Dialogando com Foucault (2010, p. 202) o autor questiona:

Ora, o direito de vida e de morte é um direito que é estranho, estranho já no nível teórico; com efeito, o que é ter direito de vida e de morte, em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver, em todo o caso que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais, ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político.

A respeito da falta ou escassez de recursos físicos – dinheiro, acesso a serviços, entre outros, encontram-se direta ou indiretamente associados a máquina burocrática administrativa – envolvendo a união de mecanismo estruturais (políticos, econômicos, sociais, simbólicos), que, organiza nosso país e impulsiona a expansão crescente de desigualdades sociais que impactam na qualidade de vida da população, acesso à direitos e ao próprio exercício da cidadania. A redução de recursos, e, conseqüentemente, a contenção de direitos humanos básicos, potencializou durante a pandemia, um projeto de aniquilação dos indesejáveis, ou, aqueles que não seguem a norma para maior e mais rápida ascensão social. Tais desigualdades estimuladoras da precarização de vidas de classes consideradas subalternas, já existiam anterior ao início da pandemia e foram maximizadas neste momento, muito por conta da maior possibilidade de exposição ao vírus e, por conseguinte, à morte. Butler (2018a, p. 158) atenta que a vulnerabilidade “[...] pode ser uma forma de escolher uma população para dizimação”.

Luckmann, Nardi (2017) apresentam a ideia de corpos (*des*) governados, aludindo formas de governar e processos de governamentalização alicerçados pela *biopolítica*, construídos com base nos binarismos e hierarquias de gênero. Para os autores, “os indivíduos à margem deste ideal são deslocados para fora do campo da *biolegitimidade*, o que significa que suas vidas não são dignas de investimento estatal no que tange à proteção” (Luckmann; Nardi, 2017, p. 1250), vinculando-se as situações vivenciadas por populações e grupos sociais precarizados no contexto da pandemia.

Diante das falhas do Estado na segurança, na proteção e na obtenção de direitos humanos básicos de sobrevivência para a população, sujeitos individuais e coletivos se manifestam conforme suas possibilidades para manejar, contribuir, através de suporte e apoio, pessoas e grupos em situação de risco e vulnerabilidade. Aqui a discussão sobre a interface público e privado gera uma série de conseqüências sobre os corpos demarcados pela vulnerabilidade demasiada, visto que:

O corpo preocupado apenas com as questões de sobrevivência, com a reprodução das condições materiais e a satisfação das necessidades básicas, ainda não é o corpo “político”; o privado é certamente necessário, uma vez que o corpo político só pode vir à luz do espaço público para agir e pensar quando está bem alimentado, bem abrigado e apoiado por numerosos atores pré-políticos cuja ação não é política. Quando não existe ator político que não possa assumir que o domínio privado opera como apoio, então o político que se define como público está essencialmente dependente do privado, o que significa que o privado não é oposto do político, mas entra em sua própria definição. Esse corpo bem alimentado fala aberta e publicamente; esse corpo que passou a noite abrigado na companhia privada de outros surge sempre mais tarde para agir em público (BUTLER, 2018a, p. 226).

Contudo, de acordo com Butler (2018a, p.165):

Populações marcadas por uma vulnerabilidade e uma precariedade diferencial não estão por esse motivo imobilizadas. Quando as lutas políticas surgem para opor tais condições. Elas estão mobilizando a precariedade, e algumas vezes até mesmo mobilizando de maneira bastante deliberada a exposição pública do corpo, inclusive quando isso significa ser exposto à violência, à detenção ou até mesmo à morte.

Butler (2018a, p. 231) situa uma “distribuição desigual da vulnerabilidade”. A autora introduz:

[...] somos, como corpos, vulneráveis aos outros e às instituições, e essa vulnerabilidade constitui um aspecto da moralidade social por meio do qual os corpos persistem. A questão da *minha* ou da *sua* vulnerabilidade nos implica em uma questão política mais ampla sobre igualdade e desigualdade, uma vez que a vulnerabilidade pode ser projetada e negada (categorias psicológicas), mas também explorada e manipulada (categorias sociais e econômicas) no curso da produção e da naturalização das formas de desigualdade social (BUTLER, 2018a, p. 231).

A filósofa nomina de população descartável aqueles que diante das (*im*) possibilidades propostas por modelos de governo neoliberais, não conseguem manter uma estrutura de vida necessária para sobrevivência sem limitações que comprometam de alguma forma sua integridade diante da impossibilidade de condições de vida saudáveis. A autora Butler (2018a, p. 216) questiona: “de quem são as vidas que importam?”, anunciando a disparidade de cuidados ofertados a diferentes grupos sociais. Continua: “[...] é o fato de não haver uma estrutura ou um apoio que vá sustentar essa vida, o que implica a sua desvalorização como algo que, para os esquemas dominantes de valor, não vale a pena ser apoiado e protegido enquanto vida” (BUTLER, 2018a, p. 218).

As organizações sociais pautadas pelo neoliberalismo responsabilizam de forma cruel sujeitos por suas circunstâncias de vida, mesmo que vivam em realidades diferentes. Conforme Butler (2018a, p. 32):

Na moralidade neoliberal, cada um de nós é responsável apenas por si mesmo, e não pelos outros, e essa responsabilidade é principalmente e acima de tudo uma responsabilidade por nos tornarmos economicamente autossuficientes em condições em que a autossuficiência está estruturalmente comprometida.

Desta forma, entende-se que o corpo humano é compreendido na interface entre o humano, o animal e o técnico e é submetido a “[...] infraestrutura, entendida de maneira complexa como ambiente, relações sociais e redes de apoio” (BUTLER, 2018a, p. 147). Ou seja, para subsistência, o ser humano necessita de uma rede de cuidados que se encontram disponíveis em diferentes esferas de vida. Butler (2018a, p. 145) pontua que:

[...] ninguém por mais crescido que seja, se livra dessa condição particular, caracterizada como dependente e suscetível. A questão me parece surgir da afirmação de que maneiras primárias de organizar o cuidado estão ligadas a formas sociais e políticas de trabalho e direito mais.

Butler (2018b) traz as coligações entre precariedade e política, uma vez que, reconhecendo a precariedade como compartilhada, torna-se necessário rever normatizações governamentais que induzem a limitação de acesso a recursos para uma vida possível de ser vivida a populações descartáveis. Fundamenta assim, os direitos humanos e o acesso a condições básicas (moradia, alimentação, saúde, entre outros), como fator universalmente necessário de ser firmado, logo modos de vida baseados na (*re*) produção de uma ontologia do individualismo são severamente criticados. De acordo com a autora Butler (2018b, p. 53) “a condição compartilhada de precariedade significa que o corpo é constitutivamente social e interdependente; nas sociedades neoliberais [...] conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo [...]”.

Em consequência, ao longo da pandemia, a possibilidade de morte iminente passou a aterrorizar a todos produzindo sensação de medo, de forma infinitamente maior aos ‘descartáveis’. Butler (2018b, p. 53) assinala que vidas descartáveis não são passíveis de luto, pois já foram consideradas vidas sem valor por serem “[...] consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias”. Entretanto, não são entendidas como

existências alusivas a uma “*vida nua*” – termo utilizado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, na medida em que, não se encontram totalmente excluídas da *polis* ou em um estado de abandono absoluto, mas são expostas a lugares de subjugação e condições subalternas. Desta forma, “não é a revogação ou a ausência da lei que produz precariedade, mas sim os efeitos da própria coerção legal ilegítima, ou o exercício do poder do Estado livre das restrições legais” (BUTLER, 2018b, p. 51). Em situações de guerra e crise global, torna-se fundamental pensar na *práxis* de condições sociais reais para a manutenção da vida em sua totalidade e não na “capacidade de sobrevivência de modo abstrato” (BUTLERb, 2018, p. 59).

Andrade-Neto (2020, p. 312 – 313), ressalta a necessidade de analisar o medo na situação da pandemia:

[...] em um campo relacional e que compreende as relações de poder, as desigualdades históricas, e as sistemáticas ausências da infraestrutura do Estado. Muitas das nomeações são resultantes de vulnerabilidades e precariedades que acompanham populações que sempre estiveram mais próximas da morte.

Butler (2018b, p. 64) acentua que “uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida”. Traz à tona a discussão sobre como as mídias reguladas por aparelhos do Estado e por dispositivos mercadológicos, limitam e confeccionam o acesso a imagem e a informação, influenciando e\ou direcionando as formas como à população de um país em situação de guerra, interpretam o contexto vivenciado. Questiona: “por que os governos procuram com tanta frequência regular quem será e quem não será lamentado publicamente?” (BUTLER, 2018b, p. 65). Ou seja, buscam delimitar o poder das reações e implicações emocionais sobre determinado fenômeno, que se constituem, como base para a produção de ações interventivas. É preciso contrapor a mídia dominante para que vidas descartáveis sejam reconhecidas como vidas que importam. Existe aí, uma denúncia a respeito da organização antidemocrática das mídias, uma vez que, “[...] a norma diferencial do humano é comunicada através dos enquadramentos visuais e discursivos” (BUTLER, 2018b, p. 118). Assim, “[...] a comoção é regulada para apoiar tanto o esforço de guerra quanto, mais especificamente, o sentido de pertencimento nacionalista (BUTLER, 2018b, p. 66)”. Nesse contexto, é preciso a contínua reflexão sobre o que é considerado humano, em diferentes momentos históricos e circunstâncias planejadas ou não planejadas.

Jardim (2021, p. 2) propõe examinar os efeitos na memorialização pública a partir do que foi ofertado pelas mídias brasileiras no decorrer da pandemia, “cujos possíveis efeitos sobre

nosso tecido social e cultura política se vinculam aos modos da produção da lembrança e do esquecimento”. As formas como as mídias apresentaram e mobilizaram assim, sentimentos e ações na população, denotam um significado político às mortes anunciadas nos noticiários e outros dispositivos. Traz a reflexão sobre a legitimidade das mortes, resultante da análise de imagens fotográficas e conteúdos enunciativos que circularam por todo território nacional, anunciando a produção de memoriais em respeito ao falecimento das vítimas da pandemia. Nesses eventos, marcados por uma série de rituais vinculados a perda e ao luto, circulavam mensagens que questionavam a inevitabilidade de seus acontecimentos, se houvessem medidas para erradicação do vírus e maior amplitude de tratamento aos infectados. A normalização da morte da população negra e socioeconomicamente baixa, também surge como ponto de tensão a partir dos discursos das mídias. Conforme Jardim (2021, p. 7):

[...] é por meio desses gestos de lembranças que a multiplicidade dos povos poderá ser novamente tornada visível com efeitos políticos – inicialmente, a partir não de seu aparecimento público, sob a forma clássica de da manifestação ou do levante, mas da visibilidade de seus contornos contra o pano de fundo da violência biopolítica.

A antropóloga Bevilaqua (2010) traz a discussão sobre a mercantilização e a materialidade do corpo após à morte. Compreende o corpo como uma metáfora das sociedades contemporâneas, problematizando a relação dialética entre pessoas e coisas, onde um elemento não exclui o outro, além de não serem categorias estáticas, mas que se transformam ao longo do tempo diante de mudanças sociais e produção de novos significados. Bevilaqua (2010, p. 7), destaca: “a categorização de um ente como pessoa ou coisa depende de uma distinção contingente operada no exame de situações particulares, tanto à luz da legislação quanto de valores oriundos da experiência social dos julgadores e sedimentada sob a forma de técnica especializada na doutrina e na jurisprudência”. Esse debate se faz necessário, na medida em que, na situação da pandemia os corpos das pessoas que vieram à morte por conta da contaminação com o vírus, tiveram destinos diversificados através de rituais personificados – ou reificados, de acordo com a situação – classe socioeconômica, raça, das famílias de cada pessoa. Isso mostra a desumanidade das desigualdades sociais, em que nem mesmo em um momento de fragilidade, grupos vulnerabilizados conseguem atravessar com condições dignas. Conforme Bevilaqua (2010, p. 12): “ao enfatizar que o aterro sanitário é o local onde, normalmente, os animais domésticos procuram por alimento, [...] deixa claro o potencial profundamente perturbador da iminente conversão de restos mortais humanos em substância viva não humana”.

Interpretado como um contexto alusivo à guerra, o período da pandemia da *Covid – 19* no Brasil é profundamente marcado por:

Mortes de brasileiras e brasileiros e as terríveis cenas de enterros num *continuum* de valas abertas por trabalhadores braçais e escavadeiras, de caixões enfileirados em cemitérios superlotados de diferentes regiões do país, intensificam o luto pela perda de pessoas próximas, pelo número expressivo de mortes de profissionais da saúde, pela perda de pessoas que conhecíamos pelas artes que produziam – mortes que simbolizam todas as mortes que se acumulam assustadoramente na luta contra a doença (WOLFF, p. 2, 2020).

Conforme Pinheiro, Mélo (2020, p. 3) “as orientações para se gerir a crise pandêmica têm sido transmitidas em meio a impasses de ordem ideológica, política, moral, além de desnudar assimetrias estruturantes de nossa organização social [...]”. Ademais, a crescente diminuição de distribuição de custeio financeiro para serviços públicos aliados ao desmonte de políticas públicas e sociais e, instituições de ensino e pesquisa, intensificam dificuldades (WOLFF, 2020). Biroli (2020, p. s/p) traz uma reflexão sobre os elementos que contribuíram para o que chamou de tragédia brasileira:

Neoliberalismo, autoritarismo, baixa capacidade de liderança política, rechaço pela ciência e um desprezo aberto pela vida compõem a ausência de respostas adequadas para os efeitos da pandemia. As inseguranças sanitárias e econômicas são vividas em um contexto no qual ataques à democracia se manifestam cada vez mais abertamente.

Dessa maneira, a construção de escopos de pesquisa e projetos de extensão são de extrema relevância para se pensar a trajetória até o momento e, também, as dinâmicas a serem estabelecidas em um mundo pós pandêmico, para maiores possibilidades de construção de formas de manejo menos desastrosa.

Sendo assim, o propósito deste trabalho é pensar o contexto da pandemia da *Covid – 19* no Brasil, a partir das vozes de mulheres brasileiras, categoria potencialmente mais afetada, que segundo Butler (2018a, p. 154) “[...] sofrem a vulnerabilidade social de forma desproporcional”. Entretanto, “[...] isso não significa que a vulnerabilidade sirva como uma característica definidora das mulheres como grupo” (BUTLER, 2018a, p. 156). A autora destaca:

[...] as mulheres são especialmente vulneráveis – considerando que muitos outros grupos podem fazer a mesma afirmação e que a categoria das mulheres é intersectada por classe, raça, idade e vários outros vetores de poder e espaços de potencial discriminação e injúria [...] (BUTLER, 2018a, p. 154).

A visibilidade e discussão de narrativas de mulheres sobre o contexto da pandemia da *Covid-19* no Brasil, pode vir a potencializar a produção de múltiplas alternativas de enfrentamento sobre as dificuldades geradas nesse cenário. Neste trabalho, buscou-se uma “legitimidade sobre a autoridade da experiência” (SCOTT, 1998, p. 300), a partir dos relatos das mulheres nas entrevistas realizadas.

Essa pesquisa tem como objetivo mapear interações/ ações coletivas/individuais e, os enunciados que permeiam tais dinâmicas de três grupos privados de mulheres na rede social *Facebook* no contexto da pandemia da *Covid- 19* no Brasil. Inicialmente, foi divulgado um convite às mulheres pertencentes aos grupos selecionados, solicitando a colaboração na pesquisa através da participação em entrevista individual semidirigida. As entrevistas tiveram como propósito analisar os contextos de vida das mulheres entrevistadas, no decorrer da pandemia, possíveis impactos destes grupos em suas vidas e as suas percepções sobre o cenário político emergente ao longo da pandemia, levando em consideração as medidas governamentais postas em prática durante esse período. As fontes serão analisadas a partir da interlocução de dois operadores teóricos: Interseccionalidade e autoras que dialogam com o Feminismo Interseccional e Análise do Discurso baseada na Arqueogenealogia Foucaultiana. Para complementar, a Psicologia Social de vertente Latino-Americana também fará parte dos processos de análise.

Nestes grupos, conversações a respeito de questões sobre a vida pessoal e enfrentamentos relacionados a dificuldades no acesso a serviços vinculados a esferas socioinstitucionais surgem, promovendo ali, nos espaços *online*, trocas sobre experiências de vida e possíveis rotas a serem seguidas e/ou desviadas. Diálogos e trocas por meio da participação e do compartilhamento de múltiplas situações de mulheres de todo o Brasil que buscam através deste meio *online*, apoio, suporte (seja ele emocional ou financeiro) e escuta de suas demandas diárias. As questões compartilhadas nos grupos permeiam – principalmente, entre a falta de recursos físicos para enfrentar problemas em seus cotidianos, e, dificuldades na manutenção de relacionamentos, por vezes, destrutivos. Constitui-se desta forma, laços associativos que se transformam gradativamente em laços sociais que podem transcender os espaços *online*. (RECUERO, 2014).

Mulheres solicitando auxílio e apoio para as próprias participantes e para as moderadoras/administradoras dos grupos que mobilizam através de suas estratégias de amparo, inserção e inclusão, formas de suprir - muitas vezes, necessidades básicas, como por exemplo, alimentação, higiene e moradia, são o foco dos grupos. Conforme as interações estabelecidas nos grupos selecionados, pode-se pensar na constituição de uma ‘política da amizade’ entre as

mulheres participantes alicerçadas pela constituição de práticas alinhadas a um cuidado de si que, de acordo com Foucault (2004a, p. 271) “não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária”. Cuidar de si e do outro pode ser compreendido como a sistematização de ações de resistência em tempos em que a individualidade e as desigualdades se mostram cada vez mais expressivas em sociedade (FOUCAULT, 2004a). Conforme o autor, Foucault (2013b, p. 314): “não significa simplesmente estar interessado em si mesmo, nem implica uma certa tendência ao autoafeto ou autofascínio”, assim não se caracteriza como uma ação voltada unicamente para si, pois não é possível pensar sobre si mesmo sem levar em conta a relação com o outro.

A partir do cuidado de si e do cuidado do outro, pode-se questionar normas e regras sociais constituídas de forma enraizada, a fim de transcender padrões da relação eu-outro-mundo. Assim, o cuidado de si leva a compreensão ética da existência humana enquanto constructo norteador da liberdade e do governo de si (FOUCAULT, 2004a). Conforme Foucault (2004a, p. 268) “não digo que a ética seja o cuidado de si, mas que na antiguidade a ética como prática racional da liberdade girou em torno deste imperativo fundamental: ‘cuida-te de ti mesmo”.

Sobre as situações vivenciadas por mulheres brasileiras durante a pandemia, as pesquisadoras Barroso, Gama (2020) retratam: “A crise tem rosto de mulher”, ao pensar sobre os efeitos gerados pela tensão da pandemia da *Covid – 19*, particularmente na vida de mulheres negras, de classe socioeconômica baixa e chefes de família. De acordo com as autoras do estudo Barroso, Gama (2020), mulheres sofrem com os impactos emergentes de momentos históricos de crise de forma intensificada e mais prolongada, pensando tais fenômenos a partir de um olhar que aborda especificidades de gênero, classe, raça e etnia. Destacam 4 eixos centrais de maior vulnerabilidade na vida das mulheres brasileiras neste contexto: “[...] vulnerabilidades econômicas e pobreza; economia do cuidado e sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado; violência doméstica e intrafamiliar e; direitos sexuais e reprodutivos em risco” (BARROSO, GAMA, 2020, p. 92). De acordo com as autoras:

Desigualdades de gênero, bem como de raça, território, regionalidade, renda e escolaridade, são as responsáveis por colocar mulheres pobres no centro dos grupos possivelmente mais afetados pela pandemia do coronavírus; o caminho inverso também se mostra verdadeiro, na medida em que a crise sanitária e econômica em curso tem o poder de impor profundos retrocessos na busca por justiça social e igualdade de gênero no país (BARROSO, GAMA, 2020, p. 8).

Seguindo na mesma perspectiva, Moreira, *et al.* (2020) articulam metaforicamente os cenários entre a casa e a guerra – vinculados ao enfrentamento da pandemia, vivenciados por mulheres a partir de um olhar feminista:

A casa tenciona fronteiras entre público e privado, principalmente ao olharmos para a violência contra mulheres e para o trabalho doméstico. A guerra, estratégia que tem sido usada para pensar o combate ao coronavírus, aciona masculinidades afastando as mulheres dos espaços de decisões políticas para enfrentamento da pandemia, apesar de estarem na linha de frente como trabalhadoras da saúde e em outros serviços essenciais (MOREIRA, *et al.*, p. 1, 2020).

A casa e a guerra são metáforas ambivalentes, na medida em que, em muitas situações, a casa torna-se ambiente de guerra diante das violências praticadas em um ambiente onde se espera um espaço de acolhimento (MOREIRA, *et al.*, 2020). A violência contra a mulher também é fator alarmante no percorrer da pandemia, sendo caracterizada como “uma pandemia dentro da pandemia” (BARROSO, GAMA, 2020, p. 90). As autoras Barroso, Gama (2020) alertam sobre o estresse gerado nos homens por conta da perda de *status* financeiro e, portanto, como principal provedor da família - referenciando os modos de subjetivação masculinos por meio do Dispositivo da Eficácia da psicanalista e pesquisadora Valeska Zanello (2018), gerando maior potencial risco de violência doméstica mesmo que em muitos casos, mulheres sejam as principais provedoras.

As medidas relacionadas ao distanciamento social e reclusão, instituiu a muitas mulheres a obrigação de manterem-se confinadas com seus parceiros, muitas vezes, seus agressores. O perfil dos agressores segue o mesmo neste cenário: companheiros e ex companheiros. Da mesma forma, o acesso a serviços de proteção a mulher - contra a violência doméstica, tornou-se tarefa mais difícil, ocasionando um aumento nos casos de violência de gênero (REIS, *et al.*, 2020). Para Biroli (2018, p. 91) a violência doméstica “[...] afeta, sobretudo as pessoas mais vulneráveis nos agrupamentos familiares: mulheres – por razões socioeconômicas e pela construção simbólica do feminino como subordinado ao masculino”.

Malta *et al.* (2021) ao realizarem um estudo por meio da análise discursiva sobre como a violência contra a mulher é retratada por *websites* governamentais e de conteúdos informativos/jornalísticos brasileiros no contexto da pandemia no país, ressaltam a falta de questionamento sobre o isolamento social e a permanência no núcleo familiar, enquanto potencializadores da violência de gênero; dado como um sintoma de uma sociedade atualmente em retrocesso.

Para as autoras essas dificuldades estão vinculadas a aspectos relacionados a colonização do país e ao “[...] esquema político e econômico que se ergue e apresenta a família como sua base. E a casa é justamente este local que historicamente não é apenas inseguro para as mulheres, mas que se organiza como estrutura que produz a insegurança” (MALTA *et al*, 2020 p.863). Recortes de classe, raça e etnia são invisibilizados pelas matérias divulgadas em grande massa. Outro ponto notável é a suposta neutralidade das abordagens que apontam para possíveis vinculações com instituições jornalísticas vinculadas a delineamentos ideológicas (MALTA *et al*, 2020).

Além disso, restrições na dinâmica de creches e escolas, aumentam drasticamente o trabalho de mulheres mães e cuidadoras (MALTA, *et al*, 2020). Gestantes e puérperas vivenciam momentos de angústia e desconforto diante da insegurança sobre as informações relacionadas a possíveis repercussões do contato com o vírus nesses momentos. Logo, “[...] a troca de afetos e formação de vínculos por meio do cuidado do bebê, pode ter sido prejudicada pela pandemia, que limitou e impediu as diversas possibilidades de trocas sensoriais e interativas entre mães e seus bebês” (JOAQUIM, *et al*, 2022, p. 6).

A perda ou diminuição de contato de mulheres com suas amigas e parceiras por conta do isolamento social, também surge como vetor de maior vulnerabilidade, “[...] impõe às mulheres um regime de silêncio e invisibilidade que dificulta a quebra do ciclo da violência” (BARROSO, GAMA, 2020, p. 90). A diretriz governamental sobre as (*im*) possibilidades do isolamento social que direciona a população a permanecer em suas casas é diretamente associada “[...] à limitação de políticas sociais de educação, de saúde e assistência social, por exemplo, intensifica desigualdades e acentua outros riscos” (MOREIRA *et al*, 2020, p. 3). Ou seja, ficar em casa é um privilégio para sujeitos com maior ascensão social e econômica, também vinculado a nomeação social de gênero, em que homens possuem maiores possibilidades de sucesso (MOREIRA *et al*, 2020).

Estrela, *et al* (2020) também ressaltam as categorias de gênero, classe e raça como potenciais marcadores de vulnerabilização ao longo da pandemia. De acordo com as autoras, o aperfeiçoamento em relação a produção de políticas públicas para populações socialmente mais vulneráveis deve ocorrer durante e após a pandemia no Brasil. O racismo estrutural predominante em sociedade hoje, potencializa as adversidades e dificuldades enfrentadas no acesso a melhores condições de vida e existência. De acordo com Gonzalez (1988, p. 73) pontua que: “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”.

Saúde, educação, moradia e renda, surgem como principais condições de subsistência a serem melhoradas e ampliadas para as populações precarizadas. Conforme as autoras Estrela, *et al* (2020): “esse público antes da pandemia já se encontrava em situação de vulnerabilidade, entretanto, a situação se agravou com a doença visto interrelação destas com os campos biológicos e sociais” (ESTRELA *et al*, 2020, p. 3232).

De tudo isso, não é difícil inferir que a pandemia da *Covid – 19* no Brasil não acontece da mesma forma para todos, ou seja, não se desenvolve processualmente de forma democrática. As mulheres tornam-se público-alvo no desenvolvimento de maiores processos de vulnerabilidade e, também, com maior potencial de evoluírem o estado de saúde mental para a manifestação de transtornos emocionais e outras formas de adoecimento neste período. Essas trajetórias de maior exposição ao adoecimento vinculam-se a carga histórica do papel de cuidadora que mulheres desempenham. Por conta disso, são ostensivamente expostas ao contato com pessoas doentes e, portanto, mais suscetíveis a contrair infecções. Ainda, ao longo da pandemia, muitas mulheres se depararam com o aumento significativo da jornada de trabalho, incluindo a articulação simultânea entre cuidados com a família e responsabilidades empregatícias (REIS, *et al*, 2020).

Além do mais, a maior dificuldade de acesso a Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva – SSR neste período, impulsiona casos de gravidez indesejada, abortos realizados de forma precária e mortalidade materna, colocando a saúde física e mental em situação de risco. A restrição do funcionamento de serviços de atendimento à saúde tem colocado muitas mulheres em situação de negligência com seus cuidados. Como medida de excepcional de acesso a cuidados em saúde e atenção à SSR, o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Medicina, implementaram o uso da telemedicina em caráter de urgência no período de pandemia (Portaria n. 467, 20/03/2020, Ofício n. 1.756, 19/03/2020). Porém, é importante destacar que, apenas mulheres com disponibilidade de acesso à internet podem realizar consultas *online*, escancarando assim, desigualdades. Ademais, a diminuição do funcionamento de serviços de saúde – decorrente do afastamento de profissionais de seus cargos por conta do contágio e outros fatores, afeta primordialmente mulheres mais jovens, de baixa renda e que dependem essencialmente dos serviços ofertados pelo SUS (REIS, *et al*, 2020).

Em relação a questões trabalhistas, mulheres negras têm sofrido maior impacto com demissões e aumento de situações precárias no local de trabalho por conta das novas concessões no que tange aos direitos trabalhistas, intensificando os números de desemprego e cortes/diminuição de salário. Ademais, com as brechas concedidas e maior flexibilização de normas e regras a favor dos empregadores, novos formatos de contrato se tornaram vigentes.

Mulheres negras são expostas a situações mais precarizadas no contexto do trabalho, com menores salários, empregos com baixo *status* social e conseqüentemente, menores condições de cuidados relacionados a saúde física e mental. Desta forma, potencializando os riscos em relação ao restante da população, encontrando-se em maior proximidade com a possibilidade de contágio (REIS, *et al*, 2020).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho tem seus impactos maximizados para mulheres, uma vez, possuem salários e condições inferiores a homens, além da dificuldade de acesso a melhores posições em espaços públicos e privados e direitos previdenciários. O trabalho não remunerado vinculado ao cuidado é realizado historicamente por mulheres e torna-se ‘serviço’ ainda mais fundamental em situações de crise mundial – humanitária, sanitária e econômica.

Ou seja, o corpo da mulher é utilizado como importante força de trabalho e exploração na manutenção de hierarquias sociais nestes momentos históricos, como por exemplo, a pandemia atual. Uma economia do cuidado é aplicada potencialmente sobre as mulheres, uma vez que, além de serem maioria nas profissões de saúde ligadas ao cuidado na linha de frente ao combate do coronavírus, são imensamente convocadas a ampla dedicação aos familiares e a casa (BARROSO, GAMA, 2020). Biroli (2018, p. 21) mostra as implicações da divisão sexual do trabalho, entendido como fator fundamental para a compreensão das hierarquias de gênero e para a inserção das mulheres na esfera política:

Falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E, claro, nas conseqüências dessas classificações. as hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem somos no mundo que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionados à divisão sexual do trabalho.

Além de tudo, a mudança de hábitos cotidianos tornou-se uma imposição à população diante das novas necessidades implementadas, transformando a qualidade de saúde e bem-estar das pessoas. Destacam-se a aquisição de comportamentos menos saudáveis em relação à alimentação, exercícios físicos, qualidade de sono e tempo de descanso e; aumento de hábitos nocivos à saúde, como por exemplo, consumo de tabaco, álcool e outras drogas (REIS, *et al*, 2020). Por conta do isolamento social, nova manutenção de hábitos, sujeitos são conduzidos a uma reavaliação dos vínculos e de ‘velhas e novas’ formas de socialização que vão se transformando ao longo do processo da pandemia. A relação eu-outro-mundo é reconstruída a

partir daí, levando em conta a difusão da sensação e percepção de tempo – presente/ futuro, impactando na produção de processos subjetivos (PINHEIRO; MÉLO, 2020).

Foram apresentados os principais fios condutores da pesquisa realizada. Compreender as dinâmicas de grupos privados de mulheres na rede social *Facebook*, e como esses processos refletem em suas formas de vida e subjetividades no contexto da pandemia da *Covid – 19* é o eixo central desse trabalho.

Analisar esses espaços é uma tentativa de compreender formas de produção de outros devires de existências plurais sobre a vida de mulheres brasileiras, por meio das interações realizadas dentro e fora de grupos na internet. Pensando também a partir da tensão sobreposta ao campo político do Brasil contemporâneo, trazendo as interfaces entre política, gênero, governamentalidade; mulheres precarizadas encontram formas de ascensão no espaço político para desenvolvimento de pautas de ordem condizente as suas realidades sociais vivenciadas? Mulheres com condições de vida não precarizadas que participam de ações de solidariedade para mulheres, atentam-se para as particularidades exigidas, ou (*re*) produzem práticas de repressão moral vinculadas a manutenção de uma sociedade desigual, excludente e individualista? Além disso, de que formas espaços institucionais relacionados a aparelhos do Estado interferem, interpelam e enxergam às mulheres? Como mulheres precarizadas estão sendo escutadas?

### 3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo apresentado é de caráter qualitativo, de cunho exploratório e interpretativo. A pesquisa qualitativa busca compreender através da interpretação, realidades sociais distintas produzidas em diferentes contextos que podem ocorrer por meio da interpretação de textos, artefatos culturais e entrevistas em profundidade. Ainda, de acordo com os autores, a pesquisa qualitativa é “[...] vista como uma maneira de dar poder ou dar voz às pessoas, em vez de tratá-las como objetos, cujo comportamento deve ser quantificado e estatisticamente modelado” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2014, p. 30).

Segundo Gil (2008) pesquisas exploratórias buscam entender fenômenos sociais que ainda não possuem uma ampla agenda de pesquisas realizadas, tendo como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 2002, p. 41). Deste modo, através da exploração destes campos de estudo ainda em processo de ascensão, por meio de diferentes procedimentos, como por exemplo, estudos de caso, entrevistas semiestruturadas, observações, levantamento de documentos e bibliografia, torna-se possível a construção de hipóteses e

interpretações sobre o tema a ser explorado; auxiliando em pesquisas futuras (GIL, 2008). De acordo com o autor Gil (2008, p. 27) pesquisas exploratórias:

[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Esta pesquisa segue os princípios norteadores da Resolução Número 510 de 07 de abril de 2016 que dispõe de fundamentos éticos para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. De acordo com o documento, pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais dispõe de:

[...] uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico” (BRASIL, 2016, p. 1).

De fundamental importância, a relação pesquisador e participante é construída a partir do próprio processo da pesquisa, levando em conta os direitos e o respeito das subjetividades em curso ao longo da pesquisa, sob a particularidade da relação não hierarquizada (BRASIL, 2016).

O objetivo deste trabalho é o de mapear as formas de interações e dialogicidades possíveis entre mulheres que ocupam espaços em grupos privados de mulheres na rede social *Facebook*, a fim de compreender os impactos destes espaços *online* em suas vidas, a partir do estudo de um momento de crise como a pandemia da *Covid – 19* no Brasil. Esta pesquisa pode auxiliar na formação de outros estudos sobre situações possíveis a vida das mulheres brasileiras em situações de crise e, como elas encontram através de dispositivos vinculados a redes sociais, meios de subsistência e possibilidades de produção de processos de subjetivação individualmente e em grupos.

Nesta rede social foram encontradas através dos grupos selecionados para a pesquisa, movimentações de mulheres que participam e/ou seguem os grupos, por meio de postagens e diálogos construídos através de comentários feitos nas postagens; além da possibilidade de troca de mensagens em ambiente privado (*chat*) diante da iniciativa de contato das participantes. Essas postagens possuem como conteúdos: informativos relacionados aos direitos das mulheres, narrativas de situações vivenciadas por elas, pedidos de ajuda associados a crise estabelecida pela pandemia – levando em conta os diferentes contextos expostos vivenciados pelas participantes – destacando a interseccionalidade existente, ofertas de serviços realizados

por elas (de variadas áreas: cuidado, estética, serviços domésticos, auxílio acadêmico, entre outros).

Os grupos privados na rede *Facebook* selecionados para a pesquisa - Boleto +1<sup>2</sup>, Deprê Club<sup>3</sup> e Rede de Apoio às Mulheres<sup>4</sup>, são grupos em que qualquer pessoa que tenha conta nesta rede pode encontrar, mas para ter acesso às postagens e poder interagir é necessária aprovação das moderadoras e/ou administradoras dos grupos. Nesses grupos, formados majoritariamente por mulheres – com exceção do grupo Boleto +1 onde é permitido a entrada e participação de homens, são encontradas narrativas sobre suas experiências de vida e saberes construídos a partir dos diálogos estabelecidos. Os grupos Boleto + 1 e Rede de Apoio às Mulheres, possuem atividades *online* – por intermédio de *lives* feitas nos canais dos grupos, que são realizadas de forma semanal com as mulheres participantes, como por exemplo: oficinas de artesanato, grupos de conversa abertos, grupos de leitura. O grupo Deprê Club não possui programações realizadas.

Inicialmente, até o momento da qualificação e da aprovação do projeto da pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade e submissão a Plataforma Brasil, tinham sido selecionados 5 grupos para a pesquisa, além do Boleto +1, Deprê Club e Rede de Apoio às Mulheres, os grupos Feministagem e Rede Colaborativa para Mulheres também faziam parte da eleição dos grupos. O grupo Feministagem não integrou a pesquisa por conta da falta de respostas ao convite publicado para colaboração das mulheres do grupo – incluindo a administradora, para participar. Além disso, em comparação aos 3 grupos selecionados, possui baixo número de publicações e interações. Já o grupo Rede Colaborativa para Mulheres foi pausado em 17 de maio de 2022, não havendo atividade desde então, impossibilitando publicações e contatos entre as participantes e administradoras e/ou moderadoras.

Foi feito inicialmente contato com as moderadoras e/ou administradoras dos grupos selecionados, com o objetivo de informar minha condição de pesquisadora, anunciando a proposta do trabalho e a viabilidade de divulgação no grupo através de um convite às mulheres que se dispuserem a participar das entrevistas. As moderadoras e/ou administradoras dos 3 grupos selecionados responderam o primeiro contato com o aceite para a publicação com o convite para às mulheres.

O perfil utilizado para o mapeamento de campo e contato com as moderadoras e mulheres participantes dos grupos, foi o meu perfil pessoal na rede social *Facebook*. A escolha

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/139927844067865> > Acesso: 12 fev. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/151114272816970> > Acesso: 12 fev. 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/962626017439356> > Acesso: 12 fev. 2022.

em manter meu perfil pessoal se dá pela minha inclusão nos grupos e coletivos, anterior a ideia da pesquisa e início do período de mestrado. A aproximação com os grupos e coletivos se deu a partir do ano de 2014 quando comecei de fato, a me aproximar dos estudos sobre teorias feministas e de gênero e a respeito da ética do sujeito contemporâneo de Judith Butler e Michel Foucault. Nessa perspectiva, a ética pode ser compreendida como “[...] a problematização dos modos da existência. Essa problematização refere-se tanto às relações com os outros quanto à relação consigo” (NARDI; SILVA, 2014, p. 143). Minha inclusão nos grupos e coletivos acontece apenas por meio da observação das interações e do que é postado, o que também foi disparador para pensar este projeto de pesquisa. Minha implicação e maior aproximação com pautas feministas e de gênero se dá através de conversações e questionamentos com pessoas do meu círculo social e da visitação de projetos e iniciativas sobre o tema em centros universitários e demais áreas públicas.

Na mensagem postada junto, há um *card* ilustrativo, que continha uma mensagem de convite com uma breve apresentação da pesquisa e, também, da pesquisadora. Os *posts* de convite foram publicados nos dias 25 e 26 de setembro de 2022.

Abaixo, imagem de uma das publicações. Todas foram replicadas da mesma forma.

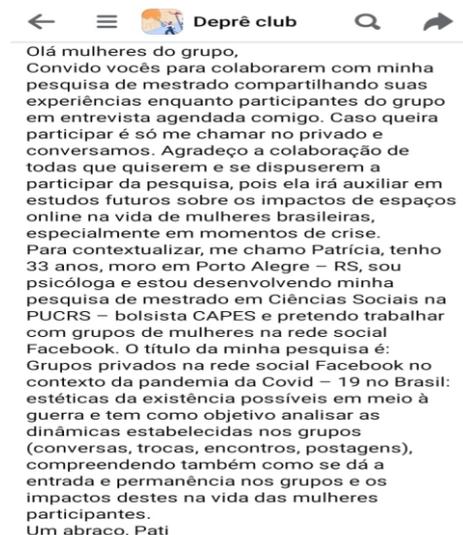


Figura 1: Mensagem do convite.

Fonte: Grupo Deprê Club\Facebook.



Figura 2: Card do convite.

Fonte: Grupo Deprê Club\Facebook.

As entrevistas foram realizadas na primeira quinzena do mês de outubro de 2022. No grupo Boleto +1 foram três entrevistas com três participantes do grupo. No grupo Deprê Club foi realizada uma entrevista com uma participante. Já no grupo Rede de Apoio às Mulheres foi feita uma entrevista com uma das moderadoras e duas entrevistas com 2 participantes,

totalizando seis entrevistas. Todas foram agendadas conforme a disponibilidade das participantes.

É importante destacar que ao longo do trabalho, são usados nomes fictícios para proteger a identidade das entrevistadas junto às falas mencionadas – recortes discursivos, para apresentação e discussão dos resultados. Apresento os nomes fictícios escolhidos para cada participante vinculando ao grupo pertencente e junto disso, as condições de vida de cada uma (idade, estado, se mora sozinha ou com demais pessoas, ocupação, se possui renda salarial fixa ou não, grau de instrução, número de filhos), informadas por elas no formulário enviado junto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Portanto, os nomes são fictícios, mas as condições anunciadas condizem com a realidade das participantes. São elas:

Grupo Boleto +1: **Gabriela** – 26 anos, SP, mora com os filhos, manicure – autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos; **Paula** – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa e complementa com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos; **Maria** – 37 anos, RS, mora com o marido e o filho, auxiliar de cartório e estudante de Nutrição, possui renda salarial fixa, Ensino Superior incompleto, 1 filho.

Grupo Deprê Club: **Joana** – 37 anos, RS, mora com o companheiro, programadora, possui renda salarial fixa, Pós-graduação, não tem filhos.

Grupo Rede de Apoio às Mulheres: **Madalena** – 43 anos, DF, mora sozinha, servidora pública, possui renda salarial fixa, Pós-graduação, não tem filhos; **Raquel** – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto.

Desta forma, as participantes da pesquisa são pertencentes a 4 estados do país (RS, SP, DF, RN), têm idades entre 26 e 43 anos, condição socioeconômica de baixa a classe média alta, condição social, cultural e educativa de baixa e alto nível de instrução. Algumas tem filhos e outras não, assim como, algumas possuem maior possibilidade de redes de apoio diante da viabilidade de acesso a serviços e pela própria condição favorável de circulação social. É importante pensar nesses atravessamentos na própria produção das subjetividades das mulheres entrevistadas, uma vez que, suas situações de vida marcadas por diferentes interseccionalidades – como: sexualidade, gênero, faixa etária, classe, nível cultural\educacional, inferem em seus modos de vida. Isso, além das organizações e rituais sociais que permeiam a sistemática dos 4 estados do país, com suas singularidades no acesso à educação, cultura, vagas de emprego, moradia, e, também, a disposição de recursos e boa administração de serviços públicos.

Candau (2012) realça a necessidade de se trabalhar junto a diferenças culturais em múltiplos contextos, atentando-se para a complexidade de elementos constitutivos e constituintes de realidades sociais e subjetivas. Chama a atenção para a urgência na construção de políticas públicas e sociais que acionem tais questões, levando em conta “[...] as diversas construções históricas e político-culturais de cada realidade”, enfrentando de forma mais fidedigna as desigualdades sociais presentes em cada contexto (CANDAU, 2012, p. 236). Destaca o direito de “afirmar a diferença em suas diversas especificidades”, como parte dos debates sobre direitos humanos.

Tratando-se de um estudo qualitativo que não busca, portanto, evidenciar uma representação completa da realidade de todas as integrantes dos 3 grupos selecionados; compreende-se que as 6 entrevistas realizadas com participantes ativas, disponibilizaram um panorama sobre as situações vivenciadas por elas no contexto atual, sua relação com os grupos e suas repercussões ao longo da pandemia, dialogando assim, com o tema da pesquisa.

As mulheres que se manifestaram a favor em participar das entrevistas que foram individuais com duração média de 30/ 45 minutos, receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, informando as características e o delineamento da pesquisa a partir de princípios ético-metodológicos. Para mais, juntamente com o TCLE, foi enviado um questionário com perguntas relacionadas a condição de vida das mulheres respondentes com o objetivo de obter um panorama geral sobre elas. O questionário tem como funcionalidade “descrever as características da população pesquisada” (GIL, 2008, p. 121).

O envio destes documentos foi feito de forma *online*, - o TCLE enviado por *e-mail* para assinatura *online* através do *software Clicksing* e o questionário disponibilizado através da plataforma *GoogleForms*, para facilitar a interação das participantes da pesquisa com a documentação planejada.

Inicialmente foi solicitada permissão para a gravação das entrevistas que foram transcritas com o objetivo de facilitar as análises posteriores. Entrevistas qualitativas semidirigidas no campo das Ciências Sociais tem a função de “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes e é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos”. (GASKELL, 2014, p. 64). São semidirigidas porque possuem um roteiro de perguntas a ser seguido, simultaneamente a possibilidade de a entrevistada falar de forma mais livre sobre as temáticas abordadas. Nesse sentido, a postura da entrevistadora tem papel essencial na díade de diálogos trocados durante a entrevista, guiando assim o procedimento.

O planejamento das entrevistas versou sobre o acolhimento e a compreensão de como vem sendo o período da pandemia em suas vidas, perspectivas de enfrentamento – desde o início em março de 2020; sobre a inserção, aproximação e permanência das mulheres nos grupos, sobretudo sobre o funcionamento e as interações entre elas e possíveis construções de redes de apoio emergentes. Para a construção das questões que elaboraram o roteiro das entrevistas tornou-se necessário “avaliar tanto os interesses quanto a linguagem do grupo em foco” (GASKELL, 2014, p. 65). Construir um ambiente possível (seja ele *online* ou presencial) que transmita conforto e segurança é de fundamental importância para que o entrevistado se sinta à vontade para falar sobre suas experiências, sentimentos e percepções ao longo da entrevista. Esse cenário é chamado de *rapport*.

Os relatos das mulheres são compreendidos como produções dialógicas carregadas de sentidos, além de constituírem-se como ato de resistência, vinculado a ideia de apropriação de lugar de fala. Para Butler (2015, p. 167): “quando agimos e falamos, não só nos revelamos, mas também agimos sobre os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o ser que fala, sujeitando-os à ruptura ou a revisão, consolidando suas normas ou contestando suas hegemonias”.

Foi utilizado o *software Reshape* para a transcrição das entrevistas que foram revisadas após o trabalho do aplicativo. Na análise das entrevistas, os documentos contendo as transcrições foram impressos e analisados cuidadosamente através de notas analíticas feitas nos arquivos impressos. Após esse passo, foram construídos 2 eixos de análise que contemplam as formações discursivas e os enunciados que mais emergiram nas falas das mulheres. Os 2 eixos são: 1) governo Bolsonaro e autoritarismo no Brasil: o governo da classe dominante, parte a): a ascensão das direitas no Brasil em interface com conjunturas políticas e sociais na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, e, parte b): a negação da pandemia e a precarização da população; 2) grupos de mulheres *online*, parte a): sofrimento ético-político, políticas da amizade e o cuidado de si, parte b): a solidão das mulheres: abandono do Estado e a completa responsabilização por si.

Butler (2021, p. 124) interpreta o discurso como performativo, na medida em que “[...] coloca em ação a própria mensagem que ele comunica: a comunicação é em si mesma uma forma de conduta; [...] destacando a “[...] ação que o discurso performiza”. Assim sendo:

Compreender a performatividade como uma ação renovável sem origem ou fins claros implica que o discurso não está, afinal, restringido nem por seu falante específico nem por seu contexto de origem. Definido não apenas pelo contexto social, esse discurso também é marcado por sua capacidade de romper com o contexto. Assim, a performatividade tem sua própria temporalidade social, na qual permanece habilitada precisamente pelos contextos com os quais ela rompe (BUTLER, 2021, p. 74).

Ainda, chama a atenção para a repetição dos discursos, “o falante assume a responsabilidade pelo discurso precisamente em razão de seu caráter citacional. O falante renova os símbolos linguísticos de uma comunidade, reeditando e revigorando esse discurso. A responsabilidade está, portanto, relacionada à repetição do discurso, e não a sua origem” (BUTLER, 2021, p. 72).

O referencial de análise para interpretação das redes discursivas dialogadas nas entrevistas e investigação de enunciados, será a análise discursiva foucaultiana; que busca “[...] fazer aparecer as discontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 2018, p. 83), e não construir uma história linear sobre como a humanidade se constituiu dentro de suas origens, mas sim, produzir investigações através de um olhar crítico e contra hegemônico sobre como nos tornamos sujeitos políticos. De acordo com Foucault (2013a, p. 307) em sua genealogia existem três tipos de domínios:

Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber, segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais.

Conforme Rosenthal (2014, p. 26) a pesquisa social interpretativa aciona “[...] a reconstrução do sentido subjetivamente visado e a reconstrução do sentido latente e, com isso, do conhecimento implícito que o acompanha – relativo aos atores no mundo social”. Pesquisas com análise do discurso foucaultiana enquanto referencial analítico/interpretativo nas Ciências Sociais, possibilitam a entrada nas teias de produção de significados sociais constituídos por meio de relações de poder ao longo do tempo e conseqüentemente, da historicidade do corpo, da subjetividade e das coisas (VÖLTER; ROSENTHAL, 2014). A autora Rosenthal (2014, p. 26) propõe que “[...] além da reconstrução desses estoques de saber – formados e constantemente modificados na socialização – e do significado conscientemente intencionado de uma ação (como também de um ato de fala), a interpretação de um texto visa à reconstrução de seu significado social geral”.

A análise do discurso consolida-se vinculada ao movimento filosófico do pós-estruturalismo, uma corrente interdisciplinar do conhecimento que busca desconstruir a binaridade diluída na *práxis* do pensamento filosófico tradicional, enquanto epistemologia de investigação e interpretação de fenômenos individuais e coletivos. Questiona a universalidade do sujeito, a constituição de verdades absolutas, a sistematização de organizações sociais e as formas pelas quais se produz e (*re*) produz ciência (AGUILAR; GONÇALVES, 2017).

Este movimento se expandiu a partir de pressupostos advindos da corrente teórica estruturalista. De acordo com Brandão (2015, p. 44): “[...] enquanto o estruturalismo se debruça sobre a análise sincrônica das estruturas, o pós-estruturalismo mostra um renovado interesse por uma história crítica, ao se concentrar na análise diacrônica, na mutação, na transformação e na descontinuidade das estruturas”. Ainda, de acordo com Aguilar; Gonçalves (2017, p. 36):

[...] para além das preocupações relativas às diferenças entre as classes sociais, o pós-estruturalismo questiona a sociedade em relação a outras formas de dominação que resultam na exclusão das minorias, como por exemplo, as relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade.

A análise crítica do discurso versa sobre “[...] as disfunções sociais, muito frequentemente expressas em termos de “poder”, ou de “desigualdade social” (MAINGUENEAU, 2020, p. 7). Esses discursos constituem e são constituídos por sujeitos que são interpelados por normas sociais e/ou institucionais, atravessados por relações de poder em constante tensão e transformação no tempo/espaço. O sujeito aqui, não se apresenta essencialmente como sujeito empírico identificado, ou o sujeito individual da fala, ele pode ser um sujeito coletivo (MAINGUENEAU, 2020). De acordo com José Pinto (2002, p. 26):

Sua prática é primordialmente a de procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural, mais amplo no interior dos quais se deu o evento comunicacional.

No livro *A arqueologia do saber*, Foucault (2008, p. 31), fala sobre o enunciado: “trata-se de entender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado”. José Pinto (2002, p. 32), descreve: “enunciação é ato de produção de um texto e se opõe a enunciado, que é o produto cultural produzido [...]”. Para essa análise, é fundamental que o analista se depare com algumas

questões fundamentais, como: quem fala, onde fala, o que fala, de qual meio fala, para quem fala e para quem pretende falar. Conforme Maingueneau (1997, p. 54): “[...] o próprio espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte contingente, um “quadro” exterior ao discurso, supõe a presença de um *grupo específico* sociologicamente caracterizável, o qual não é um grupo fortuito de porta-vozes”.

As formações discursivas podem ser entendidas como: “uma descrição dos enunciados” [...], ou, “grupos de enunciados, isto é, conjunto de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível de frases [...]” (FOULCAUT, 2008, p. 139). Além disso, entende-se que podem existir diferentes enunciados em uma mesma formação discursiva que por conseguinte, constituem o discurso.

Nesse sentido, enunciado e formação discursiva são construídos historicamente, formando uma rede de saberes enlaçada através de signos sociais que constroem modos, formas, normas, e, por conseguinte, subjetividades e formas de se relacionar. A leitura das formações discursivas é feita levando em conta as relações “[...] estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (FOUCAULT, 2008, p. 140).

Já o contexto de recepção constitui-se como o espaço onde a fala é disseminada. O significado de um enunciado é constituído no contexto de recepção. Torna-se fundamental pensar no atravessamento de instituições nesses contextos, visto que, atribuem um lugar de poder (que pode ser diluído e assimétrico) e/ ou de sujeição – ambos não possuem conotação necessariamente negativa ou de força, a quem fala e a quem escuta. Para Foucault (2007, p. 161):

Temos que deixar de escrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “máscara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Nesta pesquisa, o contexto de enunciação refere-se aos grupos de mulheres e na rede social *Facebook*, tendo como recorte temporal a pandemia da *Covid – 19* no país. Já o contexto de recepção, pode ser compreendido como a presença e as interações das próprias mulheres pertencentes aos grupos. Compreende-se que este tipo de análise impulsiona a compreensão do fenômeno a ser estudado, uma vez que, a arqueogenealogia orientada por Foucault propõe a desnaturalização de constructos sociohistóricos e discursos hegemônicos a respeito da

sexualidade, gênero, e outras categorias subjetivantes; vinculadas a regulações sociais que incidem sobre os corpos, subjetividades e grupos sociais. Dando assim, espaço para a produção de discursos de resistência a partir de vozes oprimidas historicamente.

Mesmo com fortes críticas – precisas, de perspectivas feministas sobre o apagamento das formas de sexualização feminina e a multiplicidade de vivências das mulheres na obra de Foucault, tanto na história dos feminismos como nos constructos da obra do autor, existe uma problematização sobre a ética do sujeito contemporâneo e a universalização do ser – sob ópticas diferentes, mas que aproximam entre si. Desta forma, acredita-se na complementaridade de ambas as perspectivas do conhecimento e formas de analisar e interpretar fenômenos sociais, ainda que haja singularidades e especificidades que se excluem e se conectam simultaneamente. De acordo com os autores Narvaz; Nardi (2007, p. 52): “há, tanto em Foucault quanto no feminismo uma preocupação com a liberdade, tanto na problematização das teorias totalizantes quanto na problematização das identidades aprisionadas no gênero, convergência esta que remete à questão da teoria do sujeito”.

Seguindo nessa perspectiva de análise crítica, os atravessamentos e interações constituídos a partir da leitura social do gênero – enquanto categoria de análise norteadora deste trabalho, também são fundamentais para a construção de um olhar mais aproximado sobre o tema desta pesquisa, uma vez que, a partir da nomeação social do gênero são implicadas uma série de normatizações diretamente implicadas em relações de saber\poder. Biroli (2018, p. 9) apresenta através de suas pesquisas que “nas últimas décadas a posição relativa de mulheres e homens modificou-se profundamente no Brasil e em outras partes do mundo. Houve transformações na vivência e na compreensão nos papéis de gênero e nas relações em que estes ganham realidade”. A autora destaca também as transformações nos debates feministas a partir de sua maior multiplicidade, abordando às lutas “[...] com noções mais complexas das experiências e das necessidades das mulheres, vistas em suas diferenças e do prisma das desigualdades de classe, raça, etnia, sexualidade, geração” (BIROLI, 2018, p. 9).

Conforme Collins; Bilge (2021, p. 29): “[...] o gênero é uma divisão social fundamental na vida cotidiana, o gerenciamento de identidades de masculinidade e feminilidade adquire importância mais que vital nessa área pública global”. Nessa perspectiva, Butler (2014; 2016) escreve sobre como a norma é transformada em regulador social, dialogando com Foucault (2007, p. 153 – 154) que assinala:

[...] as marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um conjunto social homogêneo, mas que têm si mesmos um papel de classificação, de hierarquização, e de distribuição de lugares.

Butler (2014; 2016) atenta para o fato de o binarismo de gênero servir como uma forma de naturalizar corpos e como ferramenta útil ao Estado, uma vez que (re) produz o controle sobre a população. Conclui que o sistema binário esvazia o campo semântico de gênero, pois este vai além, na direção de uma “multiplicação dos gêneros” (BUTLER, 2014, p. 254). Para a autora: “gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (BUTLER, 2014, p. 253).

Na concepção do feminismo interseccional busca-se a inserção de mulheres em sua multiplicidade, diferenças, particularidades e especificidades na produção de movimentos pelos direitos, pela liberdade em suas complexas *nuances* e maior emancipação das mulheres na possibilidade real de um mundo mais equânime e (*trans*) formador. Ou seja, leva-se em consideração recortes de vida e interseccionalidades – raça, classe, gênero, sexualidade; que implicam diferentes necessidades e performatividades na produção de processos de subjetivação e experiências de vida.

Sobre a historicidade do termo, no início do século XXI a expressão interseccionalidade começou a ser utilizada por grupos de intelectuais, acadêmicos, militantes envolvidos em projetos políticos e sociais, analisando sistematicamente categorias distintas – como por exemplo: sexualidade, gênero e classe, mas que se influenciam reciprocamente, ou seja, no sentido de que “não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16).

Duas características primordiais esboçam a base do pensamento acadêmico e ativista pautado na interseccionalidade:

- 1) uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizado nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos; e 2) uma ferramenta importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 56).

Trabalhar com uma perspectiva interseccional auxilia na investigação de fenômenos sociais abrangendo desigualdades, além de desconstruir uma visão unilateral ou bilateral de dinâmicas sociais, subjetivas e interpessoais. O amplo guarda-chuva da interseccionalidade

proporciona investigações de diferentes configurações de maneira dilatada, compreendendo a complexidade e envolvimento de múltiplos fatores e a dinamicidade de relações de poder na fluidez da constituição de estruturas sociais. Conforme as autoras Collins; Bilge (2021, p. 18): “[...] o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais”.

Vista como uma *práxis* crítica, a interseccionalidade possui 6 características essenciais que se comunicam entre si para a produção de suas análises e ações: desigualdade social que não é produzida a partir de um único fator e tem a política da solidariedade como elemento da *práxis* interseccional que prioriza a defesa dos direitos humanos, relações de poder interseccional, contexto social, a relacionalidade, justiça social e complexidade. Para a melhor investigação de fenômenos sob à luz da interseccionalidade é fundamental compreendê-los a partir destes 6 eixos analíticos (COLLINS; BILGE, 2021).

Segundo a corrente do pensamento interseccional “as relações de poder dependem de práticas organizacionais duráveis, embora variáveis [...] (COLLINS; BILGE, 2021, p. 20); onde 4 domínios de poder são constitutivos das organizações e práticas sociais e sobre como são postas em ação em sociedade, são eles: estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal. Collins, Bilge (2021, p. 30) mencionam que:

A interseção entre identidade experiência é reflexo dos jogos de poder que acontecem nos domínios estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais do poder, identidades que transparecem tanto nas interações sociais cotidianas como na imagem pública.

O domínio estrutural corresponde “[...] às estruturas fundamentais das instituições sociais [...]” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 20). Já o domínio cultural refere-se a “[...] importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder [...], como o poder das ideias, representações e imagens em um mercado global normalizam atitudes e expectativas culturais em relação às desigualdades sociais” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 23). O domínio disciplinar diz respeito a como pessoas e grupos são disciplinados socialmente através de práticas ditadas justa ou injustamente, de acordo com uma infinidade de variações e categorizações, imbricando possibilidades de sucesso e ascensão social ou lugares produzidos as margens da sociedade produzidos pela marginalização, podendo “[...] incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 26). Ou seja, “[...] como indivíduos e grupos, somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o *status quo*, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 26). O domínio interpessoal é sobre como as pessoas experienciam

nas práticas cotidianas a confluência entre os domínios estrutural, cultural e disciplinar. De acordo com as autoras Collins; Bilge (2021, p. 29): “esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais”.

### 3.1 DESCRIÇÃO DOS GRUPOS SELECIONADOS

Neste tópico é apresentado uma breve descrição dos grupos selecionados para a pesquisa. A seleção dos grupos foi feita a partir da inserção da pesquisadora nestes e, também, de pesquisa na internet via o *website* de pesquisa *Google*, sobre iniciativas de mulheres brasileiras para se ajudarem umas às outras no contexto da pandemia da *Covid – 19*, em campos digitais. Os grupos Boleto +1 e Deprê Club, surgiram logo após o início da pandemia e o grupo Rede de Apoio às Mulheres iniciou suas atividades no ano de 2019. Os grupos foram selecionados levando em consideração quantidade de participantes e repercussão nas redes midiáticas brasileiras (divulgação em matérias jornalísticas, *websites* de informação, entretenimento, entre outros).

#### 3.1.1 Boleto +1

Surgimento do grupo: 16 de março de 2020.

Moderadora (s): O grupo possui 6 administradoras e uma moderadora.

Objetivo do grupo: O grupo contempla a postagem e diálogo dos seguintes temas: #pedidosnecessidades; #pedidosresolvidos; #divulgaçãodetrabalhobuscaprodutos; #pedidodeajuda; #auxílioemergencial; #ajudaurgente; #vagadeemprego; #duvidasjuridicas; #utilidadepública; #auxíliopsicológico, entre outros relacionados com a temática do grupo.

Descrição do grupo: “A missão do Boleto+1 é oferecer apoio financeiro e afetivo para mulheres em tempos de coronavírus, através da construção de uma rede de apoio baseada nas redes sociais. O nosso ponto de encontro é virtual, mas o impacto na vida de cada uma de nós acontece na vida real. A imensa maioria dos/das participantes do grupo são mulheres (97%), por isso nos referimos às membras e nos chamamos de "Boleteiras". Temos importantes apoiadores homens, que estão com a gente desde o início do grupo. No momento, contudo, aceitamos apenas mulheres cis e trans como novas membras. Aqui, respeito e afeto são fundamentais. Ofereça às companheiras do grupo atenção e compreensão. Evite julgamentos. Colabore como puder. O respeito às regras é fundamental. A infração das regras pode levar à exclusão do grupo e a

decisão sobre a permanência por aqui é exclusiva da administração. Tem sugestões sobre o funcionamento do grupo? Escreva um post e vamos debater no grupo. Juntas podemos construir uma comunidade cada vez melhor!” (copiado originalmente do *website* do grupo).

Regras do grupo: 1 Respeito; 2 Divulgação de trabalho; 3 Pedidos de apoio; 4 Restrição de fotos; 5 Use *hashtags* para identificar postagens; 6 Proibido spam ou postagens repetidas; 7 Proibido postagens sobre medicações; 8 Proibido perfis falsos; 9 Comprovações de apoio; 10 Compartilhamento de informações que não se adequam a temática do grupo.

Quantidade de participantes: 61,1 mil.

Frequência de postagens: Semanal.

### 3.1.2 Deprê Club

Surgimento do grupo: 23 de março de 2020.

Moderadora (s): O grupo contém uma administradora.

Objetivo do grupo: Sem objetivos publicados.

Descrição do grupo: “apenas mulheres. se vc tem ansiedade/ depressão/ bipolaridade ou qualquer outro transtorno mental entra aqui pra gente se apoiar” (copiado originalmente do *website* do grupo).

Regras do grupo: Sem regras publicadas.

Quantidade de participantes: 122.

Frequência de postagens: Mensal.

### 3.1.3 Rede de Apoio às Mulheres

Surgimento do grupo: 27 de setembro de 2019.

Moderadora (s): O grupo contém 15 administradoras e uma moderadora.

Objetivo do grupo: O grupo contempla a postagem e diálogo dos seguintes temas: #abraceoram ().

Descrição do grupo: “No início queríamos 'apenas' nos proteger. Rapidamente passamos a levar alimentos, gás e dignidade a mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Junte se ao grupo. SOME COM A REDE

#JuntasSomosMaisFortes

     (copiado originalmente do *website* do grupo).

Regras do grupo: 1 Respeito é fundamental; 2 Proibido copiar posts do grupo; 3 Proibido pedido de ajuda nas postagens; 4 Proibido postar PIX.

Quantidade de participantes: 9.058.

Frequência de postagens: Semanal.

#### **4. CIBERESPAÇO E MOVIMENTOS COLETIVOS EM REDE**

##### **4.1 DA VIRTUALIZAÇÃO AO CIBERESPAÇO: O SURGIMENTO DE OUTRAS FORMAS DE VIDA E DE INTERATIVIDADE SOCIAL**

Os processos de virtualização emergiram como um movimento instituinte que implica majoritariamente em mudanças que vão além das complexas conexões de informação e comunicação, mas também vinculadas aos “[...] corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge as modalidades do estar junto a constituição do “nós”: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual” (LÉVY, 2011, p. 11).

A composição de um discurso do “nós”, enquanto surgimento de identidades coletivas, implementa ações coletivas de sujeitos políticos na formação de grupos que lutam por outras significações e realidades possíveis, vinculadas ao desmantelamento das desigualdades, direito as diversidades, emancipação e autonomia de grupos em relações de solidariedade e modos de vida mais democráticos (PRADO, 2001).

[...] a identidade coletiva e o político articulam-se dependendo da existência de redes sociais e relações entre os atores, nos contextos próprios de cada sociedade e, dependendo das formas que as correntes de equivalência entre as lutas sociais serão estabelecidas, determinando a localização do elemento externo o ELES, que permite reciprocidade ao NÓS, mesmo que pelas relações de oposição” (PRADO, 2001, p. 168).

A relação do NÓS com ELES, se dá pela diferenciação do discurso externo do ELES, um espaço relacional entre duas instâncias discursivas complexas embasadas em relações socioinstitucionais de poder que perpassam por todo tecido social. Desta forma, o discurso do NÓS, não é compreendido de forma unificada, mas como uma formação dialética de elementos discursivos que fabricam significados (PRADO, 2001).

O ciberespaço diz respeito a relação simbiótica entre os seres humanos, a cultura e as possibilidades de interação propostas pelas novas tecnologias, redes de computadores

instituindo uma rede rizomática que circula por toda esfera social. Pessoas passam a fazer trocas de acordo com seus interesses e curiosidades em redes que abrem espaço para a pluralização e potencialização da diversidade (LÉVY, 2011).

O ciberespaço favorece as conexões, as coordenações, as sinergias entre as inteligências individuais, e sobretudo se um contexto vivo for melhor compartilhado, se os indivíduos puderem se situar mutuamente numa paisagem virtual de interesses e de competências, e se a diversidade dos módulos cognitivos comuns ou mutuamente compatíveis aumentar (LÉVY, 2011, p. 116).

Nesse sentido, o ciberespaço recria modos de relacionar-se consigo mesmo, com o outro e com o mundo, sem fronteiras demarcadas instaurando outras práticas em sociedade. “[...] o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização” (LÉVY, p. 16, 2011). Ou seja, a virtualização não se opõe ao real, gera impactos na constituição de uma extensão deste, em um caminho de acesso que vai do virtual para o atual.

Lemos (2008) visualiza três princípios da cibercultura: 1 - liberação do polo de emissão, associada as novas plataformas de interações sociais (*blogs, chats, sites*, comunidades virtuais, etc), 2 - conexão generalizada, dando voz a subjetividades invisibilizadas por práticas de comunicação anteriores (*mass media*), 3 – reconfiguração da paisagem comunicacional, “em várias expressões da cibercultura, trata-se de reconfigurar práticas, modalidades midiáticas, espaços [...]” (LEMOS, 2008, p. 18), assim, coexistindo com formatações anteriores.

A revolução da interação comunicacional proposta pelas novas tecnologias midiáticas e da informação, implica transformações culturais eminentes nas sociedades contemporâneas. Compreendendo o ciberespaço como “[...] uma nova matriz de forças políticas e culturais [...]” (SANTAELLA, 2003, p. 73).

Em contrapartida, atravessadas por dispositivos de controle, as redes passam a ser dispositivos importantes na desenvoltura de práticas mercadológicas em prol da expansão demarcada pelo capitalismo. Problematizando, assim, a suposta liberdade dos sujeitos nas redes em curso, ou seja, “o reino dessa liberdade, portanto, será predominantemente a liberdade do mercado” (SANTAELLA, 2003, p. 73) e não um espaço majoritariamente democrático.

Há também a existência política dos *Cypherpunks*. Grupos de ativistas que lutam em uma guerra criptográfica vinculada a privacidade de dados e ao combate do controle maciço de informações – e respectivamente, associados as políticas que governam a população e a

sociabilidade urbana. Os *Cyberpunks* “[...] defendem a utilização da criptografia e de métodos similares como meio para provocar mudanças sociais e políticas. Criado no início dos anos 1990, o movimento atingiu seu auge durante as “criptoguerras” e após a censura da internet de 2011 [...]” (ASSANGE, 2013, p. 5).

No Brasil este tema começa a ganhar destaque durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/ 2011), quando o Ministério da Cultura se aproximou da produção de políticas de integração da cultura digital livre, “[...] baseado no compartilhamento do conhecimento e no incentivo uso de ferramentas como o *software* livre [...]” (VIANA, 2013, p. 10).

Pode-se pensar em uma militarização do ciberespaço, “[...] a vigilância das comunicações em rede por serviços de segurança e inteligência de diversos países” (VIANA, 2013, p. 10). Por meio do desenvolvimento de códigos criptografados podem interagir em processos políticos e governamentais, no sentido de produzir um olhar crítico e uma maior conscientização dos processos de controle de informações do Estado e outras ações políticas, por meio de denúncias feitas por grupos vinculados ao movimento dos *Cyberpunks* (VIANA, 2013).

Simultaneamente as realidades transversalizadas pelo mercantilismo neoliberal, conjunturas ideológicas e de controle governamental, o campo aberto do ciberespaço inclui formas livres de expressão e construção individual e coletiva. “Isso dá as redes uma constituição comunicativamente revolucionária da qual um número incontável de organizações culturais, artísticas, políticas e sociais está tirando vantagem e sem a qual essas organizações marginalizadas ou silenciadas” (SANTAELLA, 2003, p. 75).

Santaella (2003) escreve sobre a relação dos seres humanos com as máquinas, concebendo a subjetividade constituída cada vez mais próxima aos sistemas máqunicos. Desde os anos 90 Castells (1999, p. 40) já previa: “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela”; trazendo colaborações sobre a sociedade em rede e as novas configurações de grupos sociais via internet.

O ciberespaço é constituído como um amplo campo multidimensional, desterritorializante, em que se torna possível ao sujeito transitar por diversas realidades, transformar-se dentre elas e vice-versa. Lançando mão de outros territórios codificados por fronteiras híbridas (SANTAELLA, 2003). Assim, “[...] possibilita aos indivíduos/coletivos estarem imersos em uma maior flexibilidade social, em uma organização fluida com papéis menos rígidos e lugares sociais intercambiáveis” (CHAMPANGNATTE, CAVALCANTI, 2015, p. 317).

A cultura digital se articula com a ideia da construção de múltiplas identidades, primordialmente heterogênea. O ciberespaço viabiliza ao sujeito a condição de “jogar” com sua identidade, isto é, mover-se constantemente. A partir daí qualquer sujeito pode vir a se tornar produtor de seus próprios artefatos, se transformar e ser transformado a partir destes (SANTAELLA, 2003). Conforme Lévy (2011, p. 113): “no ciberespaço, em troca, cada um é potencialmente emissor e receptor num espaço qualitativamente diferenciado, não fixo, disposto pelos participantes, explorável”.

Há ainda a conjuntura de um corpo cibernético, em que o corpo humano é problematizado a partir das transformações sociais e subjetivas estimuladas pela era digital, em um campo de abertura para outras formas fronteiriças. “[...] corpo híbrido entre o orgânico e o maquínico e que culminaram na convicção de que o ser humano já está imerso em uma era pós-biológica, pós-humana” (SANTAELLA, 2003, p. 182).

*Cyborg* – “em um mesmo corpo, reúnem-se o mecânico e orgânico, a cultura e a natureza, o simulacro e o original, a ficção científica e a realidade social” (SANTAELLA, 2003, p. 186), um corpo sofisticado, tensiona dualidades e dicotomias entre vias de um acoplamento embaraçoso. A subjetividade e seus processos constitutivos passam a ser complexificados de forma mais amplificada, performática e transformacional. “Integre-se, pois, à corrente. Plugue-se. Ligue-se. A uma tomada. Ou a uma máquina. Ou a outro humano. Ou a um *cyborgue*. Torne-se um: devir-*cyborgue*. Eletrifique-se. O humano se dissolve como unidade. É só eletricidade. Tá ligado?” (TOMAZ-TADEU, 2009, p. 14).

#### 4.2 AÇÕES E MOVIMENTOS COLETIVOS EM REDE: DA AMPLIAÇÃO DO POLÍTICO DO REAL/ VIRTUAL/ ATUAL

A partir da década de 1990, o campo da internet vislumbrou a possibilidade de maximização de novas organizações coletivas, de projetos de resistência política ao protótipo de globalização capitalista, a partir da produção de outros cenários possíveis, complementares; diferentes dos modelos de poder tradicionais em paralelo a construção de modos mais democráticos de vida e circulação social. Os novos modos de interação frente às multiplicidades ofertadas pela *Web*, vem a acrescer meios anteriores de comunicação em massa, como por exemplo, a televisão, o rádio, entre outros (CHAMPANGNATTE, CAVALCANTI, 2015).

Na internet, é possível que o receptor de conteúdos desempenhe o papel de transmissor e vice-versa, amplificando a rede de comunicações em uma dinâmica horizontal (todos-todos), rompendo com a monopolização dos processos de interação e a dispersão de informação. Desta

forma, torna-se viável protestar contra a hegemonia de discursos presentes nas redes digitais, que incorporam ferramentas políticas-ideológicas acopladas as teias do capitalismo (CHAMPANGNATTE, CAVALCANTI, 2015).

A dinamicidade favorecida por dispositivos da *Web*, potencializa o surgimento de dialogicidades por meio de espaços mais democráticos e equânimes de sociabilização, veiculados por movimentos sociais e ações coletivas em rede. Através da Comunicação Mediada por Computadores (CMC), torna-se viável a comunicação de forma mais rápida, amplificada e multidimensional, promovendo acesso a relações sociais distintas, ampliando articulações de causas em pauta (DINIZ, CALEIRO, 2011).

Dialogando com a temática dessa pesquisa, o ciberativismo “[...] é, por excelência, um meio precípuo de fomentar o exercício da cidadania da rede de pressionar governos e corporações a promoverem ações a partir de vozes atomizadas que se somam a cerca de um interesse comum” (DINIZ, CALEIRO, 2011, p. 42, 2011). Compreende-se que os grupos selecionados para esta pesquisa, que tem como objetivo ofertar redes de apoio para mulheres – seja financeira para manutenção de condimentos básicos, ou emocional, através das redes de amizades e solidariedade constituídas nestes espaços, apresentam potencial para atuarem como dispositivos base na constituição de coletivos ciberativistas que lutam por uma sociedade mais equânime e menos desigual. A partir da interação nos grupos, podem emergir estratégias de enfrentamento as adversidades vivenciadas que podem se expandir para além da internet,

Tomando parte de uma mesma causa, os ativistas on-line fazem da internet seu maior instrumento, enviando informações uns para os outros de forma instantânea, produzindo conteúdos contra-hegêmonicos com uma ampla divulgação e mobilizando um número cada vez maior de usuários em favor de suas causas (DINIZ, CALEIRO, 2011, p. 48).

A partir destas ações em rede, questiona-se formas dominantes de interação, comunicação e disposição de informações, praticadas por meios de comunicação em massa tradicionais, por meio da transposição de redes discursas hegemônicas. “[...] o poder é distribuído e os processos de seleção/filtragem e eventualmente censura da informação agora não estão representados por uma autoridade estatal ou pela figura do editor/ *gatekeeper*, mas na arquitetura inerente a cada ambiente virtual” (DINIZ, CALEIRO, 2011, p. 43).

O ciberativismo surge enquanto fenômeno social de forma simultânea ao advento da internet e outras tecnologias da informação. Compreende-se como “[...] o conjunto de práticas realizadas em redes cibernéticas, com o objetivo de ampliar os significados sociais por meio da

circulação na rede de discursos e de ferramentas capazes de colaborar na defesa de causas específicas” (ARAÚJO, FREITAS, 2012, p. 114). Araújo *et al* (2012), apresentam 4 etapas de constituição do ativismo em rede que são associadas entre si, são:

- Surgimento: No espaço de elaboração da internet, o ciberativismo surge como forma de disputa tecnosocial, tencionando a internet a evoluir para uma tecnologia não proprietária.
- Pré-*web*: Momento inicial da internet, quando representava apenas um ambiente comunicativo baseado em troca de mensagens de texto. Redes como a *PeaceNet* são usadas como forma mais eficiente de comunicação entre ativistas distribuídos pelo mundo.
- Popularização da *web*: Representa o início e expansão da primeira web. É neste momento que surgem os primeiros sites de apoio a causas ativistas, protestos organizados pela rede, coberturas alternativas e as primeiras ações práticas de Desobediência Civil Eletrônica. Começam a surgir as primeiras ações de *hacktivismo*, porém ainda eram escassas as plataformas de ação a distância.
- *Web 2.0*: Com a tendência do surgimento de novas ferramentas que ampliação do caráter interativo da *web*, o ciberativismo se apropria de *blogs* e sítios de mídias sociais. Tecnologias móveis facilitam as formas de organização de movimentos através da rede. Porém, ao mesmo tempo, estas ações são imersas em mais mecanismos de controle, que podem ser suplantados por tecnologias do anonimato (ARAÚJO *et al*, p. 13, 2012).

Oliveira, Maziero, Araújo (2018) apresentam a *Web 3.0* (momento atual) como uma extensão aperfeiçoada das épocas anteriores sistematizadas entre *Web 1.0* (o mundo novo) e *Web 2.0* (a era social), tendo como uma de suas principais características a inteligência. A *Web 3.0* emerge vinculada ao conceito *Web Semântica*, onde se utiliza da linguagem *eXtensible Markup Language* para construir categorias semânticas e de significado sobre os contextos contemplados nas interações virtuais, para o contato mais aproximado, rápido e eficiente com os usuários. O objetivo da *Web 3.0* é o de facilitar a dinamicidade de informações para usuários do mundo todo, de forma mais assertiva relacionada as demandas dos usuários, com a proposta de criar ambientes mais democráticos de interação a partir de múltiplos dispositivos digitais. Contudo, apesar da maior rapidez e difusão da informação, há a possibilidade de circulação de informações falsas e, portanto, não fidedignas. A questão da privacidade dos usuários também é ponto de tensão sobre o desenvolvimento e praticidade da *Web Semântica*. Os componentes fundamentais dessa nova organização são:

Os metadados que reconhecem as informações buscadas pelo usuário; as ontologias que são conjuntos de conceitos que através de uma relação entre si, explicam uma área de conhecimento; a linguagem da Web, que é uma forma especial para serem processadas pelas máquinas; e agentes, que é o software que terá o papel de reunir, organizar, selecionar e apresentar informações a um usuário humano (OLIVEIRA, MAZIERO, ARAÚJO, p. 69, 2018).

Para contextualizar, movimentos marcantes na história no desenvolvimento e aprimoramento da internet em relação a interações e movimentos sociais, as manifestações Zapatistas em 1994 no México, configuram-se como marco inicial do ativismo digital inaugurando outras práticas de resistência. A luta se dava por formas mais democráticas de gestão de territórios (ALCÂNTARA, 2015).

Na chamada Primavera Árabe em 2011, países como Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmem, entre outros, organizaram diversas manifestações utilizando-se das redes para confrontar o modelo ditatorial vigente nestes países, a favor da democracia. O *Twitter* foi uma das principais ferramentas digitais utilizadas nestes movimentos, onde foram arquitetados movimentos que ganharam as ruas através do convite a população para participar dos protestos (CARVALHO, SIQUEIRA, 2019).

No Brasil, as manifestações de 2013 são compreendidas como marco histórico na democracia do país e na organização de ações e movimentos coletivos atravessados e impulsionados pelas redes, confabulando uma maior interação com o governo e seus governantes. O movimento iniciou por conta do aumento abusivo das tarifas de passagens de ônibus, estendendo-se para outras problemáticas vigentes. O Movimento Passe Livre instituiu-se através de plataformas digitais, exponencialmente no *Facebook* e *Twitter*, organizando manifestos no país. Já em 2009, com a Lei da Ficha Limpa que surge com o objeto de aumentar a confiabilidade dos candidatos ao governo, foram organizados movimentos pela população nas redes sociais para a arrecadação de assinaturas para implementação da lei. Em 2012, no julgamento do Mensalão, houve também uma explosão de postagens e interações nas redes sobre o assunto abordado, aproximando a população dos desdobramentos sociais, políticos e governamentais (CARVALHO; SIQUEIRA, 2019).

[...] a análise que se faz é que o cenário se modificou e a politização popular foi crescente, o que constituiu uma ferramenta importante no cenário democrático, já que o direito ao voto para escolher os representantes não é suficiente para garantir, por si só, a vontade popular (CARVALHO; SIQUEIRA, p. 14, 2019).

No Brasil, as lutas das mulheres e os coletivos feministas ganharam destaque há três décadas nas redes e dispositivos midiáticos, pela ampliação de reivindicações e movimentos de resistência as desigualdades, formas de opressão e violência sofridas por mulheres (GOHN, 2019). De acordo com Gohn (2019, p. 55), “de todos os movimentos sociais que participaram da cena pública nos últimos cinquenta anos, o das mulheres foi um dos que mais avançou, no

sentido de combate às desigualdades, talvez o que mais questionou as diferenças sociais e exigiu respeito às diferenças culturais [...]”.

Ciberfeminismo, entendido como um movimento político de resistência a modulação de um sistema patriarcal, que busca um feminismo vinculado também ao domínio das novas tecnologias e aparelhos midiáticos, estimulando assim, um outro campo de inserção as lutas das mulheres. Mulheres que constroem sua emancipação também através das relações e trocas coletivas feitas por meio das redes (KUNZRU, 2009).

O ativismo inserido na burocracia pode ser estratégico para promover a inclusão das perspectivas dos movimentos feministas nas tomadas de decisão no interior do Estado pelo claro motivo de que, dentro dele, podem ocupar posições as quais teriam condições de influir mais fortemente nas pautas [...] (BRITO, 2019, p. 236).

Em 2010, começam a se articular movimentos coletivos de mulheres em redes sociais – *Facebook* e *Twitter*, abordando temáticas sobre as vivências cotidianas de mulheres com a violência, através de abusos, assédios, machismo, misoginia, etc, por meio de *hashtags* como: #MeuPrimeiroAssédio; #MeuAmigoSecreto; #AgoraÉQueSãoElas, mais recentemente, #EleNãoEleNunca, referindo-se a aversão ao atual presidente do país, Jair Bolsonaro. Além disso, questionavam a condução de políticas conservadoras no Congresso Nacional (DUTRA, 2018).

As mulheres começam a expor nas redes suas experiências, posicionamentos e práticas, encontrando nesses contextos, espaço de fala, voz, tornando questões que eram privadas, públicas, para acesso, discussão, aprendizado, e, outros devires possíveis em suas trajetórias. Conforme Dutra (2018, p. 25) “palavras ligadas a esses aspectos afetivos, valores e respeito, como *Sororidade* e *Empatia*, passaram a ser usadas frequentemente nos *posts*, para lembrar a união necessária na superação e reconhecimento das mulheres em suas adversidades individuais e coletivas”.

O fenômeno da Primavera Feminista no Brasil, diz respeito a construção de movimentos ativistas - coletivos de mulheres, alavancados através das redes sociais. Originado na década de 1990, este movimento começa se manifestar de forma significativa no país no ano de 2015, por meio de manifestações organizadas no ciberespaço que se estenderam as ruas. Tais movimentações, alinham-se ao ciberfeminismo praticado através das redes, propondo um alcance expressivo dos feminismos em rede e a maior identificação de mulheres com o feminismo (DUTRA, 2018). “A identidade feminista também se fortalece ou em primeira impressão se estabelece, por fazer mulheres compartilhar e se identificar com o feminismo na

rede, traçando um novo caminho muito mais plural e democrático, desconstruindo estereótipos (DUTRA, 2018, p. 25).

A internet pode viabilizar a expansão do exercício da cidadania e participação social e política de atores sociais nas dinâmicas organizacionais em sociedade, contribuindo para um processo de educação da sociedade civil sobre o âmbito público frente aos processos governamentais. Destaca-se da importância da maior conscientização da população referente as relações de poder emaranhadas no tecido social (FONSECA; SILVA; TEIXEIRA FILHO, 2017; LUVIZOTTO, 2016). De acordo com Foucault (2007, p. 27): “[...] poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” [...], assim, “o poder produz saber”.

Conforme Gohn (2019, p. 111): “os coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos”, “[...] “autodeterminam-se ativistas”; e trazem à tona os “sujeitos coletivos” (GOHN, 2019, p. 34). Surgem enquanto grupos identitários, como parte participativa e conducente dos movimentos sociais emergentes nas redes, possível “[...] entender as redes sociais e novas plataformas de comunicação como estruturas organizacionais” (ALCÂNTARA, 2016, p. 317).

A partir da inserção dos coletivos nas redes por meio das novas tecnologias enquanto dispositivos políticos vinculados a demandas da população, torna-se possível, além da sua corporificação nesse campo e a ampliação para o espaço urbano, sua própria transformação sistemática (ALCÂNTARA, 2016). De acordo com Gohn (2019, p. 36): “o engajamento é também um indicador de mudanças políticas e culturais na sociedade, assim como revela novidades e mudanças no setor das tecnologias comunicacionais que contribuem no entendimento de mudanças nas relações sociais”.

As redes sociais têm despertado interesse significativo de coletivos de ativistas digitais e pessoas comuns, por conta da facilidade na constituição de relações de interatividade e o lançamento de informações em tempo real, proporcionada pelo seu alcance a nível mundial. Cada rede social possui um formato, suas especificidades de funcionamento e condicionamento de variáveis, e, também, diferentes repercussões na vida social dos indivíduos. Por meio destas redes, torna-se evidente a participação de pessoas de diferentes espaços, que através da união de interesses em comum constroem iniciativas e ações de protesto político e social. Proporcionando assim, uma maior participação de pessoas comuns ao engajamento na emancipação da sociedade civil (ARRUDA, 2018; DINIZ; CALEIRO, 2011).

Arruda (2018) compreende como característica fundamental dos coletivos formados em redes sociais, a vigilância cívica ou policiamento cívico que é composto por indivíduos comuns da sociedade civil, manuseando e controlando práticas desenvolvidas em toda esfera social. Coloca-se em xeque a possibilidade de livre expressão nas redes frente a presença de figuras antagonistas. Isso ocorre justamente pela problemática da “extensão desse direito a grupos ideológicos que defendem a restrição dessa mesma liberdade de expressão” (ARRUDA, 2018, p. 139). Há também as publicações das *fake news*, notícias falsas que podem estar vinculadas e diferentes objetivos, utilizando-se usualmente de formas de escrita sensacionalistas, que através dos *clickbait*s, chamam a atenção do público (ARRUDA, 2018).

Os coletivos em rede oferecem “uma possibilidade de uma recriação do *self* e da afirmação do mesmo perante um coletivo, legitimado pelas conexões que consegue estabelecer” (ARRUDA, 2018, p. 136). Essa afirmação do *self* individual, por meio de coletivos ativistas na rede, é em si, um ato político, afirmar-se perante posicionamentos políticos.

[...] projetar ideias, conceitos, posicionamentos ideológicos, ou mesmo para divulgar informações relativas a certos temas que são habitualmente ignorados pelos media *mainstream*. Todas estas estratégias servem para configurar um perfil público de instituições, grupos e movimentos. São representações de si mesmo, da sua identidade daquilo que defendem, e daquilo que os mobiliza (ARRUDA, 2018, p. 135).

Na rede social *Facebook*, circulam uma infinidade de páginas/grupos com o propósito de expor e denunciar a existência de formas vexatórias de comportamentos, atitudes, relações e enunciações, além da esfera institucional e governamental, associada a constituição e implementação de políticas. Assim, “[...] nada no *Facebook* pode ser considerado exclusivamente individual: pela sua própria lógica de funcionamento, todas as publicações se tornam coletivas” (ARRUDA, 2018, p. 128).

Surge também a discussão eminente das possíveis tensões entre o público e privado que transversaliza o uso das redes sociais. No *Facebook*, os indivíduos têm a opção de escolher em quais grupos e páginas pretendem circular, de acordo com seus interesses, e, também, como pretendem compartilhar suas postagens. Tem a opção de selecionar as pessoas pelas quais pretendem interagir através de seus *posts*, o modo “público” pode se tornar restrito, mediante configurações de privacidade elencadas na utilização da rede (ARRUDA, 2018). Conforme o autor, Arruda (2016, p. 42):

Um dos aspectos mais preponderantes destas transformações prende-se com a fusão dos espaços públicos e privados, que acontece sobretudo em duas dimensões: uma tecnológica, derivada dos usos e funções que os públicos atribuem aos objetos técnicos; outra intelectual, que ocorre pelos constantes cruzamentos de informação e mundos imaginários, permitidos pelos novos media e pelas transformações nas formas de utilizar os media tradicionais.

Existe o risco de *posts* que inicialmente seriam privados, tornarem-se públicos, frente a conduta de pessoas presentes na rede selecionada pelo autor do *post*. Além disso, outra ferramenta de interação são os comentários feitos nos *posts* publicados, que podem emergir em contraposições divergentes (ARRUDA, 2018). Desta forma, “[...] no *Facebook*, as definições de público e privado não são totalmente claras e têm de ser performatizadas e negociadas pelo uso destes mecanismos” (ARRUDA, 2018, p. 129), podendo fugir do controle do usuário.

Emediato (2015, p. 173) compreende a rede social *Facebook*, como:

[...] um espaço surpreendente de circulação de falas, uma vasta e complexa cadeia enunciativa que coloca em cena um dialogismo sem igual. Nesse espaço os locutores assumem as mais diversas posições enunciativas e papéis comunicacionais, da *self*-exposição pura e simples do rosto ou do corpo, a exibição de posicionamentos políticos e ideologias que dialogam em uma luta discursiva que se estende em diversos campos de práticas sociais.

O *Facebook* é uma rede social criada em 2003, por três estudantes da Universidade de Harvard, com o objetivo inicial de contemplar de forma interativa as mediações da universidade em que faziam parte. No ano seguinte, um de seus fundadores criou a plataforma da maneira como é organizada hoje, direcionada a conectar pessoas de diferentes partes do mundo. Iniciou suas atividades no Brasil em 2007. Atualmente é considerada a maior rede social do mundo<sup>5</sup>.

Os usuários criam perfis pessoais, *fan pages* (páginas), grupos, onde podem interagir por meio de compartilhamentos, postagens, comentários, *likes* (curtidas), e mais recentemente, reagir com reações gestuais eletrônicas, denominadas: *curtir*, *amei*, *haha*, *uau*, *triste*, *grr*. O botão denominado *força* foi inserido em 2020, como demonstração de solidariedade na pandemia.

---

<sup>5</sup> Disponível em: < [https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-nobrasil/#:~:text=Facebook,O%20Facebook%20retomou&text=E%2C%20claro%2C%20segue%20sendo%20a,sendo%20130%20milh%C3%B5es%20delas%20brasileiras.](https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-nobrasil/#:~:text=Facebook,O%20Facebook%20retomou&text=E%2C%20claro%2C%20segue%20sendo%20a,sendo%20130%20milh%C3%B5es%20delas%20brasileiras.;); <https://canaltech.com.br/empresa/facebook/> > Acesso: 23 jan 2022.



Figura 3: Botões de reações gestuais do *Facebook*.

Fonte: Site Estadão<sup>6</sup>.

Além disso, a rede lançou o ícone *COVID-19 Central de Informações*, situado na aba de funções na página inicial dos usuários, onde é possível ter acesso a informações e notícias atualizadas no Brasil e em outros países sobre a pandemia<sup>7</sup>. Outra novidade é o ícone Campanhas para arrecadação de fundos, também situado na página de abertura dos usuários e que ao clicar no ícone, o usuário tem acesso a campanhas e pode, por ali mesmo, fazer doações. Os passos para fazer ofertas são explicados ao clicar no ícone<sup>8</sup>.

As interações dependem das configurações de privacidade do perfil dos usuários. Os perfis podem ser fechados, com visualizações e interações permitidas a seus amigos na rede, ou abertas, com permissão de acesso ao público em geral. Os usuários se comportam de diferentes formas, uns acompanham a rede somente como observadores, outros compartilham postagens de seus interesses, outros lançam mão de narrativas sobre o cotidiano, outros discutem posicionamentos distintos, entre outros (DUARTE; SILVA, 2018).

A respeito da acessibilidade e uso da internet no Brasil, em pesquisa divulgada no *website* Agência Brasil<sup>9</sup> no ano de 2021, intitulada Mulheres e Tecnologia, da plataforma Melhor Plano com o uso de dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, mostra que mulheres a partir dos 10 anos de idade, vem contabilizando maior acesso à internet (85 %) do que em relação a homens (77%). Porém, menor acesso a serviços da internet e para uso com finalidade de trabalho do que em relação a homens. De acordo com a pesquisa, o baixo acesso de mulheres as redes para realizar tarefas de trabalho, em detrimento a acessos relacionados a aspectos cotidianos/domésticos, pode estar vinculado a maior inserção de mulheres em trabalhos convencionais que não necessitam de

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,facebook-adiciona-botao-de-reacao-de-solidariedade-durante-pandemia,70003274943.> > Acesso: 23 jan 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: < (<https://www.facebook.com/formedia/solutions/coronavirus-resources>) > Acesso: 25 jan. 2022.

<sup>8</sup> Disponível em: < <https://www.facebook.com/fundraisers/> > Acesso: 25 jan 2022.

<sup>9</sup> Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br> > Acesso: 26 jan. 2022.

acesso à internet, além de menores oportunidades de inclusão no mercado de trabalho *off-line*, repercutindo nas interações no mundo *online*; destacando assim, as desigualdades de gênero no país. Além disso, homens possuem maior acesso a diversidade de aparelhos tecnológicos para acesso às redes do que mulheres, especialmente mulheres negras. E, no ano de 2020 por exemplo, mulheres tiveram menor percentual de acesso a cursos profissionalizantes pela internet (19, 81%) do que homens (22, 68 %) <sup>10</sup>.

Em outra matéria publicada no mesmo *website* no ano de 2020, aponta dados referente ao recorte socioeconômico no que diz respeito a acessibilidade. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios associada ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, realizada no ano de 2019, 3 em cada 4 brasileiros acessam a internet, equivalente a 134 milhões de pessoas. Mesmo com o aumento significativo de pessoas com acesso à internet comparado há anos anteriores, “ainda persistem diferenças de renda, gênero, raça e regiões”, sobre o recorte econômico “o nível de acesso foi de 61% entre os que ganham menos de um salário mínimo, 86% entre os que recebem de três a cinco salários mínimos e 94% entre os usuários com remuneração acima de 10 salários mínimos”. O percentual de acesso difere entre área urbana (com maior percentual) e rural e entre brancos (com maior percentual) e negros. Além disso, pessoas com nível superior tem percentual de acesso significativamente maior do que pessoas com nível educacional básico ou analfabetos.

Nesse contexto de desigualdades nas interações sobre o ciberespaço, é importante destacar os episódios recentes envolvendo as estratégias das redes sociais vinculadas a grandes grupos empresariais, de controle e produção de desigualdades e modos de violência calcados na organização sociopolítica neoliberal vigente. Propõem princípios de aproximação e maior interação entre pessoas, levantando a bandeira da diversidade e inclusão, contudo, contribuem para organizações que escapam de modos de vida e ações, de fato, democráticas.

Em 21 de outubro de 2021, o CEO Mark Zuckerberg da empresa *Facebook*, em conjunto com as plataformas digitais *Instagram* e *Whatsapp*, anunciou a mudança do nome da empresa para *Meta*. A transformação do nome alude ao mundo do *metaverso*, busca aliar-se as novas construções, atualizações e inovações da internet. De acordo com a matéria publicada no *website* da *BBC* Portugal em outubro de 2021, “em vez de se restringir ao computador, o *metaverso* permitiria que o usuário entrasse em um universo virtual mais amplo, conectado com

---

<sup>10</sup> Disponível em: < (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-03/mulheres-sao-mais-conectadas-mas-acessam-menos-servicos-na-internet#:~:text=A%20pesquisa%20Mulheres%20e%20Tecnologia.menos%20a%20internet%20para%20trabalhar>) > Acesso: 26 jan. 2022.

todo tipo de ambiente digital”. A matéria cita 6 questões conflituosas na história da empresa *Facebook*, são elas: divulgação indevida de dados dos usuários sem permissão prévia para grandes empresas mercadológicas, “*fake news*” e dispersão de desinformação em eleições governamentais, Cambridge Analytica, sua finalidade em ações que culminaram em genocídio por meio da incitação ao ódio na rede social (caso do aumento da violência contra muçulmanos em Mianmar), multa recorde (US\$ 5 bilhões sobre problemas com divulgação de dados e violação de privacidade, indiciada pela Comissão Federal do Comércio dos Estados Unidos), documentos vazadas, delações de ex funcionários e apagão das redes da companhia (*Facebook*, *Instagram* e *Watsapp*)<sup>11</sup>. Mesmo com tamanhas adversidades enfrentadas pelo grupo empresarial, no ano de 2018 teve recorde de faturamento (US\$ 22, 112 bilhões), frente ao aumento de usuários conectados à rede na Europa, América do Norte, confabulando potencial de crescimento para “o resto do mundo”, referindo-se a países da América Latina, África, Oriente Médio, Ásia<sup>12</sup>.

Uma das situações mais recentes, refere-se ao escândalo envolvendo o vazamento de dados de usuários da rede social *Facebook*, vinculado a empresa britânica Cambridge Analytica, ocorrido em 2018 e revelado no ano de 2019. As informações foram usadas para a organização da campanha eleitoral do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump aliado a extrema-direita. No ano de 2013, a Cambridge Analytica sistematizou por meio de um aplicativo virtual vinculado à rede social *Facebook*, a construção de perfis políticos dos usuários por meio do vazamento de dados, ofertando assim de forma mais prática e direcionada, propagandas e publicações da campanha eleitoral de Trump; de acordo com o perfil desenhado dos usuários para maior extensão da jornada a presidência, gerando um maior quantitativo de votos a partir da influência publicitária no comportamento das pessoas. Este acontecimento alarmou o mundo em torno da ideia de democracia abordada como alicerce da empresa americana *Facebook* (WENDT JR. F; EHRHARDT; SILVA, 2019).

De acordo com Rodrigues, Bonone, Mielli (2021, p. 32):

[...] os nossos dados e metadados são coletados e tratados por softwares inteligentes que conseguem, por exemplo, identificar sentimentos como medo, ansiedade, raiva, até fome. Com essas informações, é possível definir perfis praticamente individuais dos usuários da internet. As agências chamam esse novo mecanismo de psicométrica: programas que fazem análise de personalidade dos cidadãos – inclusive com identificação facial – e conseguem apurar quase que individualmente o comportamento das pessoas.

<sup>11</sup> Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59085894> > Acesso: 29 jan. 2022.

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2019/01/30/facebook-alcanca-lucro-recorde-em-2018-apesar-de-multiplos-escandalos.htm> > Acesso: 29 jan. 2022.

No Brasil, no ano de 2014, com o Marco Civil da Internet (MCI) Lei 12.695/ 2014, inaugurou uma legislação que trata das relações estabelecidas na internet. Porém, essa legislação trazia dispersões em relação a privatização de dados e outros atos inconsequentes realizados no campo virtual, colocando usuários das redes em descaso diante de situações impróprias, como por exemplo, venda de dados para grandes companhias, prática em ascensão em nível global dada como estratégia para disseminação de propagandas (WENDT JR, F.; EHRHARDT; SILVA, 2019).

Em 2018, na ampliação da lei anterior, gerou-se a Lei 13.709/ 2018 (LGPD) entrando em vigor, acrescentando suas práticas e funções de acordo com o crescente desenvolvimento tecnológico e cibernético. A partir daí a proteção de dados e dos usuários passa a ser princípio básico nas interações na internet, tendo a privacidade como regulamento institucional, no espaço jurídico, físico e também no ciberespaço. Porém, as discussões sobre a prática da lei são cada vez mais incitadas em diversos meios socioinstitucionais, diante das mudanças sociais que ocorrem cada vez mais rapidamente, principalmente ao que se refere as tecnologias da informação e as relações com grandes corporações (WENDT JR, F; EHRHARDT; SILVA, 2019).

Entretanto, para além disso, existem possibilidades de produção de movimentos de resistência, como por exemplo, os grupos e coletivos de mulheres existentes na plataforma *Facebook* e em outros dispositivos digitais. São em si, movimentos políticos que lutam pela possibilidade de melhores condições de vida e outras formas possíveis de exercer a existência mediante a união e o companheirismo entre mulheres. Por intermédio dos grupos, mulheres acionam a si mesmas na procura por acolhimento de suas demandas de diferentes ordens – orgânicas e não orgânicas. Diante do descaso do governo atual e sua quinquilharia política para com a vida de mulheres e outras populações precarizadas ao longo da pandemia, e, também, fora desta época, iniciativas em outros segmentos sociais fazem a diferença na vida de muitas mulheres na condução de suas trajetórias.

## **5. GOVERNO BOLSONARO E AUTORITARISMO NO BRASIL: PANDEMIA E GOVERNO DA CLASSE DOMINANTE**

### **5.1 A ASECENSÃO DAS DIREITAS NO BRASIL EM INTERFACE COM CONJUNTURAS POLÍTICAS E SOCIAIS NA ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

No Brasil, o evento político do autoritarismo emerge a partir de modelos de governo e correntes intelectuais não democráticas. Uma história que começa a se moldar sistematicamente ao progresso do autoritarismo em países vizinhos. Vinculado ao fenômeno do neoliberalismo, o autoritarismo começou a ganhar consistência na década de 1980 na América Latina. As práticas desenvolvidas por esse modelo de organização social e política, são vinculadas as ideias de “[...] privatizações, flexibilização das leis sociais, cancelamento de políticas públicas, liberalização do fluxo de capitais estrangeiros [...]” (WASSERMAN, 2013, p. 204), impactando de forma negativa no desenvolvimento de países precarizados e em desenvolvimento.

Em paralelo a isso, críticas extensivas sobre modelos de vida calcados no capitalismo - que possuem como centro de sua organização, enaltecer vidas de grupos sociais pertencentes a uma classe dominante e privilegiada junto ao favorecimento da propriedade privada; vem sofrendo fortes oposições (MOTTA; WASSERMAN, 2013). Sobre a classe burguesa, Foucault (2018, p. 288) diz que ela “[...] não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e performam o delinquente”, articulando-se com a lógica neoliberal.

De acordo com Motta, Abreu (2013, p. 8) é pertinente “[...] associar o autoritarismo à cultura política, na medida em que as bases do pensamento autoritário contribuíram difusamente na própria maneira como a realidade política dessas sociedades vem sendo concebida [...]”. Como cultura política pode-se compreender um conjunto de representações de múltiplas fontes que permeiam a cultura e historicidade de um povo, contemplando comportamentos, atitudes, valores, crenças políticas que dão corpo a constituição de um imaginário nacional. A cultura política brasileira é permeada pelo “[...] clientelismo, o elitismo (e seu par inseparável, a exclusão popular dos espaços de decisão, a frágil identificação dos cidadãos com os partidos, o pouco apressado e a escassa participação nos espaços públicos” (MOTTA, 2013, p. 17). Entretanto, a cultura política não deve ser entendida como um fator

determinante e totalmente explicativo das opções e representações políticas de uma sociedade, mas uma das formas de análise de um contexto político.

Acompanha-se atualmente, a formulação de diversas frentes associadas a um novo conservadorismo, vinculado a um liberalismo descomprometido com políticas sociais integrativas e distributivas, com foco na meritocracia e na desregulamentação dos mercados. Nesse contexto, de atravessamentos políticos com ideologias divergentes, Almeida (2019, p. 40) sinaliza que “[...] a partir de 2013 recrudescceu uma sinergia entre atores sociais, amálgama de valores culturais e uma concentração de forças políticas que configuraram o que tem sido nomeado de onda conservadora” no Brasil. Outro marco importante foi pós processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, onde as expressões da extrema direita alastraram-se de forma alarmante. A ascensão das novas direitas no Brasil é um fenômeno multifacetado que ganhou força através de movimentos oriundos de diferentes filiações ideológicas e partidárias. A eleição do deputado Jair Bolsonaro à Presidência da República no ano de 2018 teve participação fundamental nesse processo, performando junto de sua bancada ministerial, um governo autoritário e ultraconservador (CALDEIRA-NETO, 2020).

Ao longo da história do país, as direitas tiveram um percurso desarticulado que durou até o processo de transição democrática nas primeiras eleições presidenciais – Pós Ditadura Militar (1964 - 1985), no ano de 1989. Teve Fernando Collor (PRN) como representante da direita, derrotando o candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições daquele ano. Caldeira-Neto (2020, p. 130) aponta que ocorreu:

[...] um processo de evidência dos valores fundamentais para essas parcelas da extrema direita brasileira, baseado no partilhar de uma visão crítica ao processo de transição democrática, quanto ao perigo das forças de esquerda, bem como a necessidade das forças de difusão de um ideal conservador, pautado pelo nacionalismo e pela presença de um Estado autoritário.

A partir daí, “a relação da extrema direita com os partidos políticos em torno da representatividade e influência se modifica de modo significativo (CALDEIRA-NETO, 2020, p. 130). Também em 1989, o candidato Enéas Ferreira Carneiro (PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional, partido referência da extrema direita no Brasil até o ano de 2006 com sua desintegração; grupo político defensor da ordem e autoridade), ganhou destaque pelas críticas efervescentes a profissionalização da carreira política e a Assembleia Constituinte. Apresentou-se como uma opção após o afastamento do Presidente Fernando

Collor, visando atuar como um *outsider* no campo político partidário (CALDEIRA-NETO, 2020).

O partido (PRONA) aproximou-se de grupos nacionalistas com o objetivo de potencializar-se nas Eleições Presidenciais de 1994, com a candidatura de Enéas Ferreira Carneiro para presidente e Roberto Gama e Silva como seu vice. Grupos de *skinheads* e, também, de outras gêneses neofascistas apoiaram o partido. Conforme Caldeira-Neto (2020, p. 132): “apesar desses apoios não terem sido reconhecidos oficialmente pelo PRONA, ilustram o grau de representatividade conquistado pela agremiação, assim como certo padrão da movimentação de grupos neofascistas em relação ao campo político institucional”.

Já a partir do ano de 2002, com a escalada de governos de esquerda na América Latina e no Brasil, o cenário político do país se diversificou. Com a destituição do PRONA, a representação da extrema direita partidária no país ficou vaga, mesmo com a compilação entre representantes da direita e líderes do partido. O militar e deputado Jair Bolsonaro, com apreço “em especial nas reivindicações relativas aos processos das batalhas de memória do regime da ditadura militar” (Caldeira-Neto, 2020, p. 133), ganha relevância para tornar-se uma liderança partidária da extrema direita no país. Embora não haja notadamente a participação de grupos neofascistas em apoio ao partido e candidatura de Bolsonaro no ano de 2018, mais especificamente na “construção da militância ou das redes bolsonaristas” (Caldeira-Neto, 2020, p. 134), o candidato foi gratificado por congregações da extrema direita e neofascistas.

De acordo com o historiador Caldeira-Neto (2020, p. 134):

[...] mais do que a existência e um padrão de articulação de grupos neofascistas ao longo da experiência da chamada Nova República, a movimentação das novas diretas ajuda a interpretar de modo mais efetivo a formação de um “bolsonarismo”. Isto é, as organizações neofascistas passam a se organizar de Bolsonaro – e do bolsonarismo – durante sua fase de crescimento e as agitações das novas diretas, mas o bolsonarismo não é fruto direto das articulações de grupos neofascistas, inclusive porque tais grupelhos não são dotados de expressiva força política.

Bolsonaro propunha em seu projeto de governo um esvaziamento do Estado, incluindo a privatização de instituições do setor público, prática essencial para a manutenção de uma governamentalidade nacionalista de direita, em prol de uma soberania nacional. Além disso, o conservadorismo expresso nos valores representativos de uma postura preconceituosa, discriminatória, machista e misógina, “representam a diversidade das novas diretas no Brasil, inclusive em termos de miscelânea” (CALDEIRA-NETO, 2020, p. 135).

A respeito da eleição de Bolsonaro à Presidência da República, Dunker (2019) aponta a potência das companhias digitais sistematizadas através de diferentes dispositivos, como redes sociais, *Whatsapp*, entre outros, como práticas decisivas na eleição de Bolsonaro. De acordo com o psicanalista Dunker (2019, p. 121):

Se as novas massas e coletivos digitais prescindem de ideais bem formados e imagens representativas, elas podem envolver traços de estilo, de apresentação ou de consumo ligados pelo contágio afetivo por efusão ou como defesa coletiva contra a angústia. Coletivos agrupados em torno de teorias da conspiração e grupos reunidos contra um inimigo em comum se tornaram tão frequentes como pequenas sociedades que gravitam em torno de uma personalidade famosa ou subcelebridade especificamente criada pela sua capacidade de reunir seguidores.

A desinformação ou as chamadas “*fake news*” contribuíram assiduamente para o desmantelamento da democracia no país, gerando uma agenda pública de discussões envolvendo diferentes setores da sociedade. No Brasil, foi em 2018 com a eleição à presidência da República de Jair Bolsonaro que este tema ganhou holofotes (RODRIGUES; BONONE; MIELI, 2021; MIGUEL, 2021).

No caso brasileiro, na eleição de 2018, esse tema ganhou centralidade no debate público. Denúncias na imprensa junto a análises de profundidade demonstraram como a campanha presidencial de Bolsonaro usou e abusou das *fake news* como tática eleitoral. Isso culminou numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a “CPMI das *Fake News*”, no Congresso Nacional, e motivou a formulação de diversas propostas de regulação desse fenômeno (RODRIGUES; BONONE; MIELI, 2020, p. 31).

Sobre seus apoiadores, evangélicos foram um dos grupos de maior apoio à candidatura de Bolsonaro, compactuando com ideais conservadores vinculados aos “bons costumes”, a desarticulação do “comunismo” e a exaltação dos chamados “cidadãos de bem” (Almeida, 2019). De acordo com o autor Almeida (2019, p. 38 – 29) “outras razões também estavam em jogo e eram de interesse mais amplo da população: a crise econômica, a demanda por uma “nova política”, o antipetismo – cujas raízes antecedem a crise atual – e a insegurança frente à crescente violência”. O descrédito da população com as práticas governamentais e seus efeitos gerados nas últimas décadas, também pode estar associado ao desejo por novas candidaturas e formas de fazer política, assim como também, pelo desinteresse da população em aprofundar-se sobre o tema. O que acaba gerando o efeito oposto ao que esses grupos buscam, na medida em que, com a falta de informação, possuem maior probabilidade de apoiar gestões de governo sem uma avaliação fidedigna as condições reais. A fala de Raquel, Gabriela e Paula, sobre como

percebem o contexto político atual – apontando descontentamento, denuncia falhas nas formas de fazer política dos governos anteriores; deixando explícita esta questão:

*Tá tudo horrível, né, mulher? “Pelamor” de Deus, tá uma porcaria. E olha que eu não sou nem de conversar sobre política, porque tenho uma raiva de política. Eu tenho uma raiva de “politicagi”, eu tenho uma raiva de candidatos, eu tenho uma raiva de todo mundo. É tanto que eu tô cansada daqui da minha cidade. Eu tava doida que o prefeito chegasse aqui na minha porta, viesse pedir voto pra ele sair daqui com o cu pegando fogo. Eu tô cansada dessa política. É umas promessas que não são cumpridas. Eles prometem os céus e terras, mas quando entram no poder não cumprem nada. E eu moro numa cidade que é abandonada pelo governo, aqui, abandonada. Aí por isso que eu não gosto de política, “queu” não vejo nada aqui de futuro (Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

*Eles não “tão” nem aí. É... eles falam o que fazem, mas a gente não vê acontecendo. Quase não tem vaga em escolas, não tem... É, coisas que eles falam que a gente não vê acontecendo. [...] E ninguém “tá” preocupado em diminuir as consequências que a pandemia causou na vida de algumas pessoas. E eu era, torcer “pra” que amanhã, né? Tenha um novo governo que faça as coisas diferente. É por que a gente é diferente agora, né? E dê “pra” pelo menos minimizar as consequências que a pandemia trouxe (Gabriela - 26 nos, SP, mora com os filhos, manicure – autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos).*

*Se continuar do jeito que “tá”, só tende a piorar. Depende da gestão que vai estar lá na frente. Depende de quem vai “tá” lá governando para poder mudar alguma coisa. Porque muita coisa que trancou, muita coisa que dificultou as pessoas não foi só a pandemia. Não foi só “ah, culpa da pandemia”. Não é só a culpa da pandemia não (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementada com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

Bolsonaro e sua equipe de ministros propuseram através de uma “agenda moral [...], e anticomunista” (MIGUEL, 2021, p. 6), práticas de governamentalidade que flertaram diretamente com um modelo de Estado ditatorial. Um governo que se propõe atuar através da força, do medo e da opressão, não aceitando as limitações propostas pelos dispositivos judiciários, tensionando o esfacelamento dos poderes institucionais (MIGUEL, 2021).

De acordo com o cientista político Luís Felipe Miguel (2021, p. 3):

O avanço da extrema-direita é um fenômeno mundial. Discursos antes considerados marginais ganham centralidade nas disputas políticas. A violência é abertamente exaltada como forma de resolução das desavenças, a igualdade e a autonomia individual são depreciadas em nome da nostalgia por uma ordem social hierárquica rígida. O apelo ao “mérito” justifica a condenação de muitos à privação e à opressão. Racismo, xenofobia, homofobia e misoginia deixam de ser sobrevivências envergonhadas para recuperar uma ostensiva centralidade na fala de muitos líderes políticos. Nos discursos da direita extremada, inverte-se o consenso — talvez apenas nominal, mas nem por isso irrelevante — de que as desigualdades precisariam ser enfrentadas e as diferenças, respeitadas.

Aliado e constituinte da extrema direita no Brasil, esse governo traz como marca fundamental princípios do globalismo como forma de compreender, analisar e intervir sobre fenômenos geopolíticos. De acordo com Pena (2019, p. 382) “o movimento e pensamento político influenciado pelo governo Bolsonaro instrumentaliza a problemática globalista como base de sua política externa, onde o nacionalismo e a criação de um inimigo têm protagonismo, sendo a nação conservadora a prioridade [...]”.

No Brasil, o conceito ganhou força nas palavras do Ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, Ernesto Araújo e do influenciador e apoiador do governo, Olavo de Carvalho – autor do livro “O imbecil coletivo” e de expressões como “gayzismo” e “abortismo”. Visam contrapor pressupostos dos governos anteriores comandados pelo PT/ Partido dos Trabalhadores, através de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A ascensão das ideias propostas pelos adeptos do governo Bolsonaro, ganhou força diante da desconfiança e do descrédito da população brasileira sobre o corpo político do país e sua insustentabilidade diante da subsistência de diferentes grupos sociais. Escândalos de corrupção revelados no decorrer dos governos anteriores impulsionaram a guerra política entre partidos de direita e partidos de esquerda no poder (PENA, 2019).

Anterior as eleições presidenciais no país em 2018, o globalismo foi tema constante na eleição do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump no ano de 2016. Através de um discurso nacionalista e populista, clamava a parcela da população que se opunha a políticas de cunho progressista que levam como base o respeito as diferenças e sua inclusão em formas de fazer política, a ascensão de modos de vida ultraconservadores (PENA, 2019).

Assim, o globalismo emerge com a proposta de ser “[...] um meio de controle mundial a fim de implementar uma nova ordem administrativa mundial” (PENA, 2019, p. 372) que procura instaurar o domínio ocidental em detrimento de outras culturas. Define o liberalismo econômico e o autoritarismo como formas positivas de implementação de políticas e de processos de governamentalização e, a invisibilidade das diferenças culturais entre países do globo enquanto processos potencializadores de estratégias políticas de administração mundial (PENA, 2019).

Com ideias contrárias a estruturação social emergente instituída pela globalização, os seguidores do globalismo declaram:

[...] a globalização não como uma aproximação e troca entre diversas nações, mas como um apagamento das fronteiras culturais e econômicas de cada país, um distanciamento fatal entre Estado-Nação”, como “[...] uma rejeição de uma forma de governo e de política internacional (PENA, 2019, p. 372-373).

Para além disso, fundamenta a rivalidade entre partidos políticos de direita – ao lado do globalismo, e partidos políticos de esquerda – associados as transformações globais emergentes da globalização, em esfera mundial. Através das inferências propostas por teorias vinculadas ao que intitulam de “marxismo cultural” onde, dentro dessa perspectiva, doutrinas marxistas seriam implementadas no âmbito econômico e cultural entre países por ideologias políticas esquerdistas; tencionam a conjuntura de conspirações associadas a manipulação de populações a fim de desenvolver um pensamento que se afasta de dogmas religiosos e, conseqüentemente, dos valores da constituição de família e bem-estar social (PENA, 2019).

Nas eleições presidenciais de 2018, a campanha antigênero – associada a movimentos de grupos vinculados aos princípios de teorias globalistas, voltou ao centro dos debates nacionais, promovida, então, pelo candidato do PSL. Utilizando habilmente as redes sociais, sua campanha assumiu enfática e estrategicamente a cruzada contra o gênero, angariando, assim, o decisivo apoio do eleitorado evangélico (e, também, de parte do eleitorado católico) (MELO, 2020). Conforme Almeida (2019, p. 47) “seu discurso foi contrário à praticamente todas as mudanças das últimas décadas concernentes a sexualidade, gênero e reprodução”; [...] o que gerou, durante a campanha, uma espécie de pânico moral pela suposta ameaça à “família tradicional”.

Os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) – eleito, Cabo Daciolo (Patriota) e José Eymael (DC) vieram a representar significativa ameaça as agendas e pautas sobre diversidade e gênero no país, com discursos e princípios pautados no conservadorismo e, conseqüentemente, na exclusão de vidas contrárias as normas estipuladas pelo viés religioso que edifica o pensamento conservador (FREITAS; GONÇALVES, 2021).

A proposta de governo ofertada pelo ex-militar Jair Bolsonaro na época das eleições foi um arquivo de oitenta e uma páginas intitulado “O caminho da prosperidade”. Em uma das páginas, propõe: “mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce”, além da compreensão de que a família “é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas” (BOLSONARO, n. p., 2018). Já o manuscrito apresentado pelo ex-deputado federal do Rio Grande do Sul que já acumula 5 tentativas de eleição para a Presidência da República, José Eymael, se trata de um arquivo compacto de 09 páginas, denominado “Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil”. Cabo Daciolo exibiu um projeto de dezesseis páginas nomeado “Plano de nação para a colônia brasileira” (BOLSONARO, 2018; EYMAEL, 2018; DACIOLO, 2018; FREITAS; GONÇALVES, 2021).

Os argumentos discursivos dos presidenciáveis citados acima, produzem e reproduzem o ideal de um “retorno” as estereotípias de gênero calcadas no conservadorismo, colocando o

homem em ascensão entre estruturas sociais de poder e a mulher direcionada aos setores privados da sociedade vinculados ao cuidado, família e a reprodução. Há de forma explícita e implícita a concordância e vinculação entre cidadania e lealdade religiosa como base dos discursos dos candidatos da extrema-direita no país, “a própria soberania da nação, enquanto delicado entrelaçamento de poderes que tem por missão a garantia do Estado Democrático de Direito, é rebaixada diante da figura de “Deus”, que estaria “acima de todos” (FREITAS; GONÇALVES, 2021, p. 196). Conforme Miguel (2021, p. 9) “sem o antifeminismo e a homofobia agressivos, Bolsonaro perderia seu diferencial e reduziria seu capital político”.

Para além disso, como forma de sustentar suas redes discursivas, a extrema-direita brasileira utiliza de preceitos produzidos para a construção do sentimento geral de pânico e paranoia diante das investidas na criação de teorias sobre mudanças sociais supostamente gerenciadas pela esquerda brasileira (FREITAS; GOLÇALVES, 2021). Conforme os autores, Freitas e Gonçalves (2021, p. 195):

Teorias conspiratórias são apresentadas pelo bolsonarismo como “fatos”, enquanto fatos históricos comprovados [...] e produções de conhecimento elaboradas com rigor científico são colocados sob suspeita, acusadas de serem “ideológicas”, e, ainda, a “anticiência” parece ser, assim, a epistemologia do bolsonarismo.

No caso do Brasil, de acordo com Freitas, Gonçalves (2021, p. 188) observa-se uma “purificação cultural e ascensão do que poderia ser chamado de patriarcado militante”, em alusão a ameaça dos movimentos de mulheres e grupos *LGBTQIA+* na ocupação de espaços e produção de estratégias para a obtenção de respeito, dignidade e ascensão de direitos. Caracterizando violência direcionada aos grupos considerados pelos ultraconservadores como subversivos e tencionam a manutenção da ordem (FREITAS; GONÇALVES, 2021).

Os debates sobre ideologia de gênero, denunciam na verdade “[...] a dominação de um grupo sobre o outro, com o risco de anulação de existências, ou seja, com o pressuposto de violência [...]” (MANO, 2019, p.26). Os grupos partidários que se situam contra a inclusão, discussão e movimentação de questões relacionadas a sexualidade, gênero, raça/ etnia, classe; colocam em prática, ações violentas para enfraquecer os debates sobre os temas das diferenças, impondo, desta forma, um regime totalitário do ser. Conforme Alonso (2019, p. 52):

A comunidade moral bolsonarista se estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas. Essas clivagens simbólicas simplificam a realidade, reduzindo sua complexidade a estereótipos administráveis, e ativam sentimentos coletivos de alta voltagem – o afeto, o medo, o ódio. Seu manejo reforça o senso de pertencimento a uma comunidade de semelhantes e estigmatiza os diferentes. A violência – física, simbólica ou política, protege o grupo, que se sente ameaçado desde o início dos governos petistas.

Prado, Correa (2018) e Melo (2020) anunciam o surgimento da cruzada antigênero em 2014 no país, impulsionada por parlamentares *pró-impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, através de movimentos conservadores associados ao catolicismo transnacional. Concordam que em 2018 esses movimentos expandiram-se no país. Uma das propostas do governo eleito era justamente a derrubada de movimentos e pautas a favor da diversidade em prol dos ‘valores e da família’. A chamada ideologia de gênero, não se refere a um conceito científico construído a partir de estudos em centros de pesquisa, mas a uma ideia arquitetada a partir de princípios vinculados ao catolicismo.

Em contrapartida, movimentos coletivos de mulheres, e, também, da população *LGBTQIA+*, ganharam força nas redes sociais e nas ruas, contra as propostas e ideologias dos grupos pró-Bolsonaro, emergindo o movimento denominado *#elenão*. A expansão desses movimentos pode ser compreendida como um reflexo da chamada “primavera feminista” no Brasil (MELO, 2020). Melo (2020, p. 3) sugere pontos importantes que são aliados aos movimentos antagonistas de resistência:

Primeiro: a campanha transnacional contra os estudos de gênero demonstra como os direitos sexuais e reprodutivos têm sido atacados pela contramobilização religiosa cuja mentoria intelectual é protagonizada pela Igreja Católica. Segundo: forças seculares e de extrema-direita têm se unido a esses ataques, utilizando-os como ferramenta para o agressivo avanço neoliberal. Terceiro: a observação das dinâmicas locais permite perseguir a trajetória e entender as coalizões de forças políticas reacionárias e melhor compreender os contextos nacionais. Quarto: apesar desse quadro, as conquistas, as resistências e as alianças feministas evidenciam a força contestatória e desestabilizadora das ações protagonizadas pelas mulheres, pelos movimentos feministas e LGBT que têm enfrentado com potentes estratégias a contraofensiva religiosa, a radicalização das direitas e a restrição de direitos.

Ainda sobre congregações aliadas a ideais conservadores, grupos como: Movimento Brasil Livre (MBL), Escola Sem Partido (ESP), e Revoltados Online, representam de forma massiva, oposição em relação as pautas de gênero e sexualidade. A união entre movimentos religiosos e extrema-direita confabulam para maior efervescência do neoliberalismo, regulação da população e violência de gênero (MELO, 2020). Prado, Correa (2018) pontuam a existência

de movimentos transnacionais a respeito das pautas e dialogismos emergentes no mundo sobre a cruzada antigênero. De acordo com os autores:

[...] essa nova ofensiva tem um lastro mais antigo que pode ser identificado nos ataques do conservadorismo religioso contra as alterações das estruturas familiares e reformas legais no campo do direito ao aborto e dos direitos das pessoas LGBTI que estão em curso desde os anos 1970, ou seja, a reação à democracia do gênero e da sexualidade (PRADO; CORREA, 2018, p. 445).

César, Duarte (2017) discutem à luz do constructo teórico do pânico moral, como os processos de governamentalização brasileiros acendem para a discriminação e produção de violência direcionadas a populações historicamente mais vulneráveis. Citam a “disputa por uma nova governamentalidade” (CÉSAR; DUARTE, p. 143); ao referirem-se as lutas de movimentos políticos e sociais feministas e *LGBTQIA+* na produção de políticas e formas de viver inclusivas e não normativas. Neste contexto, recordam a vinda da filósofa Judith Butler para o Brasil no ano de 2016 e como houve a mobilização de grupos fundamentalistas, religioso e de extrema-direita, com o intuito de barrar as discussões e implementação de medidas à cerca da construção de políticas com maior equidade, igualdade e liberdade para todos, todas e *todes*. Ainda conforme os autores (César; Duarte, 2017, p. 144): “o gênero, a sexualidade e a diversidade sexual foram transformados em armas de uma guerra político-moral no contexto da chamada “ideologia de gênero”, bem como dos esforços narrativos visando uma “renaturalização” do corpo, do sexo e do desejo”.

Sobre pânico moral, a autora Rubin (1993, p. 25) considera:

Durante o pânico moral, alguns medos atacam desafortunadas atividades sexuais e populações. A mídia se torna inflamada de indignação, o público se comporta como uma plebe raivosa, a polícia é chamada e o Estado põe em ação novas leis e regulamentos. Quando o furor passou, algum grupo erótico inocente foi dizimado e o Estado estendeu seu poder para novas áreas do comportamento erótico.

No decurso do governo Bolsonaro, Quinalha (2019, p. 270) pontua que:

[...] mesmo que não haja mudanças formais nas garantias dos direitos, o maior estrago na esfera pública já está feito. De um período em que buscávamos formas de assegurar mais cidadania e maior reconhecimento, retrocedemos para uma discussão infantilizadas nas eleições baseada em mentiras como “mamadeiras eróticas” e “kit gay”. A contaminação do debate público sobre gênero e sexualidade por um obscurantismo perverso já produziu consequências no imaginário brasileiro que dificilmente serão revertidas no curto prazo.

Vinculada ao governo Bolsonaro, a ministra Damares Regina Alves – advogada e pastora da Igreja Evangelho Quadrangular, à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro, é expoente fundamental desse movimento que busca a mediante a invisibilização da violência de gênero e, a favor da constituição de um modelo de “família tradicional”, a rejeição e exclusão da multiplicidade de arranjos familiares e formas subversivas de ser. Silva; Carmo; Ramos (2021, p. 117) defendem que “[...] as políticas consagradas pelo governo Bolsonaro demonstram graves violações aos direitos humanos em relação aos direitos das mulheres”. Inimigo das mulheres e populações que fogem a norma, Bolsonaro dispara na reta final da campanha eleitoral em 2018 “[...] que iria acabar com a política de “coitadismo” de negro, mulher, gay e nordestino” (DOMINGUES, 2019, p.101), produzindo subjetividades interpeladas pelo medo. No recorte discurso abaixo, Gabriela comenta sobre como se sente em relação a invisibilidade das mulheres nas práticas de governo e elaboração de políticas que contemplem suas múltiplas realidades:

*A gente quase não tem voz. A gente quase não tem direito a nada. Eu acho que nessa parte é bem difícil, né?(Gabriela - 26 nos, SP, mora com os filhos, manicure – autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos).*

Durante sua trajetória no Congresso Nacional, Damares desempenhou papel de destaque à frente da bancada evangélica regida pela Frente Parlamentar Evangélica, atuando também como assessora de parlamentares. Dentre suas manifestações no ambiente político, coloca-se de forma resistente a propostas legislativas como por exemplo, a lei de atenção integral a vítimas de violência sexual no SUS (Lei n. 1258/ 2013). Sobre sua biografia, “[...] evoca a autoridade da experiência para engajar-se na salvação das crianças e instar seus expectadores à batalha cristã para ocupar o Estado” (MELO, 2020, p. 9). Junto a isso, grupos de mulheres vinculadas a formas de ativismo disciplinador e pró governo Bolsonaro, uniram-se em manifestações na internet e nas ruas para manifestar contra feministas e grupos de orientação política progressista. Joice Hasselmann representante de destaque desses movimentos, reconhecida como “Bolsonaro de saias”, obteve mais de 1 milhão de votos em sua eleição como deputada federal, fato preocupante para a democracia no país (ALONSO, 2019).

Joana traz considerações sobre a ocupação de mulheres na política parlamentar que tensionam a discussão sobre discursos e práticas políticas a favor dos direitos das mulheres; em detrimento a um posicionamento conservador e liberal que vai contra as pautas investidas por grupos e coletivos feministas:

*Meu Deus... difícil, difícil, porque é justamente isso, né? Acho que apesar de a gente estar falando de mulheres, são mulheres que estão, não estão pensando na coletividade e.. e de alguma forma melhorar a vida de um conjunto de mulheres, né? Mas acho que também tem o lado positivo, assim, se pensar nessa última eleição, por exemplo, né? Que, enfim, a gente teve nomes de mulheres que, que “tão” nessa luta mais forte em prol de direitos das mulheres que conseguiram se eleger e tudo mais. Apesar de ainda ser uma participação super tímida, né? Mas aí se tem, e até assim, eu posso morder minha língua do que eu tô falando, mas eu acho que mesmo as mulheres que são, que “tão” contra nós, assim, de uma forma coletiva, eu ainda acho bom que elas estejam lá, sabe? Porque, enfim, se não forem elas, vão ser caras com o mesmo pensamento delas. E eu acho que, tipo, se for pensar em alguém eventualmente ser tocada por um tema mais sensível e de, daqui a pouco construir uma articulação melhor, eu ainda acho que, tipo, entre uma mulher de direita e um homem de direita, eu prefiro... uma mulher de direita, né? Tipo, óbvio que, né? Se eu puder escolher entre esquerda e direita tem uma priorização. Entre um homem de esquerda e uma mulher de direita, as coisas ficam um pouco nebulosas, né? Mas, ainda assim, tipo, eu acho importante que tenham mulheres mesmo que, enfim, não me representem, mas até pra servir como exemplo, sabe? Tipo, “pra” mulheres jovens e tudo mais, tipo, não, mas tá, eu quero, eu quero “tá” ali. Então, acho que é importante essa representação feminina, por mais que eu pessoalmente não me sinta representada por essas pessoas, enfim (Joana – 37 anos, RS, mora com o companheiro, programadora, possui renda salarial fixa, Pós-Graduação, não tem filhos).*

Paula fala sobre sua percepção a respeito da participação das candidatas mulheres à Presidência da República em 2022, em um dos debates presidenciais transmitido em rede nacional:

*O que que foi aquilo? [...] As “mulher”, as “mulher” tiveram a voz ali, mas não se manifestaram, não falaram em prol. [...] Podia ter falado bem, “abrandido” bem, mas não, ah, você foi minha professora, professora, não sei o quê, não sei o quê. Não falaram nada com nada (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementemente com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

Já Maria, questiona a presença massiva de homens conservadores em cargos políticos:

*Ah, que estão buscando a melhoria, eu acho que ainda é muito pouco. Acho que poucas mulheres nos representam no governo. O governo está tomado, acho que mais por... por homens conservadores, né? De extrema-direita. É, sim. É, os homens estão governando para os homens. Então, eu acho que seria necessário, sim, haver mais mulheres lá lutando por nós, todas nós, né? (Maria – 37 anos, RS, mora com o marido e o filho, auxiliar de cartório e estudante de Nutrição, possui renda salarial fixa, Ensino Superior incompleto, 1 filho).*

Como nós mulheres estamos sendo representadas na esfera política/ pública? Quais interesses existem nas práticas ofertadas por mulheres conservadoras aliadas a grupos políticos de direita no Brasil? O recorte discursivo da fala de Maria: *Então, eu acho que seria necessário, sim, haver mais mulheres lá lutando por nós, todas nós, né?*; clareia a discussão sobre grupos

de mulheres aliados aos movimentos conservadores na política parlamentar. Esses grupos defendem majoritariamente trajetórias de mulheres que vivem de acordo com os regimes impostos pelas ideologias neoconservadoras, excluindo outras realidades que fogem dessas práticas; limitando a constituição de políticas públicas e sociais. De que mulheres elas falam? Ou, de que formas de ser mulher elas falam?

Nesse sentido, pode-se compreender que a ministra Damares – como representante dos movimentos de mulheres conservadoras e “antifeministas”, age de forma a produzir pedagogias de sexualidade e gênero, enquadrando normatizações na produção da subjetividade. Essas pedagogias são examinadas por Foucault (2007) como disciplinas, ou, formas de disciplinar que imbricam processos de subjetivação calcados em relações de poder. O autor complementa:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 2007, p. 143).

O poder da disciplina tem o objetivo de fabricar corpos dóceis e úteis a maquinaria engendrada pelo *biopoder*. Como forma de questionar os atos de violência na imposição de formas de se subjetivar, Preciado (2011) apropria-se do conceito de *sexopolítica*. Trata-se de um conjunto de dispositivos alicerçados pela *biopolítica* que através de um conjunto de redes discursivas e a produção de enunciados, impulsionam crianças a se tornarem sujeitos ‘normais’, ou, sujeitos heteronormativos. Seu objetivo é a naturalização dos corpos, o controle da sexualidade e subjetividade através dos jogos de saber\poder que circulam por todo tecido social. A *sexopolítica* surge como forma de fiscalizar as pedagogias impostas aos corpos subjetivados desde o período da infância. Nela, regimes de verdade são postos em ascensão social, fazendo parte de processos de subjetivação da população em prol de uma norma sexual e de gênero. Compactuando assim, com a normatividade e binaridade de gênero e esvaziando outras formas de ser (PRECIADO, 2011).

Foucault (2007, p. 153) salienta que:

O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação standardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde.

Damares, com sua polêmica fala: “uma nova era começa no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”, disparada em 2019 ao assumir o cargo de ministra, houve uma enxurrada

de movimentações em redes sociais, opondo-se a fala da ministra e ironizando através da produção de postagens no campo virtual. Outras controvérsias foram citadas pela ministra até então, ocasionando uma série de discussões a respeito de repertórios identitários e de costumes sociais (MELO, 2020).

Sobre as possibilidades de participação efetiva das mulheres na esfera política parlamentar no Brasil, acompanhamos a histórica dificuldade de inserção neste campo. A resistência por parte de diferentes setores sociais nas próprias reivindicações das mulheres é um fator relevante nas lutas enfrentadas. Essas adversidades são comumente engendradas por poderes misóginos e machistas que acabam por estimular a participação da mulher majoritariamente no ambiente privado. Isso acontece por meio de uma invisibilidade e inibição da participação das mulheres em contextos políticos associados a estereótipos de gênero calcados em pressupostos biologizantes que inferiorizam a mulher. Considera-se então, as mulheres enquanto agentes deslegitimados no contexto político, enfrentando além de desafios na atuação e inserção de campo, violência simbólica e institucional por parte de todo aparato que constitui a governamentalidade.

Conforme Mano (2019, p. 27): “[...] as relações de gênero se constituíram, ao longo do tempo, como desiguais e que as reivindicações recentes de inclusão de determinadas pautas, em especial aquelas advindas dos movimentos feministas, colocam-se como “brechas” na estrutura dominante”. Para além disso, no Brasil, essa premissa é condicionante de todo um sistema *biopolítico* que busca através de dispositivos socioinstitucionais, concentrar o *lugar* da mulher na esfera privada, historicamente associada ao cuidado.

Complementando a análise, o texto de Pierre Bourdieu (2008), *Linguagem e poder simbólico*, do livro *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, traz contribuições importantes para a construção de um olhar sociológico sobre o discurso e sua eficiência social. Nessa perspectiva, é fundamental pensar sobre o que pode ser produzido através da relação daquilo que fica entre o que enunciador fala e o que ouvinte produz a partir da escuta. Quais realidades podem ser construídas aí?

Aqui, o poder das palavras está nos significados e representações construídas pelo grupo que escuta; “é o grupo que, por seu intermédio, exerce sobre ele mesmo a eficácia mágica contida no enunciado performativo” (BOURDIEU, 2008, p. 95). Para tanto, é necessário que o enunciador tenha fala autorizada para que os efeitos sociais sejam de fato, contemplados em sua magnitude pelo grupo social que escuta. A fala autorizada, reconhecida, para Bourdieu, é uma fala cujas condições objetivas que a permite ou permitiram foram “esquecidas” ou “denegada” pelos ouvintes.

Ou seja, estes, ao reconhecerem alguém como seu representante ou falante “autorizado”, “esquecem” as condições que permitiram ao falante dominar/monopolizar os meios legítimos de falar em público: diferenças de capitais culturais e sociais, por exemplo, que passam a ser pensadas como diferenças naturais. Para Bourdieu, o reconhecimento é acima de tudo transformar em natureza ou talento do falante, o arbitrário (desigualdade social) que lhe permitiu o acesso privilegiado a esta fala (BOURDIEU, 2008).

Conforme o autor Bourdieu (2008, p. 95):

A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede.

Pensando a partir dessa perspectiva, as mulheres possuem fala autorizada no contexto da política no Brasil? Com que dispositivos ideológicos e/ ou partidários, as mulheres que ocupam espaços de poder se vinculam atualmente? Representam a realidade de quais mulheres? Estão a favor de todas nós ou de outros interesses? Acredita-se que essa seja uma boa questão a ser discutida, uma vez que, essa fala autorizada está em construção e vem ganhando cada vez mais espaço e legitimidade. A desigualdade política que as mulheres sofrem nesse campo de inserção, faz disso um trabalho árduo, construído coletivamente. Isso só pode se tornar legítimo, a partir da participação em massa da população sobre as pautas defendidas pelos movimentos feministas e de gênero. É possível uma “teoria política feminista” (MARQUES, p. 213, 2019).

Ainda que exista uma concreta participação das mulheres em organizações políticas (política partidária, associadas a diferentes contextos: movimento operário, luta pelo sufrágio feminino, em oposição à ditadura, entre outros), a ocupação de cargos de alto nível hierárquico é representada e alcançada principalmente por homens. Todas as conquistas mencionadas foram fruto da luta de coletivos de mulheres. De acordo com Freitas e Gonçalves (2021, p. 185) a divisão sexual da política contribui para a produção de 2 lugares distintos na esfera política: “[...] cidadãos que deliberam (homens) e objetos de regulamentação, sobre os quais se delibera e sobre os quais se aplica a lei masculina (mulheres)”. Biroli (2018, p. 43) aponta que “[...] a divisão sexual do trabalho doméstico implica menor acesso das mulheres a tempo livre e a renda, com impacto nas suas possibilidades de participação política”, refletindo na constituição de políticas que deem conta de suas realidades. Davis (2016, p. 24 – 25) chama a atenção para a ascensão de uma ideologia da feminilidade que reduz a experiência de mulheres ainda nos dias de hoje:

[...] um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, institui a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca.

Ainda em Davis (2016, p. 100) “nesse clássico “círculo vicioso”, o trabalho doméstico é considerado degradante porque tem sido realizado de modo desproporcional por mulheres negras que, por sua vez, são vistas como “ineptas” [...]. Vista pelas classes dominantes como população inferiorizada diante da “incapacidade intelectual” (DAVIS, 2016, p. 109), enfrentam inúmeras dificuldades na inserção em ambientes acadêmicos e demais áreas públicas e privadas.

Os movimentos feministas no Brasil consideram o Estado enquanto vetor de fundamental importância para alicerçar o campo de pautas e discussões sobre os direitos das mulheres, atravessados por instituições e relações de poder instituídas socialmente e historicamente; onde ocorrem diferentes possibilidades de diálogo e interação, “[...] assim como de pressão e de contestação, tais como os protestos, atividades de *advocacy* (política de proximidade), as representações nos espaços de participação política [...]” (BRITO, 2019, p. 227), entre outras.

A despeito das políticas governamentais para mulheres, a instituição do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos contempla atualmente 8 unidades de atuação: Secretaria Nacional de Proteção Global – SNPG; Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD; Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SNPIR; Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA; Secretaria Nacional da Juventude – SNJ; Secretaria Nacional da Família – SNF e a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres – SNDPM vinculada no ano de 2018 ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que de acordo com os dados divulgados no *website* do Governo Federal (2018)<sup>13</sup>, tem como objetivos:

[...] promover e defender os direitos das mulheres, e coordenar políticas públicas de combate a todas as formas de violência contra a mulher e de atenção integral a sua dignidade. A Secretaria trabalha na construção de um Brasil mais justo, igualitário e democrático, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país.

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br> > Acesso: 04 fev. 2022.

O Plano Nacional de Política para Mulheres divulgado no ano de 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, aborda a igualdade de gênero entre mulheres e homens como uma das formas de avanço em relação a mudanças na sistemática social e política do país. Um marco importante foi a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – I CNPM realizada em julho do ano de 2004 que provocou em todo o território nacional a chamada de mais de cento e vinte mil mulheres para participar dos atos em relação a constituição da promoção de seus direitos através da elaboração do Plano Nacional de Política para Mulheres. No documento, consiste mais de cento e noventa ações sistematizadas em 26 prioridades. As ações foram elaboradas a partir de 4 eixos principais: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência contra as mulheres. A Política Nacional para as Mulheres tem como propósitos: a igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos e participação e controle social (BRASIL, 2005).

A Política Nacional de Atenção à Saúde Integral da Mulher lançada no ano de 2004 pelo Ministério da Saúde tem como fundamentos gerais:

Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro. – Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie. – Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2004, p. 67).

Para além disso, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgados em 2021 em informativo a partir do documento Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2 edição, por meio do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero – CMIG (Minimum Set Of Gender Indicators – MSGI), proposto no ano de 2013 pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) apresentam uma sistematização de dados sobre a situação das mulheres no Brasil, levando em consideração elementos chave da vida cotidiana, social e política, como “ [...] estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; educação; saúde e serviços relacionados; vida pública e tomada de decisão; e direitos humanos das mulheres e meninas [...]” (IBGE, 2021, p. 4).

No documento divulgado, a taxa de participação na força de trabalho representa um percentual de 54,5 % para as mulheres, enquanto homens correspondem a 73,7%; o nível de ocupação de mulheres com filhos é de 54,6% e sem filhos 67,2%; a taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino superior configura 21,5% para os homens e 29,7% para as mulheres. Em relação a vida pública e tomada de decisões, a taxa de mulheres entre vereadores eleitos alcançou em 2020 o percentual de 16,0% com participação mais significativa no Rio Grande do Norte e os cargos gerenciais marcando 37,4% ocupados por mulheres e 62,6% de cargos preenchidos por homens (IBGE, 2021).

Sobre a violência contra a mulher, os dados mostram que a distribuição de homicídios por local de ocorrência da violência, 30,4% ocorrem no domicílio e 69,6% fora do domicílio no caso das mulheres - com especificidade de maior percentual entre mulheres negras e, 11,2% acontecem no domicílio e 88,8% fora do domicílio no caso dos homens. O documento aponta as dificuldades para se obter dados com maior índice de fidedignidade em relação a violência contra a mulher por conta da falta de pesquisas especializadas no assunto e, pela subnotificação de casos aos órgãos competentes. Além disso, pontuam que as questões vinculadas a violência contra a mulher ganharam espaço e maior amplitude a partir da Lei do Feminicídio – n. 13.104 de 09 de março de 2015, abrangendo crimes contra a mulher motivados pela própria condição do sexo feminino. A Lei Maria da Penha – n. 11.340 de 07 de agosto de 2006 também trouxe importantes impactos nas discussões sobre violência doméstica e notificação de casos, sendo que uma de suas resoluções refere-se à instituição de delegacias especializadas e casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência (IBGE, 2021).

Em pesquisa realizada pelo Fórum de Segurança Pública em conjunto com o DataFolha, intitulada “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil” de 2021, aponta que 73,5 das pessoas acreditam que a violência doméstica aumentou durante a pandemia, mesmo que essa seja uma disfunção estrutural no país. A matéria publicada mostra através de dados divulgados pela Agência Brasil, que no ano de 2020 após o início da pandemia, as chamadas para o 180 com denúncias referentes à violência contra a mulher subiram para 36%, o feminicídio aumentou 2,2%, a renda familiar de mulheres vítimas de violência baixou 61,8% e 46,7 das mulheres que sofreram agressão ficaram desempregadas<sup>14</sup>.

Seguindo com os dados do IBGE, a taxa de mortalidade entre meninas e mulheres vem diminuindo ao longo dos anos, demarcando um percentual de 17,2% no ano de 2011 e 12,8%

---

<sup>14</sup> Disponível em: < <https://www.politize.com.br/violencia-domestica-pandemia/> > Acesso em: 04 fev. 2023.

no ano de 2019, reflexo no aumento de expectativa de vida de mulheres acima dos 60 anos que em 2011 compactava um percentual de 23,1% e no ano de 2019, de 24,4% (IBGE, 2021).

As desigualdades de gênero marcam significativamente as taxas de percentuais que demarcam os indicadores sociais apresentados sobre a população brasileira. A ampliação de políticas públicas e sociais propiciou melhora nos percentuais sobre os índices sociais das mulheres. Contudo, não garantem condições de igualdade e equidade em relação as condições em que vivem os homens no Brasil, especialmente no que tange a especificidades no mercado de trabalho e em espaços de participação nas medidas de tomada de decisão sobre a população e suas singularidades. Um de seus principais vetores para a manutenção destes indicadores é o percentual dobrado de responsabilidade com o trabalho doméstico e atividades ligadas ao cuidado que se sobressai sobre as mulheres. Além disso, a demarcação social da mulher no âmbito privado, em atividades domésticas e na esfera do cuidado, lhes direciona para escolhas de formação acadêmica e profissionalizantes associadas a profissões de menor remuneração financeira (cursos direcionados para o cuidado e bem-estar), impactando na circulação social e participação política (IBGE, 2021).

## 5.2 A NEGAÇÃO DA PANDEMIA E A PRECARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

No contexto da chegada da pandemia da *Covid – 19* no país, o Presidente da República postergou os cuidados referente a construção de medidas para a possibilidade de diminuição da propagação do vírus e conseqüentemente, dos impactos sobre a população, principalmente as parcelas mais vulnerabilizadas. A discordância das condutas sugeridas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e, também, pelo próprio Ministério da Saúde, junto a postura negacionista, colocaram suas decisões em estado de perplexidade por membros de órgãos federais e, também, por parcelas da população (MIGUEL, 2021).

Um momento de crise em diversos setores que vem escancarando desigualdades, diferentes vulnerabilidades e práticas governamentais arbitrarias, através de um governo autoritário e excludente. As realizações do governo brasileiro no contexto da pandemia, até então, vêm sendo alicerçadas por uma organização neoliberal – “faça você mesmo”, colocando vidas de determinados grupos sociais as margens da morte. Segata (2020, p. 303) “[...] o que temos vivido com a *Covid – 19* é apenas um sintoma. A verdadeira doença ainda se chama capitalismo”, evidenciando a priorização dos bens de mercado em detrimento ao cuidado com a vida da população.

As decisões relacionadas as propostas do governo federal brasileiro para conter o avanço da pandemia e minimizar seus impactos, vêm sendo apresentadas levando em consideração, primordialmente, modos de vida de grupos dominantes, pessoas brancas, de classe socioeconômica média/ alta. Nesse sentido, a inclinação neoliberal vigente no mundo dispara a compreensão de que os dispositivos mercadológicos podem se autogovernar, sem intervenção do Estado. Contudo, em países vulnerabilizados, como por exemplo, o Brasil, fica clara a necessidade da ampliação e da prática de políticas sociais e públicas para o funcionamento social de acordo com as diferentes necessidades da população, principalmente em momentos de crise (SANTOS DE JESUS *et al*, 2020).

Dentre as medidas ofertadas pelo governo federal nos diferentes momentos da pandemia da *Covid – 19* no Brasil, buscando assistência as empresas e aos cidadãos, estão:

Desoneração temporária do pagamento de taxas, encargos e contribuições da folha salarial, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Plano de Auxílio Emergencial, por três meses, no valor de R\$ 600 até R\$ 1.200 para mães consideradas chefes de família. Diversas linhas de crédito, algumas com carência de 60 dias e/ou sem spread bancário. Antecipação do PIS/PASEP. Liberação de R\$ 40 bilhões em linhas de crédito específicas para pagamento de funcionários, na qual o crédito entrará direto na conta do trabalhador e a empresa se compromete a não demiti-lo durante a Pandemia. Pausa no Pagamento de até três parcelas de financiamento de imóvel e empréstimos pela Caixa Econômica Federal (CEF). R\$ 5 bilhões para o programa de agronegócio (Proger) e agricultura familiar (Pronaf). Suspensão de cobrança da dívida ativa e novas condições de parcelamento. R\$ 5 bilhões para o programa de amparo ao trabalhador (FAT). É desta conta que sairá a ajuda aos taxistas (autônomos). Inclusão de mais de um milhão de pessoas no programa bolsa-família. Mais aportes do BNDES para as Fintechs (modelos de negócios inovadores). Prorrogação da entrega do Imposto de Renda (IR) para junho de 2020. Revisão dos acordos coletivos para estabelecer redução da jornada de trabalho Isenção por três meses do pagamento da conta de luz, as famílias de baixa renda. Programa emergencial para a manutenção do emprego (PEME) na qual o governo complementar o salário do funcionário que tiver redução dos ganhos, por conta da MP que permitiu as empresas reduzirem a jornada de trabalho, desta forma reduzindo igualmente os salários. Liberação do saque do FGTS, até um salário mínimo, em junho de 2020. Suspensão temporária dos contratos de trabalho por até 4 meses. Assim o Estado custeará o trabalhador através do seguro desemprego neste período. Redução compulsória nas taxas de juros de cheque especial e cartões de crédito. Retirada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das tarifas de importação para produtos médicos hospitalares. Antecipação do 13º dos Aposentados. Impedimento de corte de fornecimento de água, luz e gás no caso de inadimplência durante a Pandemia. (SANTOS DE JESUS, 2020, p. 46).

Contudo, sobre a realidade do mercado de trabalho e as mudanças ocorridas em torno da pandemia, destaca-se que anterior ao momento de sua chegada, esse setor já se encontrava devastado por conta das dificuldades enfrentadas na crise econômica entre os anos de 2015 e 2017. Desta forma, a catastrofização deste cenário, diante do desemprego, anulação e/ou

diminuição de renda e poder de compra da população, representa uma maior intensificação da crise econômica já instaurada com extensas adversidades para sua recuperação. Assim sendo:

[...] além de desarticuladas, as medidas adotadas podem ser consideradas também prejudiciais, pois invés de buscar preservar os empregos e os salários dos trabalhadores, elas operam exatamente no sentido oposto, ou seja, para estimular o desemprego e rebaixar os salários” (MATTEI; HEINEN, 2020, p. 657).

Além da desconfiguração da CLT com as recomendações de jornada de trabalho e salários reduzidos, suspensão temporária de contratos, entre outras diligências, o auxílio emergencial enfrentou diversos problemas em sua sistematização. Houve um crescente número de reclamações da população considerada mais vulnerabilizada para conseguir o cadastro no aplicativo digital disponibilizado pelo governo federal e a retirada da quantia. Na fala de Gabriela descrita abaixo, fica clara a precariedade da administração e execução de políticas sociais colocadas em prática durante a pandemia e como a população – especialmente os grupos mais vulneráveis, ficaram dependentes do auxílio oferecido por outros setores da sociedade:

*É... assim, teve algumas igrejas que “tavam” doando cesta básicas, então acho que os apoios foram somente esses mesmos. Não teve, eu não consegui muitos “benefício”, meu auxílio foi cortado no meio da pandemia, sendo que é só eu e meus quatro filhos, então cortaram meu auxílio e eu parei de pegar, então eu não tive muito essa rede de apoio, benefícios, essas coisas. [...] Sim, era a renda que eu tinha todo mês e eu não tinha renda, porque eu não podia trabalhar, né? Então foi bem difícil. [...] eu fiquei dependendo de ajuda dos outros de cesta, dos outros me ajudar, porque eu não podia trabalhar e foi uma época que foi só Deus. [...] até hoje tem gente que não consegue pegar o auxílio, essas coisas, por conta de, de dificuldade que eles colocaram (Gabriela – 26 anos, SP, mora com os filhos, manicure - autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos).*

Durante a pandemia, as mulheres e a população negra são os grupos mais afetados pela crise, diante das desigualdades enfrentadas na inserção precária no mercado de trabalho e outros setores (MATTEI; HEINEN, 2020). Davis (2016, p.17) discorre sobre a historicidade do trabalho e exploração de mulheres negras:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido entre os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos da existência ofuscados pelo trabalho compulsório.

A autora Davis (2016, p. 41) escreve sobre o legado das mulheres negras que lutaram contra a escravidão:

Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição de mulher.

A divisão sexual do trabalho está diretamente implicada nas relações de poder engendradas em posições de autoridade e subordinação, potencializadas pelo recorte de raça, classe e gênero (BIROLI, 2018). Biroli (2018, p. 13) afirma que o “acesso de uma minoria de mulheres brancas a cargos de alta remuneração é um dos signos do enfraquecimento da associação histórica entre mulher e domesticidade; [...] expõe padrões misóginos e sexistas ainda existentes”. Abaixo, Paula fala sobre seu trabalho “extra” – informal, que foi afetado durante a pandemia, impactando negativamente na renda familiar, seu sustento e dos filhos. Denuncia também a mal remuneração ofertada a cargos vinculados ao trabalho como cuidadora, “higienizadora”, entre outros, realizado majoritariamente por mulheres negras e de classe socioeconômica baixa, mantendo a dinâmica social desigual e excludente para esses grupos:

*Teve alguns “impacto” negativos, porque o serviço diminuiu bastante, né? Eu trabalho seis “hora” na PUC, mas eu faço faxina por fora. Ficou muito parado e as faxinas pararam de vez, entendeu? De vez, daí não tinha mais aquele dinheiro extra. Ah, prejudicou muito. Mas teve um lado positivo. O lado positivo é que... Deu pra aproveitar mais o... os filhos tudo, né? Mas teve aquele assim... Faltava as coisas dentro de casa, não tinha como correr atrás, não tinha como... Tipo assim... Como que eu vou te explicar? Às vezes... “Ah, tá pouca comida dentro de casa, vou fazer duas, três faxinas pra poder ter um dinheirinho a mais, pra poder botar as coisas pras crianças”. Não teve isso, porque não podia sair, não podia pegar ônibus, não podia nada, entendeu? E Tava todo mundo com medo, ninguém queria mais faxina, ninguém queria mais nada (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementada com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

A autora atenta para a indispensabilidade de se pensar na exploração do trabalho sobre às mulheres, do ponto de vista interseccional, levando em conta suas circunstâncias e recortes de vida e não sob a referência de um feminismo liberal com o discurso de empreendedorismo feminino sem a abrangência das diferenças (BIROLI, 2018). O trabalho assalariado para mulheres de classe trabalhadora compactua com a continuidade e manutenção da exploração de classe e dos efeitos nefastos do racismo estrutural. Biroli (2018, p. 38), destaca:

A ideia de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres foi vista por feministas negras e provenientes das classes trabalhadoras como uma idealização fincada na experiência de mulheres brancas, com acesso a carreiras profissionais capazes de oferecer um grau relativamente elevado de autonomia e remuneração.

Desta forma, a situação das mulheres no mundo do trabalho, suas posições nesse campo estão imbricadas na base da exploração do trabalho por meio das hierarquias de gênero produzidas por tais classificações. Assim, enfrentam maiores dificuldades no acesso a melhores condições de trabalho e ocupação de cargos em ascensão social, em comparação com homens (BIROLI, 2018). Davis (2016, p. 69) destaca que “por mais omissas que as primeiras militantes pelos direitos das mulheres tenham sido em relação à condição de suas irmãs negras, os ecos do novo movimento de mulheres foram ouvidos por toda luta organizada pela libertação negra”; ou seja, mulheres negras tem suas dificuldades potencializadas pela categorização da raça. Isso também tem seus efeitos na possibilidade de abandono de lares e relações abusivas de mulheres que sofrem violência doméstica, uma vez que, são necessárias determinadas disposições para tomar essa decisão e executá-la de fato (BIROLI, 2018).

Sobre a postura do Presidente Bolsonaro – figura antagônica no cenário de luta das mulheres, Calil (2021) propõe a interpretação de que os primeiros meses em que a pandemia da *Covid – 19* começou a se espalhar em território nacional – março e abril de 2020, foram decisivos para as proporções catastróficas que geraram para a população em seu percurso; diante de sua negação e incompetência. As negligências cometidas pelo governo federal alavancadas por um discurso de recusa a pandemia, acompanhadas da dificuldade na constituição de um plano estratégico de medidas de contenção e acolhimento as necessidades da população; denunciaram a implantação de um esquema de imunização de rebanho, estimulando a rápida contaminação da população em massa.

Bolsonaro adotou frente à população comportamentos de risco, boicotando medidas previstas pelo Ministério da Saúde. Ademais, apresentava em âmbito nacional através de pronunciamentos oficiais, dados incorretos sobre a situação gerada pela pandemia no país. O presidente e sua cúpula demonstravam-se preocupados exclusivamente com questões relacionadas a economia do país, culpabilizando os grupos a favor do isolamento social pela crise instaurada em todos os setores da sociedade (CALIL, 2021). Do ponto de vista psicanalítico, Silva Junior, Mello Neto (2022, p. 1), analisam que:

Esse cenário de cisão interna propiciou a emergência de discursos paranoides que seduziram grande parcela da população ao oferecer respostas assentadas em elementos persecutórios que circulavam no interior da massa, sustentando um discurso assentado no ódio direcionado ao polo inimigo.

Ainda, conforme os autores Silva Junior, Mello Neto (2022, p. 8):

O sadismo encarnado pelo líder autoritário, por sua ocupação do lugar de ideal do eu, atua de forma a liberar o sadismo de seus súditos. O líder que promete exterminar seus inimigos libera uma agressividade para o interior da massa, fazendo com que, horizontalmente, se estabeleça relações de ódio e sadismo para com o diferente, subjugado, o marginalizado, o “inimigo”. Se o lulismo compôs o terreno polarizado, com Bolsonaro o quadro se acirra, incrementando as noções de ódio projetadas no outro.

Indursky (2020, 2020, p. 159) caracteriza o governo Bolsonaro constituído através de um populismo patético, assinala:

[...] a desresponsabilização ética do sujeito não é o único ingrediente dessa retórica. O que Bolsonaro conseguiu construir com seu discurso foi a possibilidade de que o patético (*Phonyness*, diria Adorno), instaurasse um novo espaço de verdade, por mais absurdo que isso possa soar. Um espaço de verdade pervertido, um espaço de verdade que serve somente para uma parcela da população, um espaço que, sem dúvida, [...] mas, apesar de tudo, um espaço que transformou nossa esfera pública.

Ainda, de acordo com o autor Calil (2021, p. 41) “as manifestações de Bolsonaro eram amplificadas pela divulgação de mensagens nas redes sociais por intermédio das estruturas de propaganda bolsonaristas comumente designadas como “Gabinete do Ódio”, ganhando repercussão nacional. Uma das mensagens mais disseminadas pelo presidente e seus apoiadores foi sobre a eficácia de medicamentos, especialmente a Cloriquina, sem eficácia comprovada cientificamente para o tratamento sob a infecção pelo vírus da *Covid – 19*. Além disso, a prática de subnotificação de casos de falecimento por conta do vírus gerou uma série de discussões em âmbito nacional (CALIL, 2021). Além da subnotificação de casos de infecção pelo vírus, Joana expõe:

*Sim, a falta de testagem também, né? Eu tive COVID pelas minhas contas três vezes, não sei se tive ou não, porque é isso, não consegui testar, não consegui ter acesso, então, tipo: é isso, eu sou uma que não estou nas estatísticas (Joana – 37 anos, RS, mora com o companheiro, programadora, possui renda salarial fixa, Pós-Graduação, não tem filhos).*

O suposto antagonismo das ideias do Ministro da Saúde, na época, Luiz Henrique Mandetta e de governadores de diferentes estados do país - que o apoiavam, aos princípios organizacionais propostos por Bolsonaro e seus seguidores, impulsionaram uma quebra proposta pelo presidente entre seus princípios institucionais e os preceitos do “lado oposto”, referindo-se a Mandetta e a governadores. Desta forma, de acordo com o autor Calil (2021, p. 44) “[...] Bolsonaro conseguiu eliminar do debate público ou isolar inteiramente as propostas que de forma mais rigorosa indicavam a necessidade de medidas mais amplas e que fossem estabelecidas em âmbito nacional”.

Mesmo que Bolsonaro tenha mantido à frente do Ministério da Saúde um ministro que não compactuava diretamente com suas escolhas para o controle da pandemia, sua manutenção no cargo serviu como forma de manter em ascensão sua estratégia no momento de “normalização da pandemia” (CALIL, 2021, p. 45) e, conseqüentemente das mortes causadas pelo vírus, principalmente, sobre as vidas precarizadas. Conforme Calil (2021, p. 45) a jornada proposta por Bolsonaro no decorrer da pandemia “[...]só poderia ter êxito se, ao menos em um primeiro momento, suas proposições não fossem integralmente seguidas, pois se o fossem, produziriam um desastre de forma tão rápida e intensa que provavelmente teria produzido um repúdio incontrolável”.

De acordo com Silva (2020) foram mais de 50 solicitações de início de processo de *impeachment* enviados para o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. A lista de crimes constitucionais do governo Bolsonaro é extensiva:

- a) denúncias feitas pelo então e agora ex-ministro da Justiça Sérgio Moro contra o presidente Jair Bolsonaro apontam crime de responsabilidade por parte do presidente que pressionava o ministro para interferir no trabalho (investigações) da Polícia Federal; b) os crimes de “rachadinha” do seu filho Flávio com o ex-assessor Fabrício Queiroz, antes foragido, depois preso e agora se beneficia de prisão domiciliar; c) a ligação com as milícias cariocas; d) o apoio e convocação para as manifestações favoráveis ao Ato Institucional nº 5 (AI-5) que defende a ditadura militar; e) declarar, em Miami, que as eleições de 2018 foram fraudadas, quando o mesmo foi eleito com um festival de Fake News produzido pelo “gabinete do ódio” que já está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e suas contas foram bloqueadas pelo Facebook<sup>7</sup>; f) mandar comemorar o golpe militar de 1964 em 2019, exaltar a ditadura é crime previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/83), na Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei nº 1.079/50) e no próprio Código Penal (artigo 287); g) promover ofensas de cunho sexual contra a repórter da Folha de São, Patrícia Campos Mello; h) colocar em risco a vida de pessoas<sup>8</sup> quando resolve passear pelos arredores do palácio presidencial, entrando em padarias, prédios particulares, postos de gasolina, atentando contra a República e a Constituição Federal, por essa conduta deveria ser processado por crime de responsabilidade, conforme a Lei nº 1079/50 e por crime contra a saúde pública, previsto no artigo 268 do Código Penal (SILVA, p, 1481 – 1482, 2020).

Diante da realidade exposta, organizações da sociedade civil – OSCs, uniram-se para complementar e servir de suporte as propostas de contenção do vírus e de diminuição de impactos negativos sobre a população, apresentadas pelo governo federal que, em primeira instância é o principal órgão responsável pela organização de medidas de manutenção, proteção e controle de variáveis. Conforme Alves, Costa (2020, p. 928) “o primeiro desafio imposto pelas grandes emergências é mobilizar rapidamente essa rede de potenciais parceiros da sociedade civil para auxiliar nas ações”. O sucesso de tais iniciativas depende exclusivamente das conexões estabelecidas entre governo, sociedade e organizações da sociedade civil, unindo ações entre o público e o privado (ALVES; COSTA, 2020).

Logo no início da pandemia surgiram diferentes grupos da sociedade civil para auxiliar com medidas de apoio com o objetivo de oferecer algum tipo de amparo a população. O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, construiu uma plataforma denominada “Emergência *Covid – 19*” com o objetivo de ofertar suporte a iniciativas criadas pela sociedade civil. A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong, criou a chamada “Rede Solidária”, onde trabalha com práticas relacionadas ao direito cívico, auxílio/doação e *advocacy* (prática política vinculada a destinação de recursos públicos). O projeto “Favelas Contra o Coronavírus” emergiu a partir de alianças comunitárias na cidade de São Paulo. A iniciativa “Quartos da Quarentena” buscou a alocação de quartos de hotel para populações mais vulneráveis. Além desses exemplos, outras iniciativas intersetoriais foram crescendo ao longo da pandemia (ALVES; COSTA, 2020). Para Santos, Oliveira, Oliveira-Cardoso (2020, p. 14) “à solidão e isolamento do tirano de plantão, devemos contrapor o fortalecimento dos laços solidários entre os diferentes coletivos e ativismos. Devemos valorizar os projetos insurgentes e *decoloniais* dos coletivos de cultura e comunicação das periferias das cidades”.

A Escola de Governo FIOCRUZ realizou um Curso Nacional de Saúde Mental e Atenção Psicossocial na *Covid – 19*, gratuito em modalidade EaD com durabilidade de 40 horas em 16 módulos, incluindo em sua agenda tópicos elaborados por profissionais pesquisadores e professores com a colaboração do serviço de atendimento psicológico da FIOCRUZ Brasília. Foram elaboradas cartilhas com conteúdo informativo sobre condutas de cuidado em saúde mental e processos psicossociais em contextos de crise, como a pandemia da *Covid – 19*. O grupo de trabalho constituído por pesquisadores e professores uniu 117 pessoas vinculadas a 25 instituições produzindo mais de 18 documentos norteadores sobre acolhimento e assistência de populações mais vulneráveis que foram disponibilizados de forma gratuita em plataformas digitais (*Instagram e Facebook*) (KABAD, *et al*, 2020).

Abaixo, a fala de Raquel mostra a exaustão física e emocional vivenciada por mulheres mães, chefes de família ao longo da pandemia. Esta questão se configura como uma prática estrutural da sociedade hoje, em que mulheres negras e de classe socioeconômica baixa sofrem com o descaso socioinstitucional frente as suas demandas desumanizadas pelas desigualdades sociais (BIROLI, 2018; ZANELLO, 2018).

De acordo com Zanello, *et. al* (2022, p. 1): “[...] a pandemia exacerbou as desigualdades de gênero no cuidado doméstico e familiar. As mulheres encontram-se sobrecarregadas e cansadas; sozinhas na encruzilhada entre trabalho profissional e trabalho de cuidados múltiplos”, nominam como “feminização da miséria” (ZANELLO, *et. al*, 2020, p. 4).

Dialogando com as autoras acima, Davis (2016, p. 25) aponta que “a clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca”.

O dispositivo materno (Zanello, 2018) apontado pelas autoras (Zanello, *et. al*, 2022) surge como uma disciplina imposta as mulheres, no sentido de que devem-se encontrar integralmente disponíveis a atividades associadas ao cuidado de forma voluntária. Esse cuidado exercido por mulheres – compreendido a partir desse dispositivo como algo vocacional; entende que sua própria atividade é em si uma realização para a mulher, logo é praticado como um trabalho não remunerado. Biroli (2018, p. 57) ressalta:

1 – cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros tipos de trabalho, assim como do descanso e do lazer; 2 – a grade de valorização (simbólica e material) das ocupações é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa de cuidado; e 3 – os padrões de organização e de cuidado, podendo favorecer ou dificultar a tarefa de cuidarmos uns\umas do\as outro\as.

A respeito do cuidado com os filhos, as mulheres que participaram da pesquisa mencionaram sentimentos como raiva, impotência, impaciência, culpa, ambivalências, entre outros, diante das novas demandas impostas pela pandemia (ZANELLO, *et al*. 2022). Além disso, Silva, *et, al* (2020) trazem problematizações sobre a feminização do cuidado no contexto da pandemia da *Covid – 19* no Brasil, chamando a atenção para a massiva atuação de mulheres nas áreas da saúde vinculadas ao cuidado. Ressaltam que “a atuação feminina em profissões de cuidado é uma construção histórica, cultural e social, resultante da configuração de uma sociedade machista, patriarcal e misógina na qual atividades relacionadas ao cuidado deveriam ser desempenhadas pelas mulheres” (SILVA, *et, al*, 2020, p.153).

*Aí ficou tudo tumultuado, porque tinha que estar trancada em casa com as crianças, né? Não podia sair pra lugar nenhum. Aí, tipo assim, mudou muito, tanto o psicológico da gente, né? Que fica bastante abalado, alterado, quanto às coisas normais do dia a dia. [...] o que afetou muito mesmo foi o psicológico, tanto das crianças quanto o meu, que eu tive que passar 24 horas por dia, sete dias por semana com as “criança” em casa, sem poder sair. Deixou, eu fiquei muito estressada, muito abalada. Só fazia chorar, mas vida que segue (Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

Faro, *et al* (2020) e Schmidt, *et. al* (2020) compactuam com a necessidade de empenho multidisciplinar à cerca de cuidados em saúde mental em momentos de crise global, como a pandemia do coronavírus, a partir da construção de medidas emergenciais. Para os autores, o isolamento social proposto como medida de enfrentamento, junto a ansiedade referente ao real estado de saúde diante da possibilidade de infecção, surge como uns dos principais fatores de estresse emocional. Junto a isso, os rituais sociais de despedida de pessoas que faleceram em decorrência do contágio, foram drasticamente transformados, gerando uma série de desconfortos que vão além do processo de luto. Sugerem a adoção de intervenções mais específicas de acordo com cada momento vivenciado pela crise, compreendida em contextos emergências em três etapas distintas: pré-crise, intracrise, pós-crise. Entendem que “[...] avaliar uma crise como momentos encadeados e progressivos pode colaborar para o entendimento de especificidades de fatores estressores relativos à situação-problema e o cuidado que deve ser prestado” (FARO, *et al*, 2020, p. 6). Além disso, Zanello, Andrade (2014, p. 11) discutem a necessidade de se pensar os atravessamentos de gênero nas práticas em saúde mental, uma vez que:

[...] a saúde mental não pode ser pensada de forma exclusivamente biologizante, possuindo um caráter político no qual as relações de gênero, seus valores, estereótipos, etc, constituem-se em um fato essencial. As formas de sofrimento são, nesta perspectiva, gendradas e o próprio gênero pode e deve ser compreendido como um fator de risco.

No recorte discursivo abaixo, Maria conta sobre os efeitos emocionais (que repercutem em diferentes áreas de seu funcionamento biopsicossocial) gerados pós infecção pelo vírus, e, sobre a manutenção do tratamento em saúde mental para redução dos danos causados e busca pela diminuição e melhora dos sintomas que emergiram:

*A primeira vez foi, eu não tinha tomado ainda nenhuma dose da vacina, foi em Março de 2021 e foi bem horrível, assim, eu tive várias, fiquei até com sequelas, ah, na fala e com a nuvem branca, que é aquele esquecimento temporário que a gente tem de palavras, as coisas, a sensação de “tá”, estar num lugar e não saber por que está ali, então eu fiquei com esse tipo de, de sequela. Hoje eu faço terapia, uso de medicamento antidepressivo e ansiolítico, e “tô” me recuperando, assim, tá sendo uma caminhada meio difícil, mas aos pouquinhos eu tô conseguindo me recuperar de toda essa pressão e... e de tudo de ruim, né? Que esse período nos trouxe. [...] Que o meu psicólogo falou que acredita muito que tenha sido por conta desse período catastrófico que a gente viveu, né? Muitas pessoas desenvolveram ansiedade, muitas pessoas que nunca precisaram fazer tratamento com medicamentos estão fazendo, então a gente vai trabalhar, vai ser essa questão de ansiedade mesmo, “pra” que eu possa tentar organizar os pensamentos e conseguir fazer as minhas atividades. [...] Não tem como... a gente conseguir, assim, sozinha. Eu falei “pro” meu marido, bah, não tem como, eu não consigo, eu... eu não consigo sozinha. Ele, ele lidou de boa, assim, mas eu, eu lidei... eu pirei, realmente, eu pirei (Maria – 37 anos, RS, mora com o marido e o filho, auxiliar de cartório e estudante de Nutrição, possui renda salarial fixa, Ensino Superior incompleto, 1 filho).*

Iniciativas variadas de grupos e instituições públicas e privadas foram e vem sendo construídas durante o percurso da pandemia no Brasil, objetivando minimizar os danos causados frente a condutas inadequadas do governo brasileiro sobre as múltiplas realidades da população. Diante do exposto, torna-se possível questionar: quem são as pessoas que podem manter as medidas de distanciamento/ isolamento recomendadas? E quem não pode fazer isso, por conta da realidade calcada nas desigualdades, faz o que? A princípio, poderiam se apoiar em medidas implementadas por meio de políticas públicas e sociais. Contudo, nesse contexto, estas vêm se mostrando insuficientes para determinados grupos através do esfacelamento do corpo das políticas públicas e sociais durante o governo Bolsonaro. De acordo com Devit; Vieira Cá; Mendes (2021, p. 134):

É uma situação que demanda intervenções integradas e contínuas de proteção social, que garantam a segurança de moradia, o direito e acesso adequado à saúde, à educação, ao lazer, dentre outras esferas da vida. As medidas emergenciais de caráter assistencial adotadas pelos entes federados para enfrentar a pandemia obviamente não mexem tão pouco nas estruturas sociais e econômicas existentes, mas são necessárias e fundamentais para o cumprimento de medidas de distanciamento social e conter a propagação do vírus.

Nos recortes discursivos abaixo, as participantes falam sobre impactos negativos da pandemia, tendo como eixo central, o isolamento social e seus atravessamentos em seus cotidianos gerando uma série de mudanças:

*Horrível, porque a história de ficar em casa funciona pra eles, que tem dinheiro garantido, que tem, que tem se eles ficarem 3 meses em casa, todo mês vai ter 5, 10 mil na conta deles. Pra eles funciona. Nós que somos pobres de baixa renda, se não trabalhar, não come (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementada com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

*Eu trabalhava como manicure, estava grávida, tinha acabado de ganhar neném, minha neném vivinha “tava” com um mês, então foi bem difícil por causa questão do hospital, de levar, de trabalhar, foi bem difícil no começo. Depois a gente foi se adaptando, né? Mas caiu bastante o movimento, “pra” trabalhar ficou horrível, é, em relação às crianças na escola “pra” mim foi bem difícil também, porque fechou escola, fechou tudo, então “pra” mim foi bem complicado a pandemia, foi bem difícil (Gabriela – 26 anos, SP, mora com os filhos, manicure - autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos).*

*Parou tudo na pandemia. Esse foi o momento mais difícil, porque, é... criança com “autista”, eles têm a vida muito regrada, né? E foi cortado dele todas as terapias. Ele sabia que todos os dias, 7 e meia da manhã, ele levantava, pegava a bolsinha e ia pro colégio. E aí, do nada, parou. Entendeu? Foi tudo cortado dele. Foi muito, muito assim, foi quase um ano, um ano tenebroso pra nós (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementada com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

*Tipo assim, eu tenho criança com autismo, ficou... perdeu “todo” os acompanhamentos, os tratamentos, perdeu, ficou mais... Tipo assim, mais estressado, muito mais, né? Porque teve que ficar trancado dentro de casa, sem a escola, sem as “terapia”, sem muita coisa, né?(Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

Mesmo diante das inúmeras problemáticas presentes no funcionamento do SUS – emergentes de diferentes parâmetros institucionais, ele se caracteriza como melhor meio de enfrentamento a crise estabelecida pela pandemia no país. Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde – SUS, surge como principal meio de manejo, acolhimento e sustentabilidade na manutenção das medidas para redução, prevenção e tratamento de pessoas infectadas pelo vírus da Covid – 19, em concordância com os protocolos oficiais do Ministério da Saúde. Porém, diante da tamanha proporção tomada pelas catástrofes geradas pela pandemia, e a demora do governo federal na constituição de um plano emergencial; o SUS enfrenta dificuldades em sua sistematização e praticidade para abranger a diversidade de demandas apresentadas (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020).

De acordo com Henriques, Vasconcelos (2020, p. 28):

[...] com sua ampla e capilarizada rede de atenção primária, serviços especializados, hospitalares e de urgência, laboratórios de saúde pública equipados, o Programa Nacional de Imunizações, sistemas de vigilância em saúde, ambiental e sanitária organizados e um modelo de gestão descentralizado com mecanismos formais de participação da sociedade.

*Eu acessei sim, eu acessei a UPA, né? Eu tenho um plano de saúde, mas os meus médicos, eles vieram com aquela conversa de serem a favor do tratamento com a cloroquina, com a ivermectina, e aí eu não aceitei. Aí eu procurei a UPA e segui as recomendações que eles me deram na própria unidade lá de pronto atendimento, né? Que é do SUS, inclusive. [...] É, aí eu utilizei o que os médicos recomendaram, que era, claro, isolamento, né? Ah, beber líquido, ah, cuidar se eu piorasse na questão respiratória, de saturação, se eu sentisse que eu piorasse. Eles não me recomendaram nem antibiótico, foi só assim tratamento pra as dores mesmo e febre. Isso, e cuidando, alimentação leve e foi isso, assim. Eu não concordava e não concordo com o tratamento que muitos médicos estavam utilizando, né? Como esse meu médico do meu plano. Eu não ia tomar cloroquina de forma nenhuma, ou ivermectina, ou sei lá eu o quê. E foi difícil, mas sobrevivi. Senti que a primeira vez foi pior, acho que até por conta de não estar ainda com nenhuma dose da vacina. Aí em janeiro deste ano eu tive de novo e foi mais leve, eu já estava com as duas doses, agora eu já estou com as quatro doses. E foi bem mais leve, mas não menos assustador, né? Porque, na verdade, a gente não sabe como que o vírus vai se... tá comportando ali dentro do nosso organismo, né? Mas me recuperei bem rápido da segunda vez, novamente procurei SUS e as mesmas recomendações de cuidar (Maria – 37 anos, RS, mora com o marido e o filho, auxiliar de cartório e estudante de Nutrição, possui renda salarial fixa, Ensino Superior incompleto, 1 filho).*

Para Santos, Oliveira, Oliveira-Cardoso (2020, p. 12) a ampliação de medidas relacionadas a assistência social e ao trabalho em rede através de múltiplos serviços são ponte de acesso, cuidado e prevenção “[...] para mitigar os danos biopsicossociais associados ao distanciamento social”. De acordo com Hofling (2001, p. 31) políticas públicas são entendidas como “[...] o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Para serem políticas públicas, devem garantir a participação em massa da população em sua estruturação, delineamento, implementação e monitoração, assegurando, desta forma, os interesses sociais e as necessidades da população (HOFLING, 2001). Assim, compreende-se que são implantadas através da construção de uma rede transversalizada, incluindo o Estado e outras instâncias sociais. As noções de coletivo e singularidade devem se construir paralelamente com a concepção de comunidade/indivíduo (BARROS; PIMENTEL, 2012).

Na contramão de uma *práxis* coletiva em saúde, prevenção e cuidados com a população, o modelo de funcionamento estatal comandado por práticas neoliberais, dificulta o manejo e a obtenção de recursos adequados para dar conta das necessidades da população. A pandemia da *Covid – 19* escancarou a emergência global em saúde e trouxe a necessidade de pensar o funcionamento das políticas em saúde, no que tange ao seu alcance e abrangência das

populações e funcionamento das medidas e serviços de saúde. Nesse contexto, pensar o funcionamento do SUS e sua importância na organização de medidas para conter os estragos feitos pela pandemia, surge como resistência ao modelo proposto pelo governo Bolsonaro de privatização da saúde e desmonte do SUS, sistema de saúde reconhecido mundialmente por sua eficácia e abrangência favorecendo a justiça social. O SUS foi criado de forma democrática diante do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira junto a Constituição de 1988, buscando majoritariamente a universalização da saúde como direito de todos. O desmonte de políticas sociais ganhou força a partir do ano de 2016 no país, com as contrarreformas de trabalho – Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 e Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, da previdência – Emenda Constitucional Nº 103 e Emenda Constitucional Nº 95 de 2016 que confisca gastos públicos no período de 20 anos (DEVIT; VIEIRA CÁ; MENDES, 2021).

Conforme Araújo; Oliveira; Freitas (2020, p. 2):

Urge a necessidade de responsabilidade como princípio ético da gestão, para em menor tempo, podermos executar arranjos e estratégias inovadoras e resolutivas, cabe aos gestores de saúde assumirem seu papel na tomada de decisões políticas-econômicas-sanitárias que garantam as condições dispensáveis para o SUS funcionar [...].

Ainda, questionam de que formas a sistematização do SUS se faz possível em um momento em que sua estrutura vem sendo ameaçada por uma estrutura geopolítica governada pelo neoliberalismo que busca produzir um Estado Mínimo, de direitos e de acessos. Os autores perguntam: “de que modo, em meio à fragilização da democracia brasileira, o SUS pode desempenhar seu papel como política pública, garantidora da saúde para todos, conforme princípios e diretrizes operacionais?” (ARAÚJO; OLIVEIRA; FREITAS, 2020, p. 2). Apontam que o pouco investimento em saúde pública e as mudanças em âmbito social e econômico gerados pela pandemia, refletiram nas respostas ofertadas pelo SUS e no acesso da população aos serviços, seja pela exclusão induzida por classe e/ou outros recortes de condição de vida. Mesmo com condições precarizadas ocasionadas pela política neoliberal vigente, o SUS se apresenta como melhor dispositivo para o enfrentamento da pandemia no Brasil. Desta forma, sua defesa é inadiável. Araújo; Oliveira; Freitas (2020, p. 5) reforçam:

A pandemia por SARSCOVID-2 coloca em questão os sistemas econômicos-sociais-sanitários globais; o papel do Estado nacional em defesa da sua soberania num mundo globalizado; os modelos capitalistas de produção, consumo, acumulação de riquezas e relações de produção entre detentores do capital e da força de trabalho, especialmente o entendimento do direito à saúde como direito humano.

Seguindo com a discussão, Silva; Ruiz (2020, p. 3), destacam:

Vivenciamos um período de aprofundamento contrarreformista, que incide sobre essa manutenção contínua da economia dependente, cujas formas de transferência de valor se pautam, cada dia mais, pela punção do fundo público operada por meio da articulação entre as burguesias nacionais e internacionais e do prevalecimento das frações financeiras. Esse processo, que se realiza na expropriação de direitos via disputas orçamentárias, é materializado como forma de ampliar a utilização do fundo público para o pagamento da alegada dívida pública, estabelecimento de superávits primários, financiamento de projetos capitalistas e tantas outras funções alheias aos interesses das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, especialmente no cenário atual de disputas entre uma organização social neoliberal pautada nas artimanhas do livre mercado enquanto seu principal dispositivo instituinte, e; uma realidade baseada na justiça e bem estar social, baseada na elaboração de políticas públicas e sociais que abarquem as infinitas realidades da população brasileira; retoma-se a importância crucial da defesa da democracia e da continuidade do projeto de um Sistema Único de Saúde – SUS. Para que exista a viabilidade de uma diminuição dos efeitos nefastos da pandemia sobre o povo brasileiro, torna-se necessário uma retomada do senso de coletividade para maior proximidade com as realidades de diferentes categorias sociais e possibilidades reais de sair da miséria, buscando viver a vida para além da sobrevivência. A democracia e a coletividade enquanto vetores de uma transformação social, são condicionantes da retomada rumo a uma sociedade mais equânime e mais justa para todas, todos e *todes*.

Ainda sobre os impactos da pandemia, Madalena traz outra visão, escancarando o abismo de desigualdades sociais que atravessam as experiências de mulheres ao longo da vida por conta de suas condições:

*Então foi um período também que a gente descobriu a cidade, então... a gente ia brincando com a situação, às vezes a gente chegava no lugar e “ih, chegou na hora errada, já tem gente”, e levar isso com leveza, foi uma proposta da gente de tentar levar isso com leveza e com clareza também, né? [...] Foi divertido, foi divertido. Minha irmã falou que vai fazer um livro dos contos da quarentena, porque foram de fato vários eventos durante a quarentena que a gente hoje passa, olha e a gente chora de rir, e eu espero que ela faça, porque vão ser contos interessantes (Madalena – 43 anos, DF, mora sozinha, servidora pública, possui renda salarial fixa, Pós-Graduação, não tem filhos).*

## 6. GRUPOS DE MULHERES *ONLINE*

### 6.1 SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO, POLÍTICAS DA AMIZADE E O CUIDADO DE SI

Bader Burihan Sawaia (2001) – estudiosa no campo da Sociologia e Psicologia Social, mostra a importância da afetividade na área das Ciências Humanas, enquanto vetor de resistência a um modelo de Ciência que pressupõe uma postura neutra do pesquisador, além de potencializar a produção de questionamentos contra hegemônicos – desnaturalizando princípios já consolidados, sobre o funcionamento social e a produção de subjetividades. Dessa maneira, “[...] a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre desigualdades sociais, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar contra a pobreza” (SAWAIA, 2001, p. 97).

As emoções são base da condição humana e é nesse sentido que a afetividade é concebida enquanto elemento central de uma epistemologia que a compreende como ético-política. Assim, as emoções são interpretadas como fenômenos históricos e sociais, na medida em que, em cada momento histórico surge, a primazia de “uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social” (SAWAIA, 2001, p. 102), como por exemplo, a vergonha e a culpa por sua situação. O sofrimento ético-político se transforma ao longo do tempo de acordo com as organizações sociais, “[...] varia historicamente, de acordo com a mediação priorizada no processo de exclusão social: raça, gênero, idade, classe” (SAWAIA, 2001, p. 105). O que se assemelha a noção de subjetividade composta por Foucault (2016, p. 255) “[...] subjetividade entendida como um conjunto de processos de subjetivação aos quais os indivíduos foram submetidos ou que aplicaram com relação a si mesmos”, por meio de práticas de si (FOUCAULT, 2014b). Ou seja, subjetividade compreendida como transformacional, marcada por processos históricos e por redes discursivas atravessadas por relações de saber\poder inscritas no corpo, enquanto substância primordial da subjetividade. Desta forma:

[...] não basta afirmar que o sujeito é constituído num sistema simbólico. Não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas reais – práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia da constituição de si que perpassa os sistemas simbólicos ao utilizá-los (FOUCAULT, 2013b, p. 323).

Pensando sobre a relação dialética entre inclusão e exclusão, é a partir da afetividade que se torna possível construir uma *práxis* que atue e transforme as desigualdades sociais e as suas consequências para os grupos vulnerabilizados (pobreza, limitação de acesso a serviços, a direitos humanos básicos, entre outros). Ou seja, é necessário levar em conta nas análises, práticas relacionadas à ética da subjetividade, pois a dialética inclusão\exclusão produz processos de subjetivação e modos de vida. De acordo com a autora Sawaia (2001, p. 96 – 97): “essa perspectiva epistemológica supera o uso moralizador e normatizador de conceitos científicos que culpabilizam o indivíduo por sua situação social e legitimam relações de poder, apoiados no princípio da neutralidade científica”.

A exclusão torna-se parte de um conjunto de “[...] estratégias históricas de manutenção da ordem social [...], além de que, sob a perspectiva da dialética exclusão e inclusão “[...] variam as formas de incluir e reproduzir a miséria [...]” (SAWAIA, 2001, p. 109). Foucault (2007; 2018) diria que as maneiras de incluir assemelham-se a formas de disciplinar os excluídos para tornarem-se úteis as estratégias de governamentalidade pautadas pela engenhosidade da *biopolítica*. Nesse sentido, aquele corpo que é incluído, é, de certa forma, moldado a praticidade social, é um corpo modificado para se tornar útil ao sistema social. Sawaia (2001) chama de inclusão perversa. Para Foucault (2007, p. 25):

[...] o corpo também está diretamente mergulhando num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado), o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2007, p. 91) conta que o corpo dos condenados era objeto do rei que grifava sua marca e “[...] deixava cair os efeitos de seu poder. Agora, ele será antes um bem social, objeto de uma apropriação coletiva e útil”. Dessa forma, entende-se que as maneiras como se dão as relações de poder e como elas se implicam na constituição da subjetividade através de redes discursivas e outras práticas modificaram-se ao longo do tempo. Há uma atribuição política sobre o corpo que:

[...] está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (FOUCAULT, 2007, p. 27).

Além disso, as formas como o Estado incide o poder sobre a população também sofreu transformações – de um poder violento que colocava o marginalizado à beira do suplício através de práticas precisas e explícitas, a um poder disciplinar exercitado de forma sutil e solúvel, em que o sujeito é impulsionado a se transformar em um corpo dócil. Assim, o poder “[...] deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 2007, p. 284). O corpo assujeitado ao poder, deve se tornar um corpo dócil que é aquele que:

[...] pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”; [...] o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica do poder (FOUCAULT, 2007, p. 118 – 119).

Através de práticas disciplinares – que também constituem e são constituídas por redes discursivas que marcam a produção de regimes de saber\poder, surgem mecanismos de exclusão e é “[...] focalizando essas técnicas de poder e mostrando os lucros econômicos ou as utilidades políticas que delas derivam, num determinado contexto e por determinadas razões, que se pode compreender como esses mecanismos acabam efetivamente fazendo parte do conjunto” (FOUCAULT, 2018, p. 288). Nesse caso, temos processos múltiplos de disciplinamento do corpo e do intelecto através de práticas rotineiras de (auto) controle: horário específico para acordar, comer e dormir, práticas uniformes de higiene e alimentação, autocontrole emocional e potencialidade técnica do corpo (treinamento, ginástica, esporte); isso tudo permite controle e punição sobre a população de um país e aumenta o potencial – riqueza, que a população deste país pode representar ao Estado; o poder disciplinar é a base da soberania.

Foucault traz como exemplo as técnicas de exclusão exercidas sobre a loucura e as sexualidades perversas, compreendidas como ameaças sociais, e, portanto, devendo ser reguladas por dispositivos disciplinares. Nesse sentido, as disciplinas são constituídas por discursos normalizadores, e, conseqüentemente, que operam na lógica binária da inclusão\exclusão. De acordo com Foucault (2018, p. 365) o dispositivo enquanto técnica móvel

de poder, é “[...] um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”. É constituído por uma complexa rede de “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2018, p. 364).

Com a passagem do poder soberano para o poder disciplinar e da norma, a noção de população emerge transformando as práticas de governo e o exercício do poder para uma nova governamentalidade que implica o governo de si e o governo dos outros. É a partir do século XVII que se constituem técnicas de governo pautados por meio de uma razão de Estado. Assim, “[...] a arte de governo, em vez de fundar-se em regras transcendentais, em um modelo cosmológico ou em ideal filosófico-moral, deverá encontrar os princípios de sua racionalidade naquilo que constitui a realidade específica do Estado” (FOUCAULT, 2018, p. 420). O mercantilismo foi a primeira organização que colocou em prática essa nova governamentalidade, em que se buscou construir um saber sobre as práticas desenvolvidas sobre o governo do Estado (FOUCAULT, 2018). Conforme o autor Foucault (2018, p. 423):

Foi com o desenvolvimento da ciência do governo que a economia pode centralizar-se em um certo nível de realidade que nós caracterizamos hoje como econômico; foi com o desenvolvimento dessa ciência do governo que se pode isolar os problemas específicos da população; mas também se pode dizer que foi graças à percepção dos problemas específicos da população, graças ao isolamento desse nível de realidade, que chamamos a economia, que o problema do governo pode enfim ser pensado, sistematizado e calculado fora do quadro jurídico da soberania.

Essa nova concepção pressupõe que o Estado deve governar para a população, construindo práticas de governamentalidade dispostas a contemplar suas características e realidades de modo geral e individual, nascendo assim a *biopolítica* que busca governar para o bem estar social. Assim, essa nova arte de governo transcende a família como modelo de governo e práticas de gestão, tornando-se um elemento fixado no interior da população. Desta forma, Foucault (2018, p. 426):

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de “economia”. A economia política pode se constituir a partir do momento em que, entre os diversos elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população. Apreendendo as redes de relações contínuas e múltiplas entre a população, o território, a riqueza, etc. se constituirá uma ciência, que se chamará economia política, e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo: a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo.

A governamentalidade, essa nova arte de governo, é construída através de um:

[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2018, p. 429).

Assim, o poder da disciplina se transforma em um poder da regulamentação que vai além das limitações do corpo e ascende sobre a vida, um poder que diferente da era da soberania que governava sobre o poder da morte, governa sobre a produção e maximização da vida, o que Foucault chamou de *biopoder*. Destaca-se que essas duas formas de poder agem simultaneamente, não excluindo uma à outra. Foucault (2010, p. 209) conclui:

Temos, portanto, desde o século XVIII (ou em todo o caso desde o fim do século XVIII), duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprias de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo o caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global [...].

Junto a essa nova organização social instituída por outras práticas de saber\poder, o sofrimento surge como condicionante da vivência de exclusão e das vulnerabilidades sociais e deve ser elemento chave para se pensar como se dão interações atravessadas por hierarquias sociais, relações de poder e dominação, que assujeitam a determinados lugares e condições sociais. Portanto, o sofrimento é entendido como a “[...] dor mediada pelas injustiças sociais. É

o sofrimento por estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos” (SAWAIA, 2001, p. 102), mas por aqueles que são atravessados pelas desigualdades.

Conforme Sawaia (2001, p. 99) “estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o “cuidado” que o Estado tem com seus cidadãos. Elas são indicadoras do (des) compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil”. Incluir as emoções nas análises que envolvem as interações humanas a partir de escopo ético-político estimula as Ciências Humanas “[...] a incorporar o corpo do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises econômicas e políticas” (SAWAIA, 2001, p. 101), uma vez que, “[...] um sofrimento psicossocial pode redundar em morte biológica” e opera também como regulador social (SAWAIA, 2001, p. 105).

De acordo com Sawaia (2001, p. 105 - 106):

[...] o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social, de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.

Ou seja, é um sofrimento oriundo das desigualdades sociais e das práticas de exclusão ou inclusão perversa - em que o sujeito é incluído a partir da correção de sua diferença, é um sofrimento que em sua gênese “[...] está o sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de ser gente” (SAWAIA, 2001, p. 111). Reconhecer o sofrimento ético-político é “[...] analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos, e dramáticos problemas, a desigualdade social, a injustiça [...] (SAWAIA, p. 2001, p. 108); em suma, analisar a exclusão como forma de manter uma ordem social.

Guareschi (2001) escreve sobre como a competitividade – esquema central nas relações sociais desenvolvidas nas sociedades organizadas a partir de princípios neoliberais, é a base dos sistemas de exclusão, ao mesmo tempo em que, é a partir da exclusão que a competitividade ganha força. Guareschi (2001, p. 146) pontua que é “[...] o confronto, o choque entre interesses diferentes ou contrários, que vai fazer com que as pessoas lutem, trabalhem, se esforcem para conseguir melhorar seu bem-estar, sua qualidade de vida, sua ascensão econômica”. O autor

chama de “metafísica da competitividade” [...] são práticas que impulsionam a existência da competitividade “condição essencial para o progresso e o desenvolvimento” (GUARESCHI, 2001, p. 146) nas sociedades contemporâneas vislumbradas pelo capitalismo. Assim sendo: “[...] a competitividade exige a exclusão de alguns e o privilégio de outros, para que sejam estabelecidos parâmetros de oposição que vão forçar as pessoas, na competição, a ter de lutar para não serem rejeitadas e excluídas” (GUARESCHI, 2001, p. 146). As consequências dessas dinâmicas são substanciadas por “[...] uma multidão de seres humanos empobrecidos e descartáveis” (GUARESCHI, 2001, p. 149).

Paugam (2001, p. 66) trabalha com o conceito de desqualificação social “[...] que caracteriza o movimento de expulsão gradativa” das populações vulnerabilizadas de múltiplas situações e lugares sociais, destacando que o sentimento de “humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria a qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento [...]”. Assim, o estado de precariedade e fragilidade física e emocional, podem transformar-se em uma relação de dependência das instâncias que prestam apoio e suporte sobre suas necessidades. Além disso, podem passar por rupturas sociais com vínculos próximos – família, amigos e instituições de apoio, a partir da concentração de problemas de diferentes ordens: “[...] caracteriza-se por um alto número de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização” (PAUGAM, 2001, p. 77).

O enfraquecimento e o corte de vínculos chamaram a atenção nas trajetórias das mulheres entrevistadas, o que pode limitar as possibilidades de constituição de novas realidades e produção de outros vínculos satisfatórios. Abaixo, a fala das participantes:

*Então eu acabo não querendo incomodar os outros. [...] É bem complicado, né? Porque querendo ou não, as duas é “pequena”, então já é dificuldade de lidar com elas e ainda lidar com o julgamento dos outros é bem difícil (Gabriela – 26 anos, SP, mora com os filhos, manicure – autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos).*

*Eu não tenho contatos. Nem com família, com amigos. Acho que eu converso com duas pessoas, mas pelo telefone. Contato, assim, em real, é pouco. Muito pouco. E família mesmo, assim, pra falar a verdade, família mesmo, não considero eu ter família. Eu sou mais sozinha com as crianças, tá? Minha família é as crianças. Não tenho outros contatos, não. Acho que nem por telefone eu converso com a família (Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

Já no recorte discursivo abaixo, Raquel descreve como foi severamente criticada ao fazer uma publicação em um grupo pedindo ajuda (esse *post* foi feito em um grupo que não faz parte da pesquisa). Ela conta que nos grupos que não tem acesso limitado a determinadas condições – como gênero, classe social, entre outros; o julgamento é posto em prática de forma mais explícita e categórica em comparação com grupos feitos somente para mulheres.

*Era um grupo, eu nem me recordo bem o grupo, só que era um grupo normal, não era um grupo de ajuda, assim era um grupo de ajuda mas não era um grupo de apoio à mulher. Era um grupo assim, que podia entrar todo mundo. Bem comum, mas eu saí de todos esses grupos, me magoaram muito. Eu tava numa situação muito ruim, aí pedi ajuda. Nesse grupo eu fui muito criticada, muito julgada, muito humilhada. Né? Fui muito humilhada. Palavras que são comuns de outros pobres falar pra gente pobre. Aí fui muito humilhada nesse grupo. Apaguei até a publicação, sofri muito (Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

Contudo, Paula fala como se sente nas interações que participa, sobrepondo o julgamento advindo das próprias mulheres participantes do grupo. Nota-se que existe um julgamento moral que se articula com a competitividade discutida acima. Parece que há uma concorrência no sentido de escolher\avaliar quem precisa mais de ajuda, e, assim, surgem os julgamentos entre as próprias mulheres, (*re*) produzindo a lógica de competição liderada pelo neoliberalismo.

Dessa forma, essa situação se torna semelhante à concorrência por colocações no mercado de trabalho, por vagas de acesso a determinados serviços, entre outros. Cabe pensar: se as mulheres que participam dos grupos, que vivem, à priori, em situações de vulnerabilidade – muitas em condições de extrema pobreza e miserabilidade, porque acabam por compartilhar dessas relações abusivas, uma vez que, incidem a outra um lugar de inferioridade? Neste ponto, pode-se pensar sobre o fato de que, possivelmente, é um dos modos de relações em que são assujeitadas em seus cotidianos e acabam por reproduzir com as companheiras de grupo.

Essas formas de se relacionar podem ser entendidas como um efeito da ideologia neoliberal – que não diz respeito somente a lógica de mercado, mas a formas de vida. Ainda, se o objetivo dos grupos é fornecer suporte as mulheres sobre suas demandas e necessidades perante as adversidades enfrentadas, não seria mais fidedigno à proposta inicial, construir formas mais saudáveis de interação, longe das artimanhas da competitividade? Como isso poderia se dar?

Aqui pode-se estabelecer um paralelo com as discussões a respeito das críticas emergentes sobre a esquerda progressista que tem como foco atual de suas pautas as lutas

identitárias, as disputas por reconhecimento e representatividade; buscando a afirmação das diferenças individuais de categorias vulnerabilizadas, junto à diversificação e construção de novos significados culturais. Uma das críticas se refere ao foco nas diferenças individuais em detrimento de uma luta coletiva. Assim, abrem espaço para apropriações de signos de suas lutas por grupos que flertam com o neoliberalismo, na medida em que, conseguem dialogar com o lado oposto de seus princípios norteadores, no sentido de criar outros significados sobre temas abordados por movimentos sociais, além de questionar suas pontuações sob a prerrogativa da individualidade. Conforme Miguel (2008, p.182): “o acúmulo das especificidades identitárias torna, cada um, único e a ação política se organiza não pelos eixos de divisão social, que não são mais capazes de agregar grupos, mas pelas vontades individuais”. Audre Lorde (2019, p. 236) reforça: “enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas”.

Os autores Sena, Gusman (2020, p. 157) apontam:

Se pensarmos sobre as condições dadas no presente, podemos observar que os embates contra as representações hegemônicas seguem obnubilando a compreensão do novo contexto. Nesse cenário, o campo progressista tornou-se refém não somente do modelo econômico de seus opositores, mas das estruturas ideológicas que produzem a inteligibilidade do mundo social. Assim, diante das capacidades ressignificativas da ordem neoliberal restrita, essencialmente, à afirmação de uma identidade individual, a esquerda pode acabar por se render inadvertidamente à racionalidade hegemônica que se apresenta estrategicamente como neutra. Ao considerar esses aspectos, é possível afirmar que o cerne das limitações transformativas das lutas por reconhecimento identitário encontra-se no fato de que elas orientam grande parte de sua ação política a partir de uma noção de “indivíduo” própria de uma racionalidade predatória.

*Eu não sei explicar, se sente um pouco, é, julgado. Tem gente que tá ali no grupo que julga muito, entendeu? Mas tem gente que tá ali “pra” ajudar, tipo, e tem gente que tá “pra” se aproveitar. Teve uma vez que as crianças ganharam material escolar do grupo, só que daí as “moça” começaram a postar os “comprovant”s que tavam mandando. E daí tinha pessoas que entravam em contato direto. “Ah, eu vi que tu recebeu tanto do grupo, me manda 10, que eu preciso comprar leite pra minha filha”. “Ah, eu vi que tu recebeu tanto do grupo. [...] tem gente que julga muito, tipo assim, ó, cada cidade é uma coisa, né? Viamão, a saúde de Viamão é bem devastada, bem, bem devastada. Meu filho, ele é autista, ele esperou 4 anos e 5 meses pra uma consulta “cu” geneticista. Daí tem uma moça que entra lá e diz “ah, mas não é demorado não, não sei o quê”. Mas eu digo, não, cada cidade é uma cidade. Na história do material teve muita gente que entrou e disse assim “ah, mas o... o município dá. Ah, mas vai no CRAS”. Aqui em Viamão não é assim (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementada com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

Raquel conta uma situação em que por decisão das administradoras e/ moderadoras, foi banida do grupo:

*Foi tipo assim, eu fiz algo errado e alguns ADMs não concordaram. Só que tipo assim, foi algo que eu fiz errado, uma escolha errada minha, que não prejudicava o grupo em nada. Tipo assim, eu fiz algo que só prejudicava a mim mesma. Ai alguns ADMs, na época lá, colaboradores, não concordaram. Porque tipo assim, na época é... eu era acompanhada pela Bianca (nome fictício), psicóloga. Ai eu contava, eu sou do tipo que conto tudo, eu contava como eu não achava que era errado. Eu sabia que era errado porque não era coisas “correta”, mas não prejudicava ninguém. É, porque, tipo assim, é... eu tipo, enganei um homem. Peguei o dinheiro dele e não quis mais conversa. Só pra ajuda, eu gastei com as coisa aqui pra casa (**Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto**).*

Quais seriam as outras opções que Raquel teria nessa situação, levando em conta sua condição de extrema vulnerabilidade e desamparo por parte do Estado e de seu círculo social? A conduta dela é passível de julgamento?

Sobre a organização dos grupos sistematizada por suas administradoras e/ou moderadoras, são impostas uma série de regras para que a mulher seja escolhida entre as demais integrantes para ser ajudada. Percebe-se que há uma hierarquia pautada sobre uma espécie de comitê de ética entre as responsáveis pelos grupos, em que as mulheres que solicitam ajuda são submetidas estimulando a competitividade entre as participantes. No recorte discurso abaixo, Raquel conta como conheceu o grupo e foi selecionada para ser apoiada, demonstrando os passos a serem dados para a obtenção de ajuda:

*Só que uma pessoa me procurou no PV, não sei quem é essa pessoa, porque depois essa pessoa me procurou e sumiu. Ela disse assim “olha, tal grupo, ele ajuda muito e você nunca vai sofrer humilhação lá”. Ai me deu o nome do grupo, eu procurei lá, pedi “pra” entrar, ai ela explicou. “Faz assim, tu manda a solicitação pra entrada, quando tu entrar, tu vai no PV da administradora e conta tua história”. Foi o que eu fiz. Foi a Amanda (nome fictício). Eu entrei, ai fui lá no PV da Amanda e contei minha história, todinha. Ai na mesma, eu achei que não ia nem ser respondida. Ai, sei lá, me respondeu, passei o WhatsApp, chamei no WhatsApp, passei pelo grupo da triagem, né? Ai viram que era a real minha história, porque fiz chamada de vídeo, mostrei minha casa, mostrei tudo. Só que não tem nada pra esconder, a gente mostra o que tem. Ai pronto, na mesma semana eu já comecei a receber os abraços. Ai foi que eu consegui me reerguer. Foi muito bom. Ai até hoje eu tô lá, né? (**Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto**).*

Madalena, moderadora do grupo Rede de Apoio às Mulheres, relata como iniciou suas atividades no grupo e fala sobre as políticas de funcionamento e ‘seleção’ das mulheres apoiadas:

Então eu entrei no grupo com essa característica de dar esse apoio do que “tava” precisando eu tentando mobilizar. E aí, conforme o tempo foi passando, eu fui me engajando mais. Então existiam mulheres em Brasília que precisavam de assistência, e como era eu que morava em Brasília, eu fiquei responsável pela assistência dessas mulheres. Em Brasília, a gente já chegou a ter, ao mesmo tempo, cinco mulheres assistidas. E algumas delas, a gente descobriu que era, por mau-caratismo, a mulher não precisava das ajudas, era golpe mesmo, mas enfim, a gente também vai aprendendo a lidar com isso. Outras resolveram voltar “pra” cidade de origem, outras a gente conseguiu dar um pontapé e elas alavancaram, conseguiram seguir seu rumo. [...] o grupo passou por várias etapas, né? Antes, assim, teve uma etapa em que as mulheres procuravam diretamente um dos integrantes, e aí a gente “tava” vendo que não “tava” dando certo, porque a gente acabava pegando mais pessoas do que os recursos que o grupo tinha. Então, por exemplo, eu “tava” em Brasília, eu atendia uma mulher, essa mulher contava “pra” outra mulher que estava recebendo ajuda, então essa mulher entrava em contato comigo. Então foi por isso que a gente chegou a ter tantas mulheres assistidas. Aí a gente passou por um outro período que foi, então os recursos de Brasília ficam em Brasília para atender as mulheres. Só que acontecia que às vezes São Paulo tinha mais recursos do que Brasília e não tinha tantas mulheres. Então a gente falou o seguinte “vamos fazer o seguinte, vamos centralizar os recursos e a gente continua cada uma agrupando”. Só que aí começou a ter muita mulher e pouco dinheiro. Eu falei assim “não, assim também não está dando certo, a gente precisa de uma seleção”. E aí a gente chegou no modelo em que a gente centralizou tanto os recursos, então todos os recursos que a gente ganhava, a gente ganhava “pro” grupo, a gente começou também a centralizar os pedidos. Então mesmo que eu recebesse um pedido, eu encaminhava para o grupo e o grupo avaliava “pra” saber se existia alguém precisando mais ou menos. E aí a gente chegou à conclusão que no final das contas, às vezes alguém que vendia melhor o peixe passava na frente de outra. Porque se uma pessoa muito objetiva, fala assim, olha eu tenho uma mulher aqui com cinco filhos, o marido foi embora e ainda não recebeu o auxílio Brasil e a gente “tá” precisando de ajuda. Aí a outra fala assim “não, eu estou com uma mãe aqui que tem cinco filhos, o marido foi embora e bateu na mulher...”, se ela dava mais detalhes, ela acabava levando recurso. E óbvio que não é de maldade, mas são coisas que a gente vai aprendendo, que é a capacidade de cada um observar e transformar essas observações em palavras, em discurso. E aí a gente passou “pra” um outro critério. As mulheres, ahn, eu apresentava o caso e era feito uma comissão de pelo menos três mulheres, sem ser a mulher que apresentou o caso, eram três mulheres, que faziam uma entrevista com a assistida. E nessa entrevista tinha que ser pelo Google Meet, pelo celular, “pra” ela mostrar a residência dela, mostrar a dispensa e ela contar com as palavras dela o que “tava” acontecendo. Caímos em golpe? Caímos, porque as mulheres iam “pra” casa de alguém que passava necessidade e filmava como se fosse aquela casa. Então a gente foi passando por critérios também, ah, então a gente vai atender essa mulher que a gente teve a filmagem, tudo bem, passou, ela realmente precisa, mas a primeira entrega dela, a entrega vai ser feita por uma das coordenadoras. Ou se, por exemplo, era uma cidade no interior do Rio Grande do Norte, ninguém morava no interior do Rio Grande do Norte, mas conhecia alguém que morava, a gente pedia “pra” essa pessoa ir lá e conferir se aquela pessoa realmente “tava” precisando de ajuda. E assim foi crescendo o grupo e a estrutura, a gente, teve um momento que a gente pensou em institucionalizar, formar uma ONG, mas é uma estrutura cara, é uma estrutura que a gente não tem condições ainda de arcar, porque, é, cartório, e se a gente tira dinheiro do grupo para institucionalizar o grupo, a gente não consegue ajudar. [...] a gente sendo uma ONG, a gente consegue ajuda com facilidade, então é muito mais fácil, sendo uma ONG, chegar no supermercado e fazer um acordo com ele, olha, sua Xepa, da vez que você jogar fora, você me ligue, eu venho buscar a Xepa “pra” distribuir para as minhas mulheres assistidas, é muito mais fácil você sendo uma ONG. Você sendo pessoa física, você não consegue chegar em grandes seres, você consegue no máximo pegar em quitandeiro, falar assim “escuta, a sua Xepa você tem como me entregar “pra” eu entregar “pra” outra mulher?” Então você acaba reduzindo a sua capacidade de atuação porque você não é institucionalizado. Ao contrapasso, manter uma estrutura de uma ONG é muito caro.

*E exigiria também um compromisso mais efetivo das mulheres, das coordenadoras. [...] E a gente acaba entrando no lar das pessoas, assim, e é muito complicado em alguns momentos a gente falar assim “eu sei que você está passando fome, mas tem uma colega sua passando mais fome do que você”. E é muito complicado, é muito complicado, a gente não consegue repor suficiente. [...] Então, chega uma hora que o grupo fala assim, “não, opa, aqui a gente não consegue, a gente dá a nossa contribuição até aqui”. Aí foram outros critérios que a gente foi adotando, porque a gente começou com ajuda por seis meses. E aí a gente percebeu que algumas mulheres, elas estavam, é muito feia essa palavra, e você, por favor, coloca muitas aspás, mas elas estavam se “acomodando na situação de assistida”. E a gente falou assim, a gente não quer isso, a gente quer ser um grupo que a gente dê apoio para que ela saia daquela situação. Só que tem mulher que não vai sair dessa situação nunca. [...] então mantê-las era um gasto que tirava a oportunidade de outras mulheres também serem assistidas. [...] Não funciona, o governo não funciona, e a gente não pode fazer papel de governo (Madalena – 43 anos, DF, mora sozinha, servidora pública, possui renda salarial fixa, Pós-Graduação, não tem filhos).*

Madalena, fala sobre a limitação de recursos disponíveis e como isso acaba produzindo normas de regulação sobre as mulheres assistidas e como isso acontece. Esse parece ser um ponto necessário para que as administradoras/moderadoras possam realizar seu trabalho no acolhimento as necessidades das mulheres que são ajudadas. De fato, o propósito desses grupos não é o de fazer o que as políticas de governo deveriam, e, se essas práticas governamentais acontecessem de forma mais ampliada e dentro das realidades das mulheres, os grupos poderiam funcionar de outras formas, além de ter outras demandas. O ponto de tensão aqui, refere-se as formas que as mulheres que abordam os grupos são avaliadas para serem passíveis de serem ajudadas. Quais impactos essas burocratizações incidem sobre as subjetividades das mulheres?

Joana, participante do Grupo Deprê Club, relata que criou um grupo no *Facebook* no ano de 2013 e conta sobre a sua experiência e como surgiu dentro do grupo outras iniciativas vinculadas à luta das mulheres no campo político. O que mostra a potência da formação desses grupos aliados à emancipação das mulheres, junto à possibilidade de constituição de outras realidades a partir das ideias que emergem nesses espaços. Logo, pode-se compreender que, mesmo que esses agrupamentos não se intitulem como grupos ou coletivos feministas, atuam de forma a desempenhar um papel transformador na vida das mulheres, no sentido de alinharem-se como estratégia de enfrentamento as adversidades vivenciadas por mulheres brasileiras:

*Eu tive uma experiência de ter criado um grupo de Facebook em 2013, 2014, que acabou virando uma rede de apoio super forte, assim, entre mulheres, e muitas das minhas amigas hoje vieram dessa, desse grupo, dessa experiência, a gente começou a se encontrar, a sair, e enfim, algumas dessas pessoas são amigas que eu vou carregar “pra” o resto da minha vida, assim. [...] a ideia foi criar um grupo de apoio “pra” gente poder conversar, enfim, e acabou tomando uma proporção super grande, assim, eu posteí sobre ele em alguns grupos feministas, e aí realmente, nossa, a minha casa “tava” sempre cheia de gente, a gente se via uma vez por mês, pelo menos, a gente fazia alguma coisa, fazia piquenique, ou fazia uma janta aqui em casa, e tinha sempre, sei lá, 20, 30 pessoas aqui, assim, foi muito legal a experiência, assim, sabe? Eu mudei completamente meu círculo de amigos por causa dessa experiência desse grupo, que até então, meu grupo era de festas, d- dos rolês aqui, e eu acabei me distanciando de tudo isso, e enfim, muito da minha formação política hoje, enquanto pessoa, vem dessa experiência desse grupo, né? [...] Sororidade Virtual. Ele ainda existe, eu posso depois te adicionar lá, se você quiser. [...] . A divulgação era feita, como era mais entre círculos de amigas, e a gente acabava fazendo, tipo, encontrinhos presenciais, acabava ficando mais o pessoal daqui, mas tem gente de outros lugares também, sim. Eventualmente tinha aquilo, tipo “ai, uma amiga minha não tá bem, posso colocá-la no grupo pra, enfim, desabafar e... e se ajudar?” então tinha isso também. [...], mas então, voltando à experiência lá de 2013, 2014, ai, eu não vou eu não sei se o grupo surgiu por causa disso ou se isso surgiu do grupo, tá? Mas mais ou menos na mesma época, teve uma articulação com relação ao fechamento da Secretaria de Políticas Públicas “pra” Mulheres aqui do Rio Grande do Sul. E foi essa articulação desse mesmo grupo de amigas que “tava” ali, enfim, então não foi um coletivo ou uma associação política, mas se juntaram várias forças ali dentro e a gente conseguiu fazer contato com vários coletivos e ter apoio de vários coletivos, tanto no âmbito estadual quanto nacional, várias organizações feministas nacionais também assinaram os documentos junto com a gente e rolou uma mobilização super forte assim “pra” protestar contra o fechamento da secretaria, a gente tava tipo batendo ponto na Assembleia, participando de todas as sessões e, enfim, sendo agredida por deputados, \*risos\*, aquele rolê todo, mas a gente invadiu a Assembleia, foi todo um, foi muito forte assim o movimento, foi meio em cima da hora, então não rolou, foi com uma troca de governo, então, enfim, não se tinha muita coisa que pudesse ser feita naquele momento “pra” impedir o fechamento, mas a articulação foi super forte e essa articulação seguiu, mais alguns anos depois fazendo iniciativa no 8 de Março, rolou uma tentativa de se organizar enquanto um coletivo feminista, isso tudo nasceu dessas articulações vindas de grupos de Facebook. Por mais que o grupo em si não tivesse um caráter político, dali surgiram outras formas de articulação “pra”, “pra” grupos feministas (Joana – 37 anos, RS, mora com o companheiro, programadora, possui renda salarial fixa, Pós-Graduação, não tem filhos).*

Sobre a participação no Grupo Deprê Club, no início da pandemia, Joana conta:

*Tipo, tá todo mundo precisando de ajuda, sabe? Tá todo mundo precisando de... E acho que teve um pouco isso, assim, de todo mundo acabar nos criando redes de apoio, mesmo entre pessoas que talvez não sejam tão próximas. Né, tipo, pessoas com interesses mais diversos e tudo mais, mas é aquilo, tipo “tamo” todo mundo na merda, então a gente tem que servir de apoio uns aos outros, assim”. Então, acho que nesse sentido o grupo foi bem importante, assim, pra dar essa coisa, tipo, “ó, tá todo mundo precisando”, sabe? Tá todo mundo... Acho que só o fato de existir um grupo ali, mesmo que não existam muitas interações, já ajuda a dar essa coisa e saber, tipo, “ah, e alguém ali postou. Se eu não me sentir confortável pra postar ali, eu posso chamar essa pessoa pra conversar, eu posso...”, sabe? É um canal aberto. Tipo, se eu precisar de ajuda, eu sei que tem alguém ali pra me ouvir (Joana – 37 anos, RS, mora com o companheiro, programadora, possui renda salarial fixa, Pós-Graduação, não tem filhos).*

Simultaneamente ao funcionamento discutido acima baseado nas tessituras do sofrimento ético-político enquanto elemento constituinte da subjetividade daqueles que sofrem com as múltiplas formas de desigualdade social e seus efeitos; encontram-se também nos grupos a solidariedade entre as mulheres através do que se pode chamar de políticas da amizade. Podem ser compreendidas como uma forma de resistência aos modos de sistematização social vigentes, alicerçados pelo neoliberalismo.

Para Foucault (2013b; 2014b) a amizade é uma forma de enfrentamento aos processos de normalização constituídos pelo *biopoder*. Nas novas maneiras de governamentalidade acrescidas por uma racionalização de Estado, que busca maximizar as práticas de governo e o desenvolvimento da população, a subjetividade é constituída através de formas de sujeição baseadas em regimes de verdade. Nesse novo modelo de governo, o Estado é “[...] uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora” (FOUCAULT, 2013a, p. 279). Foucault (2013a, p. 281) ressalta:

Não acredito que devemos considerar o “Estado moderno” como uma entidade que tenha se desenvolvido acima dos indivíduos, ignorando o que eles são e até mesmo sua existência, mas, ao contrário, como uma estrutura muito sofisticada na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que essa individualidade fosse moldada em uma nova forma e fosse submetida a um conjunto de modelos muito específicos. De certa forma, podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização.

Desta forma, Foucault (2004b, p. 120) complementa com uma crítica aos novos modelos de organização social:

Vivemos em um mundo relacional consideravelmente empobrecido pelas instituições. A sociedade e as instituições que constituem sua ossatura limitaram a possibilidade de relações, porque um mundo relacional rico seria extremamente complicado de administrar.

Foucault (2013a) acredita que se deve buscar formas de contrapor essa organização social que amplifica a individualidade como estatuto do ser e como centro da constituição do sujeito contemporâneo, descobrindo outras estéticas da existência. Para o autor, a ideia de estética:

[...] não é sinônimo de beleza ou da busca hedonista do gozar a vida; ele remete para um exercício da sensibilidade em relação ao mundo. Essa sensibilidade, ou seja, o deixa-se afetar pelo outro (no sentido de Spinoza), é um dos elementos indispensáveis para a prática reflexiva da liberdade (NARDI; SILVA, 2014, p. 144).

De acordo com ele, nas sociedades atuais, existem diversas formas de luta, e, todas estão relacionadas a algum tipo sujeição atravessado por técnicas de poder, e, portanto, são lutas “[...] contra a submissão da subjetividade [...] contra as formas de dominação e exploração” (FOUCAULT, 2013a, p. 278). A sujeição é trabalhada pelo autor como “[...] a maneira pela qual as pessoas são chamadas ou incitadas a reconhecer suas obrigações morais” (FOUCAULT, 2013a, p. 309). Conforme Foucault (2013a, p. 283):

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos de imaginar e construir o que podemos ser para nos livrarmos desse “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não é de tentar libertar o indivíduo do Estado, nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos de promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos.

Em *História da Sexualidade: o uso dos prazeres* (2014b) e *História da Sexualidade: o cuidado de si* (2014c), Foucault trabalha com a concepção do cuidado de si junto à noção de amizade. Nessas obras, ele apresenta reflexões sobre as práticas afrodisíacas, relações homoeróticas no mundo antigo e a construção da “*philia*” ou amizade por afinidades. Depois, surge no mundo grego-romano, as “*práticas ascéticas*” que abandonam a sensualidade (o prazer sensorial) em favor dos prazeres do espírito: então, práticas como o jejum e a abstinência sexual tomam força e fazem parte do autocontrole, do domínio sobre si mesmo, que ele chama de cuidado de si. Isto ganha forma especialmente com o estoicismo, e, nesse caso a amizade passa a ser considerada apenas a intelectual/ espiritual e não mais a carnal. No caso dos homens, a amizade – *philia*, baseada no contato sexual (que não implicava obrigatoriamente penetração) tinha um valor educativo, de preparação do jovem por um tutor mais velho; assim, o amor entre homens tinha um valor na construção da *polis* e deveria envolver dois cidadãos em condições diferentes: um mais velho e de pleno direito (*erastes*) e outro mais jovem, ainda adolescente (*eromenos*). A relação erótica deveria se encerrar quando o jovem atingisse a maioridade, pois era considerado desonra um cidadão adulto ser objeto de desejo por outro cidadão igualmente adulto; o que tinha que valer agora era a amizade (vínculo de afetividade, respeito, comprometimento com o outro cidadão, que envolvia a participação nos campos de batalha e na política), que os gregos chamavam de *philia* e constituía a base de união e coletividade da cidade.

O cuidado de si surge como práticas de ascese: meditação, oração, jejum, interdição do corpo e purificação da alma. Essas práticas em princípios, surgem quando a ideia de *polis* (união dos homens em uma comunidade política indissociável) entra em decadência e os homens passam a procurar sentido para sua existência na sua individualidade. Assim, o cuidado de si surge inicialmente, voltado mais ao individual que ao coletivo; Foucault vai relacionar este cuidado de si da meditação e das práticas ascéticas no mundo antigo à confissão e à oração, no cristianismo, às sessões de psicanálise no mundo moderno (FOUCAULT, 2014b). Gomes, Ferreri, Lemos (2018, p. 189), definem o cuidado de si como “[...] uma postura ativa (ético-política) do sujeito, caracterizando, assim, uma possibilidade de resistência ao biopoder – comumente atrelado às tecnologias de controle e vigilância dos corpos”. Nardi, Silva (2014, p. 148) compreendem que:

[...] as técnicas de si, [...] não podem ser dissociadas do cuidado de si e podem ser compreendidas como um conjunto de tecnologias e experiências que participam do processo de (auto) constituição e transformação do sujeito; assim, [...] o *ethos* do cuidado transforma-se na atualidade.

De acordo com Nardi, Silva (2014, p. 145): “o analisarmos as técnicas de si na contemporaneidade, veremos como determinadas verdades se associam a um elenco de regras morais que, conjuntamente, sustentam a forma de dominação própria aos nossos tempos”. As formas de enfrentamento as relações de dominação e sujeição se dão junto a movimentos de resistência que implicam “[...] um trabalho de si sobre si (não no sentido de uma interioridade, mas em relação à aquilo que nos é proposto no campo social como molde identitário), mais que de uma luta contra uma disciplina especializada [...]” (NARDI; SILVA, 2014, p. 152).

Cardoso Jr, Naldinho (2009) trabalham com a ideia de amizade nas obras de Foucault e acentuam que para o autor, a amizade se caracteriza como um processo social desenvolvido no interior das relações de afeto que transcendem as práticas sexuais e se direcionam a possibilidade de produção da liberdade. Assim torna-se possível criar a partir da amizade “[...] um modo de vida – uma ética, bem como uma cultura” (CARDOSO JR; NALDINHO, 2009, p. 48). Desta forma, a amizade constitui-se como um modelo de relação que “[...] que escapa constante dos processos de institucionalização e restrição do tecido relacional impostos pelo biopoder subjetivante” (CARDOSO JR; NALDINHO, 2009, p. 53).

É por meio das políticas da amizade que mulheres constroem formas de cuidar umas das outras, rompendo com a precarização das relações sociais contemporâneas baseadas na noção da individualidade e competição, o que também se mostrou presente nos contatos e nas relações

estabelecidas nos grupos. Meneguel, *et, al* (2000) em estudo realizado em uma Casa de Apoio à Mulheres – Casa de Apoio Viva Maria, situada na cidade de Porto Alegre\RS no ano de 1998, através de uma pesquisa-ação, com a realização de grupos focais, além de visitas domiciliares e análise prontuários, identificaram a criação de relações de cuidado entre às mulheres vitimizadas e a equipe da Casa, a partir da possibilidade de trocas de suas experiências de vida, dentro e fora do abrigo. Evidenciam a recuperação da autoconfiança através das identificações, da empatia e da solidariedade que podem emergir em tais interações e convivências, além da possibilidade de ressignificação de experiências e lembranças – fator importante, visto a tendência ao isolamento de mulheres vítimas de violência e maus tratos; além da produção de cuidados com o corpo físico e mental. Sobre os resultados da pesquisa, Meneguel, *et, al* (2000, p. 755) declaram: “a empatia que elas demonstraram, certamente, tem contribuído para torná-las mais fortes”.

Nos recortes discursivos abaixo, as participantes da pesquisa contam como se sentiram acolhidas nas interações nos grupos (incluindo a entrada e permanência nestes; é importante destacar que nenhuma das mulheres entrevistadas saiu do grupo em que faz parte, por vontade própria), e, como se colocaram disponíveis a ajudar outras mulheres a partir do sentimento de pertencimento ao grupo e do acolhimento exercido, através de práticas dentro de suas possibilidades e realidades. Em alguns casos, a doação de recursos realizada nos grupos, foi o único suporte durante a pandemia, momento em que as dificuldades se intensificaram em suas vidas de forma catastrófica. O apoio emocional diante das relações de amizade e companheirismo que se construíram nesses espaços, também se destacou como forma de suportar as situações de abuso e violência praticadas pelo Estado e também por suas relações íntimas e interpessoais.

*É, ela me mandou um convite e aí eu vi que várias amigas minhas estavam lá. Até amigas assim, até só de rede social, de ser conhecida. Das pessoas que tipo, eu brinco, né? Defendem a mesma causa que eu. Estão todas lá. E aí essa minha amiga que eu conheço há muito tempo, acho que ela me adicionou, me enviou um convite. Mas eu lembro que chegou assim e eu fui participar. Não me lembro quando eu comecei a participar, mas eu acho que foi durante a pandemia que, ah, muitas pessoas tiveram a perda de emprego, né? Então, o grupo nesse sentido, né? Acho que ele foi criado exatamente “pra” ajudar essa ajuda entre as mulheres, principalmente, né? Então, com esse, com esse objetivo assim mesmo, e de poder estar ajudando, né? Que a gente possa ajudar um pouquinho, né? Já, já pode estar fazendo a diferença. Eu não sei se tem homens no grupo, mas é o que a gente pode observar que as mulheres se ajudam ali, né? Uma às outras e são ativas, né? [...] mas sempre quando eu tenho a oportunidade de ajudar, eu, eu gosto de ajudar, eu ajudo na medida do possível e interajo quando eu acho que a minha opinião pode contribuir. É que agora eu tô mais afastada das redes sociais por conta de... da, dessa minha ansiedade, né? Dos picos de ansiedade (Maria – 37 anos, RS, mora com o marido e o filho, auxiliar de cartório e estudante de Nutrição, possui renda salarial fixa, Ensino Superior incompleto, 1 filho).*

*[...] quando eu posso também ajudo, né? Com um pouquinho, mas ajuda, né? É, esses “dia” uma moça pediu 25 reais, eu tinha, eu mandei, daí, eu digo, vou ajudar, né? Já fui ajudada (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa completamente com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

*O único grupo, a única rede de apoio que eu tive foi o grupo RAM, da Bianca (nome fictício). Foi a única rede de apoio que eu tive. Foi essa. [...] É um grupo muito importante, porque além, né? Do, da alimentação, que é o foco, eles também, a gente, tratam meio o psicológico, porque a gente vê as histórias de outras pessoas, que a gente tem um grupo do WhatsApp, e todo dia a gente tá ali fazendo fofoca, brincando, sabe? Se a gente tem algo triste, a gente divide, a outra apoia, sabe? Dá força. Aí é muito bom. Mesmo que o grupo acabe, eu não queria que o WhatsApp acabasse, porque é bom, às vezes uma tá triste, aí vem outra, conto uma piada, sabe? É um apoio muito bom, mulher. Porque, tipo assim, pra mim, uma pessoa, a gente não só alimenta o bucho, né? Tem que alimentar também a cabeça. Lá é muito bom, sério mesmo, a gente ri tanto \*risos\*. Eu me divirto bastante no grupo (Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

## 6.2 A SOLIDÃO DAS MULHERES: ABANDONO DO ESTADO E A COMPLETA RESPONSABILIZAÇÃO DE SI

Durante as entrevistas, algumas participantes contaram sobre situações de completo abandono que vivenciaram e vivenciam ainda hoje em suas vidas. Esse abandono vem de todas as partes, configurando-se como uma prática de exclusão multidimensional. Como essas mulheres vão se sentir seguras para produzir outros caminhos possíveis, diante do isolamento gerado pelas múltiplas situações de abandono e humilhação? Como o abandono reflete na dinâmica emocional dessas mulheres? Como pontuou Paugam (2001) essas condições em que sujeitos desprivilegiados são colocados repetidamente, geram a busca pelo isolamento, minimizando as relações afetivas que podem impactar na visão sobre si e suas práticas.

Representante do feminismo e ativismo das mulheres negras, bell hooks (2010, p. 9) traz reflexões importantes sobre a repressão da expressão das emoções pela população negra e suas implicações na relação consigo, com os outros e com o mundo. Nas palavras da autora:

Onde está o amor, quando uma mulher negra se olha e diz: "Vejo uma pessoa feia, escura demais, gorda demais, medrosa demais - que não merece ser amada, porque nem eu gosto do que vejo" Ou talvez: "Vejo uma pessoa tão ferida, que é pura dor, e não quero nem olhar pra ela porque não sei o que fazer com essa dor."

Como se sentem essas mulheres? Elas conseguem se expressar? Existem espaços para isso? Esses lugares são adequados, no sentido de não (re) produzirem mais violência sobre seus corpos e sua integridade emocional?

Nas histórias contadas, a única opção de apoio e suporte ofertada ao longo da pandemia, parece ser as próprias mulheres, sejam elas mães, filhas, companheiras, colegas, ou, desconhecidas. Nesse sentido, pode-se dialogar com o conceito de *Sororidade*, compreendido como:

[...] um pacto político de gênero entre mulheres que, reconhecendo-se como interlocutoras, são fiéis a si mesmas e às outras mulheres, sem hierarquia. Embora esteja etimologicamente relacionada ao laço afetivo que idealmente deveria haver entre irmãs ou a uma rede de apoio presumivelmente cultivada por freiras nos conventos, a sororidade, numa dimensão ética e política, tornou-se um tema e uma prática do feminismo contemporâneo (FERNANDES, 2021, p. 3).

Vilma Piedade – feminista, intelectual e ativista, apresenta o conceito de *Dororidade*, atentando para as especificidades do sofrimento e das dores vivenciadas pelas mulheres negras. A autora problematiza o conceito de *Sororidade*, uma vez que este, parece não dar conta da luta e do sofrimento das mulheres negras. De acordo com Piedade (2017, p. 16):

A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor - mas, neste caso, especificamente, a dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor.

Em conjunto com as ideias de *Sororidade* e *Dororidade* que denotam a união das mulheres evidenciando suas especificidades, e, portanto, trajetórias singulares a partir de condições de raça, classe, entre outros; Raquel fala sobre o cuidado com o neto para que a filha mais velha possa dar continuidade aos estudos – mulheres cuidando de mulheres:

[...] porque eu e a outra avó, a gente reveza “pra” que a minha filha não falte aula, né? Não precisa desistir dos estudos são eu e as crianças, são cinco crianças aqui (Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).

No recorte discurso abaixo, Raquel fala sobre as adversidades enfrentadas diante do total abandono que sofreu ao longo da pandemia, acolhida pelo Grupo de Apoio às Mulheres:

*Com essa pandemia eu fui abandonada por tudo, porque assim, antes da pandemia eu ainda conseguia a medicação do meu menino na rede pública, né? Fechando leite, fralda, consegui. Mas depois da pandemia não consegui mais nada, não tive apoio nenhum da cidade, do Estado. É, tipo assim, a gente aqui é abandonada pelo governo. A única rede de apoio que eu tive foi a do grupo, que me abraçou. Quando eu cheguei no grupo eu tava numa situação muito complicada, sabe? Seis filhos, minha filha tava grávida, ainda morava comigo. Sem marido, sem apoio, sem nada. Tava passando por uma situação muito complicada. A única rede de apoio que eu tive foi essa, a do grupo RAM. Não tive outra (Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

Em seguida, Raquel conta como prioriza em sua rotina o cuidado com seus filhos em detrimento dos cuidados consigo mesma, demonstrando a desigualdade de responsabilidade que existe entre mulheres e homens. Isso também ocorre entre as próprias mulheres, dependendo de sua situação e condição de vida. Mulheres brancas de classe socioeconômica média\alta, comumente terceirizam a prática do cuidado para mulheres em posição social hierárquica menos favorecida. Biroli (2018, p. 68 - 69) destaca está questão referindo que as mulheres menos privilegiadas acabam:

Cuidando dos filhos de outras mulheres, permitiram que estas se “emancipassem” e tivessem maior autonomia e reconhecimento profissional. Enquanto isso, para elas, a rotina de trabalho, pode ter dificultado o cultivo de laços amorosos e, quando mães, enfrentam o dilema da criação dos próprios filhos em conjunto com o exercício do trabalho remunerado, em condições de precariedade.

*Não, eu, assim, até preciso de alguns acompanhamentos psicológicos, eu acho que “tô” indo .. é, mas no momento eu não tenho nem tempo, né? Devido também aos horários que eu tenho. Tipo, a parte da tarde eu não posso sair, porque a hora da tarde, o de 12 e a de 14, vai “pra” a escola. Aí tem o pequeno de 3, e tem a de 7 anos, que ninguém pode deixar 10 minutos sozinho, porque ela destrói a casa, destrói ela também, né? E a de 9 anos também é super hiperativa. Aí eu evito sair. Quando eu tenho que sair, porque eu tenho que levar “pra” a terapia, eu tenho que sair carregando tudo. Aí eu não tenho nem muito tempo. Aí depois da pandemia, que eu vim procurar acompanhamento “pra” eles, não para mim. [...] É, mas todas as vezes que eu procurei, eu chorava mais do que conversava. Eu chegava na sala e já começava a chorar, desabafo. O choro. Era um escape, sabe?(Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto).*

Raquel expõe a realidade de muitas mulheres mães em situação precarizada. Diante da falta de apoio e suporte – sendo através de pessoas de seu círculo social ou por meio de políticas públicas e sociais, é possível que essas mulheres se coloquem a disposição no mercado de trabalho, diante de suas realidades? É possível manterem-se ativas em serviços de saúde cuidando de si próprias, com seus cotidianos roubados pelo cuidado integral dos filhos e outras responsabilidades? Quem cuidará de seus filhos? Biroli (2018, p. 109) questiona: “quem cuida

das crianças no horário em que não estão na escola? E o que isso implica para as mulheres, para as próprias crianças e para a renda familiar?”, assim, “[...] o período em que as crianças não estão na escola é um problema enfrentado por mulheres, mas de maneiras bem diferentes segundo sua posição socioeconômica”.

Biroli (2018) ressalta que mulheres em situação de vulnerabilidade passam por dilemas sociais, éticos e políticos diante de suas situações de miserabilidade, que envolvem “decisões” sobre a condução de suas vidas. Assim sendo, as mulheres encontram-se em posição de desvantagem no percurso de suas vidas, tendo opções limitadas de circulação e produção de outras formas de subjetividade. De acordo com Biroli (2020, p. 77):

Entre as mulheres cuja vida é marcada pela dedicação ao cuidado de filhos pequenos e de filhos ou parentes com necessidades especiais, por exemplo, pode haver bem mais do que “escolhas” em jogo. Trata-se de decisões nas quais aspectos materiais e simbólicos, alocação de responsabilidades e recursos no âmbito estatal, assim como códigos morais de gênero, se entrelaçam produzindo trajetórias.

A maternidade se configura como uma vulnerabilidade para as mulheres, no sentido de que “[...] é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva das mulheres. A autora propõe uma “[...] ampliação da responsabilidade social pelo cuidado” (Biroli, 2018, p. 90), com o objetivo de tornar as práticas de cuidado mais democráticas e abrir espaço para a produção de modos sociais de cuidado, extinguindo o isolamento e as diversas privações que essa tarefa carrega.

Raquel, Gabriela e Paula ‘dialogam’ sobre os impasses cotidianos emergentes ao assumirem exclusivamente a responsabilidade pelo sustento próprio e dos filhos, além do cuidado, que conseqüentemente, dificulta o ingresso no mercado de trabalho por não terem quem cuide de seus filhos. Assim sendo, a discussão sobre feminização da pobreza torna-se relevante, na medida em que, acaba impulsionando a manutenção da lógica do cuidado historicamente centrada nas mulheres, sem o amparo do Estado, da família e de outros grupos sociais. Nesse sentido, Novellino (2004) no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, fala sobre a origem do conceito de feminização da pobreza, atribuído a situações em que mulheres não possuem auxílio do companheiro diante do abandono, que ocorre também, de outras relações, sejam elas pessoais, interpessoais ou institucionais; tornando-se chefes de família, não por escolha, mas por ser a única opção possível. A autora (Novellino, 2004, p. 5) destaca os seguintes pontos como fatores constituintes da feminização da pobreza, ressaltando a necessidade de políticas públicas específicas para tirar mulheres da situação de pobreza:

[...] (a) há uma tendência das mulheres, por demanda de suas funções reprodutivas, trabalharem em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) há discriminação salarial, isto é, estudos demonstram que, na média os salários dos homens são maiores dos que os das mulheres; (c) há uma concentração de mulheres em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são mais baixos; e (d) há uma maior participação feminina nos mais baixos níveis da economia informal.

*Meio complicada, muito complicada. Tipo assim, quando a pessoa ainda tem uma família que apoie, ou um Estado, o governo que apoie, já vai lá. Mas quando a gente não tem, tipo assim, hoje tem o alimento, graças a Deus, aqui em casa. Mas teve dia de eu acordar, não ter nada. Aí, tipo assim, família eu não tenho, o governo, zero apoio. Como é que eu ia trazer o alimento pra casa se eu no momento não posso trabalhar, não tem emprego, meu interior não tem emprego? Aí, como é que eu ia fazer? Tipo assim, eu ia ficar em desesperada, 6 “criança” numa casa, sem alimentação. Aí, o que eu faço? [...] E se eu não tivesse o grupo, como é que eu ia fazer? Eu não ia ter como. Não tem outro meio pra mim. [...] Muito mais difícil. Muito mais difícil. É uma rede de apoio grande, tipo assim, é minha coluna, sabe? Sem o grupo, eu acho que eu não ia conseguir nem dormir direito. Aí, eu ainda penso assim “se eu precisar, eu vou ter o grupo pra me ajudar, e aí eu consigo dormir, ah, eu tô tranquila, vai dar tudo certo, né? Põe na cabeça, vai dar tudo certo, o grupo vai me ajudar”. E se eu não tivesse, eu não ia conseguir nem dormir. Eu sabia que não tinha a quem socorrer, né? Foi difícil (**Raquel – 37 anos, RN, mora com os filhos, desempregada, Auxílio Brasil como única renda fixa, Ensino Médio incompleto, 6 filhos e 1 neto**).*

*[...] é que eu não estou conseguindo trabalhar, eu estou sem clientes, eu me separei na gravidez da minha última filha e eu ainda estou correndo atrás de pensão. O pai dos meus dois filhos mais velhos é falecido, eu não tive direito a nada e o pai das minhas duas filhas mais novas não ajuda, que é o mesmo pai. Então eu estava passando por um momento difícil, estava precisando de alimentos e uma membra se disponibilizou a me ajudar com alguns alimentos (**Gabriela – 26 anos, SP, mora com os filhos, manicure – autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos**).*

*Eu não consigo trabalhar num salão porque eu não consegui colocar meus filhos todos no mesmo horário na escola. Não consegui colocar eles numa mesma escola, estudam “tudo” em escolas diferentes. Então isso dificulta “pra” que eu vá trabalhar em outro lugar, que eu vá prestar serviços até mesmo “pra” um registrado. Eu não consigo por causa que o gasto com as crianças “pra” locomover eles “pra” escola, “pra” arrumar alguém que olhe, é muito grande. [...] porém, não tem escola em tempo integral, não facilita “pra” a gente trabalhar. Então a gente não vê isso. Eu acho que na nossa parte isso não existe (**Gabriela – 26 anos, SP, mora com os filhos, manicure – autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos**).*

*Teve uma situação que o pai das “criança” tirou a nossa casa e eu tive que me reerguer bem no meio da pandemia. Ahn, daí eu comprei uma casa, e pagando casa, e juntou água, tudo, daí o Boleto (grupo) me ajudou a pagar as “água” atrasada. Foi assim o meu suporte. [...] Teve um dia também que não tinha. Sabe que é chegar em casa e não ter nada “pra” dar “pras” cria? Daí uma moça do boleto mandou uma cesta básica. Daí foi assim que a gente foi indo, se reerguendo, se reerguendo, até voltar tudo ao normal (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementada com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

*[...] eu tive filha nova, casei nova, então tem aquela de “você teve filho porque você quis, você tem que se virar” (Gabriela – 26 anos, SP, mora com os filhos, manicure – autônoma, não possui renda salarial fixa, Ensino Médio completo, 4 filhos).*

Como diz Gabriela, “você tem que se virar”. Essa frase representa a realidade das mulheres participantes dos grupos que foram entrevistadas, dialogando com a forma como mulheres precarizadas conduzem suas vidas, a partir da completa responsabilização de si e seus filhos.

Não importa a circunstância, sempre somos responsabilizadas de forma cruel e individualizante, como se não houvesse outros elementos, que, para além de contribuir para a precarização de nossas vidas, nos adoecem regularmente. Essa responsabilização é mais severa para mulheres menos privilegiadas, que são culpabilizadas por suas condições e ‘escolhas’ em seus percursos de vida.

Para que exista outras maneiras de vivermos nossas vidas, é necessário múltiplas transformações em todo tecido social e cultural, além da produção de pautas de discussão que levem em consideração os diferentes recortes do que e como é ser mulher em sociedade hoje, em lugares públicos e privados.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÓS MULHERES, SOMOS CONSIDERADAS VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO?

A ideia inicial desse trabalho emergiu da minha escuta clínica e da transição pelas redes sociais e outros dispositivos vinculados a meios de comunicação e mídias. Acredito que as tecnologias mediadas por computadores, funcionam como dispositivos de poder capazes de servir para a produção de subjetividades seguras de si – acionando a possibilidade da criação de um discurso do NÓS enquanto coletivo de (*re*) existência, e, também, para assujeitar a um Outro perverso e disciplinador. Nesse sentido, Foucault (2013b) destaca que “as relações de comunicação implicam atividades finalizadas (mesmo que seja apenas a correta operação dos elementos significantes) e induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de informação [...]” (FOUCAULT, 2013b, p. 285), podendo repercutir na sistematização de signos culturais, na esfera individual e coletiva. Desta forma, somos constituintes e constituídos através de signos e significantes elaborados por elementos humanos e não humanos – máquinas e outros artefatos, que transformam a cultura, os nossos modos de vida e a nós mesmos. Portanto, acredito ser função daquele que pesquisa a existência humana e os seus grupos, considerar tais relações, assim como seus efeitos sociais, culturais, éticos e políticos.

A aproximação com essas tecnologias que interpelam a nossa construção e nosso desenvolvimento contínuo enquanto sujeitos atores sociais, iniciou na minha pesquisa de trabalho de conclusão da Graduação em Psicologia no ano de 2015. Naquele momento, trabalhei com revistas impressas e com a metodologia das Representações Sociais. Ao chegar no final do trabalho, decidi que gostaria de continuar pesquisando dentro da área de gênero e sexualidade em interlocução com redes sociais ou *websites* jornalísticos.

Essa também foi uma das opções para esse trabalho, analisar discursivamente os materiais publicados por *websites* brasileiros de informação, sobre as condições vivenciadas por mulheres brasileiras no contexto da pandemia da *Covid – 19*. Entendendo que artefatos culturais produzem redes discursivas que perpassam por todo tecido social e por conseguinte, refletem nas formas de pensar, interpretar e agir sobre fenômenos sociais e relações interpessoais. Os artefatos culturais articulam-se enquanto produtores de saberes que podem interferir – de forma ou de outra, na realidade e na produção da subjetividade, por isso a importância de incluí-los nas agendas de pesquisa.

Entretanto, a decisão por trabalhar com os grupos privados de mulheres na rede social *Facebook*, aconteceu por conta da possibilidade de ter contato direto com elas e escutar as suas realidades vivenciadas a partir de suas próprias vozes. Essas – e outras mulheres, precisam ser

escutadas por diferentes veículos, sejam eles relacionados a ambientes acadêmicos, jornalísticos, midiáticos, políticos, sociais, entre outros. A viabilidade de fala e de sua própria escuta pelo próprio falante, dá a essas mulheres a chance de transformar as suas realidades, a partir da oportunidade de ressignificação de suas experiências contadas, emergindo outras elaborações do pensamento enquanto se pronuncia a própria fala. Nesse sentido, Butler (2021, p. 75) aponta que “a ressignificação do discurso demanda abrir novos contextos, falar de maneiras que nunca haviam sido legitimadas e produzir, por consequência, formas novas e futuras de legitimação”; para que isso aconteça é necessário espaço para pronúncia da fala. Nos recortes discursivos abaixo, Paula e Madalena agradecem no final da entrevista pela oportunidade de falar sobre suas implicações em meio a pandemia junto aos grupos virtuais:

*Só te agradecer por você tá fazendo isso e pesquisando pra mostrar como é que tá sendo as coisas (Paula – 37 anos, RS, mora com os filhos, servente de limpeza, possui renda salarial fixa complementada com faxinas, Ensino Médio completo, 5 filhos).*

*Assim eu quero agradecer a oportunidade. Essa oportunidade de falar fez bem pra mim, então obrigada (Madalena – 43 anos, DF, mora sozinha, servidora pública, possui renda salarial fixa, Pós-graduação, não tem filhos).*

As mulheres escutadas mostraram que, apesar de morarem em lugares diferentes (RS, SP, DF, RN), tendo então suas particularidades na cultura, nas formas de vida, no acesso a recursos e oportunidades, o acontecimento da pandemia foi catastrófico por todas as partes. Desta forma, apesar das medidas executadas por governadores e prefeitos municipais, que em alguns momentos entraram em conflito com as sugestões vindas do Chefe do Executivo, não foram suficientes na medida em que, as proporções geradas pela pandemia em meio a uma miscelânea de posicionamentos e tomadas de decisão, atingiram desastrosamente a população como um todo.

Contudo, mesmo com a generalização de múltiplas repercussões que afetaram negativamente a população, mulheres encontram-se – demasiadamente neste momento da pandemia, em situação de descaso mediante aos governos e instituições. Esse sofrimento ético-político- como coloca Sawaia (2001), vincula-se, para além das questões relacionadas ao capitalismo e à produção de desigualdades sociais, a estruturação do sistema patriarcal que ainda lutamos para destituir. Pateman (1993, p. 16 – 17) cita as bases do sistema patriarcal:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. [...] do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres [...], o contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno.

Em relação ao acesso a serviços públicos durante a pandemia, percebeu-se a decadência na administração de políticas públicas e sociais que seriam ponto central para diminuição de impactos negativos, durante o governo de Jair Bolsonaro. O que fez parte de um projeto de privatizações e enxugamento de políticas públicas e sociais em ascensão desde o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, acoplado à tentativa de destituição da democracia e seus processos no Brasil. O país encontra-se em meio a disputas entre grupos sociais, políticos e ideológicos num contexto de *(re)* construção de modos de vida dignos de serem vividos, recuperação progressiva da soberania do povo brasileiro – com suas múltiplas identidades culturais e seus elementos biopsicossociais.

Isso pode se tornar possível incorporado a retomada processual da democracia, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva (PT) nas Eleições Presidenciais no final de 2022 em meio a guerras declaradas por grupos antidemocráticos, criando assim, possibilidades de transformação de realidades desastrosamente precarizadas. Nesse contexto, Alencastro (2022) ao analisar o cenário político partidário nas eleições presidenciais do ano de 2022, aposta na Chapa Lula-Alckimin, descrevendo que seria uma coligação necessária, no sentido de dar conta das modificações concernentes ao campo político atual. Assim, seria uma “reação à radicalização da direita, que abre espaço para o PT voltar a ocupar espaço no espectro político” (p. 427). Destaca a alavancada das extremas direitas globais, descrevendo a união entre os partidos do PT e PSDB como uma “recomposição partidária das democracias liberais” (p. 413), necessária para o combate de uma nova reeleição da extrema direita à Presidência do país. A chapa é configurada como “[...] um produto das transformações da esquerda e, [...] uma resposta ao dilema da social-democracia no século XXI [...]” (p. 414).

Pode-se entender que a complexidade do contexto político atual junto as transformações sociais emergentes das últimas décadas (como por exemplo, o uso das redes digitais\sociais substancialmente presentes nas discussões políticas, entre outras), intensificaram discussões e o levantamento de pautas políticas, sociais e éticas pela população. As percepções das mulheres

entrevistadas sobre a política brasileira englobam a necessidade de criar espaços mais democráticos para tais discussões. Mas para isso, é necessário que mulheres de diferentes condições tenham a possibilidade de participar destes debates, o que envolve a transformação de múltiplos setores que fazem parte da vida das mulheres. Assim como também, é fundamental o enfrentamento de impasses constituídos nas estruturas do funcionamento e organização dos partidos políticos, em que a militância feminista tenha mais poder de ação. De acordo com Panebianco (2005) a militância tem grande impacto no desenvolvimento e organização de um partido político, porém, este lugar ocupa uma determinada posição em relação ao nível hierárquico do partido, que não condiz efetivamente com a participação direta na tomada de decisões sobre o desenvolvimento e as práticas das pautas fundamentais.

Foi unânime o descontentamento das entrevistadas com o cenário atual. Nas entrevistas, ficou clara a denúncia da inviabilidade dessas políticas – no sentido de serem de difícil acesso – aqui me refiro as mudanças instituídas pelo governo Bolsonaro nas políticas de saúde, educação, trabalho, moradia, entre outras. Ao longo da pandemia houve diferentes iniciativas na tentativa de diminuir os estragos na vida das pessoas, sejam elas da sociedade civil – individuais ou em grupos, esfera pública ou privada, e do Estado, são encontrados pontos de tensionamento entre a prática prescrita e a prática real. Essas adversidades podem estar associadas ao próprio processo de desenvolvimento contínuo, de acordo com as metamorfoses sociais envolvendo também disputas políticas. As mulheres mães foram notadamente as mais afetadas pela pandemia. O isolamento social associado ao fechamento de escolas e serviços de saúde – entre outros, tornou a vida dessas mulheres insustentável, do ponto de vista biopsicossocial.

É também por esse motivo que mulheres vem buscando outros meios de alcançar auxílio para a sua sobrevivência e a de seus próximos. Como resultado da minha investigação, entendo que a formação desses grupos é uma das estratégias que mulheres encontraram em meio a essa sociedade que nos escorraça e nos escanteia diante de possibilidades de vivência em condições humanitárias. Ao acompanhar os grupos pela *timeline* do meu perfil pessoal no *Facebook*, percebi uma rede de mulheres dispostas em diferentes grupos produzindo cuidado umas para as outras, possibilitando outras estéticas da existência longe da condição de miserabilidade. O que foi visto ali nesses espaços *online*, foram mulheres buscando alternativas e captação de recursos para tornarem a vida de suas semelhantes, uma vida menos precária, com condições mínimas. De fato, os grupos cumprem com seu objetivo de ajudar as mulheres a sobreviverem, e, também, de desenvolver outras habilidades para conseguirem melhores condições de trabalho e formas de se sustentar por meio de oficinas e levantamento de pautas em reuniões *online*.

Um ponto marcante, refere-se às relações constituídas que transcendem o espaço virtual dos grupos, para a vida particular das participantes. Ao iniciar este trabalho, esperava de alguma forma encontrar o que vi, mulheres apoiando-se umas às outras diante das dificuldades impostas por um sistema social que nos limita, nos cansa e nos adocece. São condições que vão além dos horrores impostos pela pandemia vivenciados por muitas de nós. Inicialmente, a ideia era trabalhar de forma aprofundada os processos subjetivos individuais e constituídos em coletivo surgidos nas dinâmicas dos grupos no contexto da pandemia.

Porém, com o desenvolvimento da pesquisa, está foi tomando novos direcionamentos vinculados aos impactos macrossociais da pandemia na vida das mulheres participantes e os reflexos dos grupos em seus cotidianos, aproximando-se de discussões ético-políticas sobre como se dão a sobrevivência destas mulheres. O constructo teórico da interseccionalidade incorporou-se nessa trajetória ao chegar neste ponto de análise que transita entre elementos micro e macrossociais. Pensa-se que uma das limitações da pesquisa se refere ao fato de não ter sido incluído no questionário disponibilizado para as participantes, a questão sobre como se identificam dentro do espectro de raça\cor de pele. Esse recorte é fundamental para se pensar a temática estudada dentro de uma perspectiva interseccional, o que pode ser implementado em estudos futuros na área. Para além disso, o uso exclusivo da rede social *Facebook* como universo da pesquisa, também entra como um limitador, uma vez que, emergiram outras iniciativas parecidas em outras redes sociais como, por exemplo, *Twitter*. A expansão para outras redes sociais e demais dispositivos de interatividade social, podem ser campos a serem estudados futuramente.

O que chamou a atenção de forma impactante, foram as relações de competitividade e julgamento entre as mulheres. Compreendo esse fenômeno como um reflexo dos modos de vida em ascensão na sociedade em que vivemos hoje, que estimula justamente a individualidade e a disputa por lugares de maior *status*. Portanto, entende-se que essas relações contidas nos grupos se dão por conta das situações de miserabilidade vivenciadas, e, também, pela forma como somos estimuladas a buscar outras possibilidades de vida dentro de uma sociedade capitalista e individualizante – podendo aproximar-se das relações que as participantes vivenciam dentro e fora dos grupos. Esta questão, também apresentou-se nos processos burocráticos na escolha das mulheres para serem ajudadas pelas administradoras\moderadoras dos grupos. Há ainda a histórica competitividade entre mulheres, questão muito bem trabalhada por Naomi Wolf (1992) em seu livro *O mito da beleza*.

Para finalizar, a pergunta disposta no título dessas considerações finais instiga reflexões sobre como nós mulheres somos interpeladas por práticas sociais, políticas e interpessoais que

insistem em nos desmerecer enquanto seres humanos de direitos, e, há uma vida passível de ser vivida. Como cita Carvajal (2020, p. 194):

Não queremos dizer que vamos redistribuir a pobreza em partes iguais, mas pelo contrário, vamos distribuir os frutos do trabalho e das lutas. Este é o ponto de partida para o *viver bem* das mulheres, porque pessoas que somos fazemos parte dos povos e comunidades, temos nossos corpos sexuados e não queremos que isso seja pretexto para nos discriminar e nos oprimir. Queremos para nós também isso do *viver bem*.

Há uma vida em que não precisemos nos colocar em situações e relações de risco para nossa saúde física e mental. Há uma vida em que seja possível nos colocarmos como reais protagonistas de nós mesmas, enquanto seres desejantes. Há uma vida em possamos decidir por nós mesmas, nossos caminhos, práticas e modos de interatividade que escapem à lógica machista, misógina, capitalista e neoliberal. Há uma vida em que existam condições que possibilitem a nossa transição em todas as esferas em que julgemos necessárias e do nosso desejo.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, M. A. B.; GONÇALVES, J. P. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Conhecimento Online**, Novo Hamburgo/ RS, v. 1, nº 9, p. 36-44 jan.-jun./ 2017. Disponível em: < <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/460> > Acesso: 18 abr 2022.
- ALCÂNTARA, L. M. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: revista de arte, mídia e política (PUC-SP)**, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, 2015. Disponível: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474> > Acesso: 14 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. **Política & Sociedade**, Florianópolis/ SC, v. 15, n. 34, p. 315, 22 dez. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n34p315/33271> > Acesso: 14 jun. 2021.
- ALENCASTRO, M. RUPTURA E COALIZÃO: A chapa Lula-Alckmin e a recomposição partidária das democracias liberais. **Novos estudos CEBRAP [online]**, v. 41, n. 2, p. 413-430, abr. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/nec/a/Vm6MP8JN63Vk64K8DkxbNcp/abstract/?lang=pt#>>. Acesso: 15 fev. 2023.
- ALMEIDA, R. Deus acima de todos. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 35 – 51.
- ALONSO, A. A comunidade moral bolsonarista. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 52 – 70.
- ALVES, M. A.; COSTA, M. M. DA. Colaboração entre governos e organizações da sociedade civil em resposta a situações de emergência. **Revista de Administração Pública, [S. L.]**, v. 54, n. 4, p. 923-935, ago. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0034-761220200168> > Acesso em: 26 mar. 2022
- ARAUJO, W. F.; FREITAS, E.; C.; MONTARDO, S. P. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, P. R.; SARAIVA, J. A. (Org.). **Processos culturais e suas manifestações**. Novo Hamburgo/ RS: Editora Feevale, 2012, p. 163-190.
- ARAÚJO, J. L. DE.; OLIVEIRA, K. K. D. DE.; FREITAS, R. J. M. DE. In defense of the Unified Health System in the context of SARS-CoV-2 pandemic. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**, v. 73, n. 2, p. 1 – 6, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/reben/a/y7Oqt8wkqj5pgm3jk64ghtB/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso: 10 dez. 2022.
- ARRUDA, J. P. A fusão dos espaços públicos e privados no novo paradigma comunicacional. **Revista da Associação Portuguesa de Sociologia**, Portugal, n. 11, p. 42-63, ago. 2016. Disponível em: < <https://revista.aps.pt/pt/a-fusao-dos-espacos-publicos-e-privados-no-novo-paradigma-comunicacional/> > Acesso: 17 out 2021.
- \_\_\_\_\_. Imaginários urbanos, coletivos sociotécnicos e vigilância cívica: a vida social em rede e os novos espaços da moralidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 124-143, set. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pci/a/c6H5gqNJcGNNJ3X44n9Gk8w/?lang=pt> > Acesso: 12 jan. 2022.
- ASSANGE, J. *et al.* **Cypherpunk: liberdade e o futuro da internet**. Trad. de Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARROS, M. E. B.; PIMENTEL, E. H. DO C. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre/ RS, v. 2, n. 2, p. 3 – 22, 2012. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/35746/25571> > Acesso: 04 fev. 2022.
- BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 84-94, ago/ 2020. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/31883> > . Acesso: 19 out. 2021.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 12 ed. Trad. de Pedrinho A. Guareschi, Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014, p. 17-36.
- BEVILAQUA, C. B. Sobre a fabricação contextual de pessoas e coisas: as técnicas jurídicas e o estatuto do ser humano após a morte. **Mana**, v. 16, n. 1, p. 7 – 29, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/mana/a/HhgPzBH9PQbOgWPHz6WBzFJ/abstract/?lang=pt#>>. Acesso: 10 fev. 2023.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. A tragédia brasileira. **Boletim Cientistas Sociais e o coronavírus**, n.81. São Paulo, s/p, 2020.
- BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade**. Brasília, DF: Partido Social Liberal, 2018. Disponível em: < [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf) > Acesso: 15 abr. 2022.

- BOURDIEU, J. P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. Campinas/ SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BRANDÃO, R. T. P. Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma arqueologia dos conceitos e o lugar ocupado por Foucault. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá/ AP, v. 5, n.º. 1, p. 33-46, jan.-jun./ 2015. Disponível em: < <http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao> > Acesso: 18 abr. 2022.
- BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. Brasília, 2004. Disponível em: < [https://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2007/politica\\_mulher.pdf](https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf) > Acesso: 10 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Ministério da Secretaria Especial de Política para as Mulheres**. Brasília, 2005. Disponível em: < [https://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2007/politica\\_mulher.pdf](https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf) > Acesso: 04 mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Conselho Nacional de Saúde**. Brasília, 2016. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> > Acesso: 04 abr. 2022.
- \_\_\_\_\_. Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus (2019-nCov). **Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/protocolo-de-manejo-clinico-para-o-novo-coronavirus2019-ncov/> Acesso: 06 jun. 2021.
- BRITO, M. Feminismo e Estado no Brasil: experiências da militância feminista na burocracia estatal. In: MARQUES, D. *et al.*, (Orgs.). **Feminismos em rede**. Porto Alegre/ RS: Zouk, 2019, p. 227-246.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas/ SP, n. 42, p. 249 – 274, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?lang=pt> > Acesso: 12 dez 2021.
- \_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. 1. ed., Trad. de Rogério Bettoni, Belo Horizonte/ MG: Autêntica Editora, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed., Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e políticas nas ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 2. ed., Trad. de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.
- \_\_\_\_\_. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 5 ed. Trad. de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.
- \_\_\_\_\_. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Trad. de Roberta Fabbri Viscardi, São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- CALDEIRA-NETO, O. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado [online]**, v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>>. Acesso em 12 jan. 2022.
- CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade [online]**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/abstract/?lang=pt> > Acesso: 26 abr. 2022.
- CANDAUI, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade [online]**, v. 33, n. 118, p. 235 – 250, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/OL9nWpmbhP8B4QdN8yt5xg/?lang=pt#>. Acesso 12 fev. 2023.
- CARDOSO JR., H. R.; NALDINHO, T. C. A amizade para Foucault: resistências criativas face ao biopoder. **Fractal: Revista de Psicologia [online]**, v. 21, n. 1, p. 43 - 56, jan. 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/fractal/a/TH8vqFDqktxKC7D8NBFL5Kg/?lang=pt#>>. Acesso: 23 fev. 2023.
- CARVAJAT, J. P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 194 – 195, 2020.
- CARVALHO, M. R. M. L.; SIRQUEIRA, M. C. Da internet para as ruas: o ativismo virtual como movimento modificador da participação popular no cenário brasileiro. **Revista Jurídica**, Anápolis/ GO, v. 19, n. 2, p. 162-181, jul./dez, 2019. Disponível em: < <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/4157> > Acesso: 07 jul. 2021.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CÉSAR, M. R. A.; DUARTE, A. M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista [online]**, Curitiba/ PR, v. 00, n. 66, p. 141-155, 2017 Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/er/a/KfwSdvDGNG4q7DQvmg4N9pG/abstract/?lang=pt> > Acesso: 9 mar. 2022.
- CHAMPAGNATTE, D. M. O.; CAVALCANTI, M. A. P. Cibercultura: perspectivas conceituais, abordagens alternativas de comunicação e movimentos sociais. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba/ PR, v. 16, n. 41, p. 312-326, set./dez, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.pucpr.br/estudosdecomunicacao/article/view/22532/21616> > Acesso: 17 jul. 2021.

- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. de Rane Souza, São Paulo: Boitempo, 2021.
- DACIOLO, C. **Plano de nação para a colônia brasileira**. Brasília: Patriota, 2018. Disponível em: < <https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/cabo-daciolo.pdf> > Acesso: 25 fev. 2022.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça, classe**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEVIT, T. V.; VIEIRA CÁ, V. I.; MENDES, J. M. R. A importância da defesa do SUS em tempos de pandemia: a experiência do Rio Grande do Sul. **Rev. Unitins \Humanidades & Inovação**, Palmas\TO, v. 8, n. 35, p. 130 – 142, 2021. Disponível em: < <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5343>>. Acesso: 12 jan. 2023.
- DINIZ, I. G. F.; CALEIRO, M. Web 2.0 e o ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais. **CAMBIASS**, São Luís/ MA, n. 8, p. 41-53, jan./jun, 2011. Disponível em: < <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi2011.1/iara.pdf> > Acesso: 28 jun. 2021.
- DOMINGUES, P. Democracia e autoritarismo: entre o racismo e o antirracismo. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 98 – 115.
- DUARTE, C. R.; SILVA, F. V. A discórdia das canetas: um estudo do *ethos* em páginas de cunho político no Facebook. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre/ RS, v. 53, n. 3, p. 363-373, jul. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/lh/a/LSndVfZVmgKDWqbTMzZtSRx/abstract/?lang=pt> > Acesso: 05 abr. 2022.
- DUNKER, C. I. L. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116 – 135.
- DUTRA, Z. A. P. A primavera das mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Revista Feminismos**, Bahia, v. 6, n. 2, p. 19-31, mai./ ago. 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30292> > Acesso: 23 ago. 2021.
- EMEDIATO, W. Discurso e web: as múltiplas faces do Facebook. **Revista da ABRALIN**, Curitiba/ PR, v. 14, n. 2, p. 171-192, jul./dez. 2015. Disponível em: < <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1262> > Acesso: 28 mar 2022.
- ESTRELA, F. M. *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, Salvador/ BA, v. 25, n. 9, p. 3431 – 3436, ago. 2020. Disponível: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhb/?lang=pt> > Acesso: 13 fev. 2022.
- EYMAEL, J. M. Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil. São Paulo: **Democracia Cristã**, São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/eymael.pdf> > Acesso: 16 abr. 2022.
- FARO, A. et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, p. 1 – 14, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF#>>. Acesso: 20 fev. 2023.
- FERNANDES, E. B. Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. **Cadernos Pagu [versão online]**, v. 63, p. 1 – 10, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kzKGbt3svhfMHF96CNrVSnJ/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso: 23 fev. 2023.
- FONSECA, S. M. M.; PEREIRA, A.; TEIXEIRA, J. G. A. O impacto do ciberativismo no processo de empoderamento: o uso de redes sociais e o exercício da cidadania. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Porto Alegre/ RS, v. 15, n. 41, p. 59-84, out./dez, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.59-84> > Acesso: 01 nov. 2021.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Ditos e escritos, vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-287, 2004a.
- \_\_\_\_\_. O triunfo social do prazer sexual: uma conversa com Michel Foucault. In: MOTTA, M. (Org.). **Ética, sexualidade e política**. Ditos e escritos, vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 119-125, 2004b.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 34. ed., Trad. de Raquel Ramallete, Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 7. ed., Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). 2. ed. Trad. de Maria Ermantina Galvão, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. de Vera Portocarrero Maia, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 273 – 295, 2013a.
- \_\_\_\_\_. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. de Vera Portocarrero Maia, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 296 – 342, 2013b.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, São Paulo: Paz e Terra, 2014b.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; A. Guilhon Albuquerque, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Subjetividade e verdade:** curso no Cóllege de France (1980 – 1981). Trad. de. Rosemary Gosthek Abílio, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 7. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FREITAS, L. S.; GONÇALVES, E. Cruzadas do gênero e gramática neoconservadora: cenários pós-eleições presidenciais de 2018. **Revista Gênero**, Niterói/ RJ, v. 21, n. 2, p. 182-205, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/49988> > Acesso em: 17 nov. 2021.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 12 ed. Trad. de. Pedrinho A. Guareschi, Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014, p. 64-89.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- GOMES, M. M.; FERRERI, M.; LEMOS, F. O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 189 – 195, mai\ 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/fractal/a/HDPxLw3pNsbmmZPLdnx6BRk/?lang=pt#> >. Acesso: 15 fev. 2023.
- GONZALEZ, L. *A categoria político-cultural de amefricanidade.* In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.
- GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001, p. 141 – 156.
- HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados [online]**, Brasília, v. 34, n. 99, p. 25-44, 2020 Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/BWWTW6DL7CsVWYrqcMQYVkB/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 27 abril 2022.
- HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, nº 55, p. 30-41, nov./ 2001. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt> > Acesso: 14 jan. 2022.
- HOOKS, b. *Vivendo de Amor.* Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> . 2010.
- IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, [S.L.], nº 38, 2018. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf) > Acesso: 03 set. 2021.
- INDURSKY, A. C. Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. **Teoria y Crítica de la Psicología [online]**, v. 14, p. 150 – 162, 2020. Disponível em: <https://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/312>. Acesso: 13 fev. 2023.
- JOAQUIM, R. H. V. T. *et al.* Maternidade em tempos de pandemia de Covid-19: o que nos revelam as mães atendidas em um hospital de referência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**, v. 26, e210785, p. 1 – 17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210785> <https://doi.org/10.1590/interface.220381> . ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/interface.210785>.
- JOSÉ PINTO, M. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos.** 2. ed. São Paulo: Hacher Editores, 2002.
- KABAD, J. F. *et al.* A experiência do trabalho voluntário e colaborativo em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, p. 1 – 17, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csp/a/sRFqZ9tRXc3Jnh5xnZYrtcG/?lang=pt> > Acesso: 26 mar. 2022.
- KUNZRU, H. “Você é um *ciborgue*”: um encontro com Donna Haraway. In: SILVA, T. T. (Org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano.** 2 ed., Belo Horizonte/ MG: Autêntica Editora, 2009, p. 17-32.
- LÉVY, P. **O que é o virtual?** 2 ed. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.
- LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre/ RS: Sulina, 2008.
- LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 235- 238, 2019.
- LUCKMANN, F., NARDI, H. C. Um corpo (des)governado: hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica. **Revista Estudos Feministas [online]**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1239-1255, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/S68r3f6bxkBB4R6sgwhfSBq/abstract/?lang=pt> > Acesso: 26 mar. 2022.

- LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 30, p. 296-312, dez. 2016. Disponível em: < <https://revistacomsoc.pt/article/view/820> > Acesso: 06 out. 2021.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Trad. de Freda Indursky. Campinas/ SP, Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e análise do discurso**. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2020.
- MALTA, R. B. *et al.* Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. **Sociedade e Estado [online]**, Campinas/ SP, v. 36, n. 03, p. 843-866, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/se/a/xm8CPhtKpZbpqv3FhcTLMkC/#:~:text=01%2D20%2C%202020.%3A,viol%C3%A2ncias%20produzidas%20pela%20vulnerabilidade%20social%E2%80%9D> > Acesso: 26 mar. 2022.
- MANO, M. K. Fascismo social e pautas feministas: construindo parâmetros para a intensidade da democracia brasileira. In: MARQUES, D. *et al.*, (Orgs.). **Feminismos em rede**, Porto Alegre/ RS: Zouk, 2019, p. 17-30.
- MARQUES, D. Por uma leitura feminista dos estudos legislativos no Brasil. In: MARQUES, D. *et al.*, (Orgs.). **Feminismos em rede**, Porto Alegre/ RS: Zouk, 2019, p. 209-226.
- MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy [online]**, Santa Catarina, v. 40, n. 4, p. 647-668, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?lang=pt#:~:text=Em%20uma%20linha%20intermedi%C3%A1ria%20a,pelo%20menos%20tanto%20quanto%20a> > . Acesso: 27 jan. 2022.
- MELO, F. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas [online]**, Manaus/ AM, v. 28, n. 3, p.1 – 16, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/qzQJqn8gWfBY4Rvdp3dxwDP/?lang=pt> > Acesso: 08 nov. 2021.
- MENEGHEL, S. N. *et al.* Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 3, jul. p. 747 – 757, 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csp/a/sC5RYMryM6G8h5gjNbPcScn/abstract/?lang=pt#> >. Acesso: 20 fev. 2023.
- MIGUEL, L. F. **Dominação e Resistência**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu [online]**, Brasília, 2021, e. 216216. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt> > . Acesso em: 29 mar. 2022.
- MOREIRA, L. E. *et al.* Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte/ MG, v. 32, e020014, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/93BpjQdGtPs9Lxs9SCSWhkr/?lang=pt> > Acesso: 03 dez. 2021.
- MOTTA, R. P. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, L.A.; MOTTA, R. P. (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edpucrs, 2013, p. 9-32.
- MOTTA, R. P.; ABREU, L. A. Apresentação: autoritarismo e cultura política. In: ABREU, L.A.; MOTTA, R. P. (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV:Edpucrs, 2013, p. 7-8.
- NARDI, H., SILVA, R. N. Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, N. M.; HUNING, S. M., FERREIRA, A. A. L. (Orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 143 – 157.
- NARVAZ, M., NARDI, H. C. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza/ CE, v. VII, n. 1, p. 45-70, mar, 2007. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100005) > Acesso: 28 nov. 2021.
- NOVELLINO, M. S. F. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2004.
- OLIVEIRA, F. R.; MAZIERO, R. C.; ARAÚJO, L. S. Um estudo sobre a web 3.0: evolução, conceitos, princípios, benefícios e impactos. **Revista Interface Tecnológica, [S. L.]**, v. 15, n. 2, p. 60-71, 2018. Disponível em: < <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iKSrVuOrUE8J:https://revista.fatectq.edu.br/interfacedecnologica/article/download/492/299+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> > Acesso: 23 jul. 2021.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. Trad. de Denide Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Trad. de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PAUGAM, S. Enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.), **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001, p. 67 – 86.
- PENA, L. P. J. Globalismo: o discurso em política internacional sob a ideologia na nova extrema direita brasileira. **Revista Fronteira**, Belo Horizonte/ MG, v. 18, n. 36, p. 371-386, 2 sem, 2019. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/19677> > Acesso: 12 abr. 2022.
- PIEDEDE, V. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

- PINHEIRO, M. A.; MÉLO, R. S. Diários de confinamento: a emergência do novo na intimidade da relação eu-outro-mundo. **Psicologia & Sociedade [online]**, [S. L.] 2020, v. 32, e020011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/xXTVfH6hVNrp8tB3wbGXjBk/?lang=pt> >. Acesso: 26 mar. 2022.
- PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 149-172, 2001. Disponível em: < [https://www.academia.edu/38908014/Psicologia\\_Pol%C3%ADtica\\_e\\_A%C3%A7%C3%A3o\\_Coletiva\\_Notas\\_e\\_reflex%C3%B5es\\_acerca\\_da\\_compreens%C3%A3o\\_do\\_processo\\_de\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_identit%C3%A1ria\\_do\\_n%C3%B3s](https://www.academia.edu/38908014/Psicologia_Pol%C3%ADtica_e_A%C3%A7%C3%A3o_Coletiva_Notas_e_reflex%C3%B5es_acerca_da_compreens%C3%A3o_do_processo_de_forma%C3%A7%C3%A3o_identit%C3%A1ria_do_n%C3%B3s) > Acesso: 20 set. 2021.
- PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, set/dez, 2018. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003) > Acesso: 08 jan. 2022.
- PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista. Estudos Feministas**, Florianópolis/ SC, v. 19, n. 1, p. 11, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/> > Acesso: 03 mar. 2022.
- RECUERO, R. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- REIS, A. P. *et al.* Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19: implicações para o controle no Brasil. **Saúde em Debate [online]**, [S.L.], v. 44, n. 4, ago. 2020. Disponível em: < [https://www.scielosp.org/article/sdeb/2020.v44nspe4/324-340/pt#:~:text=Entre%20outros%20problemas%20invisibilizados%2C%20registraram,Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis%20\(IST\)](https://www.scielosp.org/article/sdeb/2020.v44nspe4/324-340/pt#:~:text=Entre%20outros%20problemas%20invisibilizados%2C%20registraram,Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis%20(IST)) > Acesso: 03 mar. 2022.
- RODRIGUES, T. M.; BONONE, L. M.; MIELLI, R. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular *fake news*? **Revista Confluências**, Niterói/ RJ, v. 22, n. 3, p. 30-52, mar/ 2021. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/45470> > Acesso: 09 abr. 2022.
- ROSENTHAL, G. Pesquisa social qualitativa e interpretativa. In: ROSENTHAL, G. (Org.). **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. 5 ed. Trad. de. Tomás da Costa. Porto Alegre/ RS: EDIPUCRS, 2014, p. 19-47.
- RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Ed.). **The lesbian and gay studies reader**, New York: Routledge, 1993. p. 03-44. Disponível em: < <https://sites.middlebury.edu/sexandsociety/files/2015/01/Rubin-Thinking-Sex.pdf> > Acesso: 02 fev. 2022.
- SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTOS, M. A.; OLIVEIRA, W. A.; OLIVEIRA-CARDOSO, É. A. Inconfidências de um abril: impacto do isolamento social na comunidade trans e tempo de pandemia de covid-19. **Psicologia & Sociedade [online]**, São Paulo, v. 32, e020018, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VTPmcVsbJjpxGWLsCJzV5DS/?lang=pt#:~:text=Diante%20de%20uma%20crise%20sanit%C3%A1ria,exterm%C3%ADnio%20das%20popula%C3%A7%C3%B5es%20mais%20vulner%C3%A1veis> >. Acesso em: 27 jan. 2022.
- SANTO-JESUS, R. *et al.* Os desafios do governo brasileiro para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 31-55, jul./out, 2020. Disponível em: < [https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng#>](https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/556#:~:text=Os%20resultados%20apontam%20que%20o,)%2C%20a%20Caixa%20Econ%C3%B4mica%20Federal%20( > Acesso: 14 fev. 2022.</p>
<p>SAWAIA, B. Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão\inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.), <b>As artimanhas da exclusão</b>: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001, p. 97 – 118.</p>
<p>SCHMIDT, B. <i>et al.</i> Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). <b>Estudos de Psicologia (Campinas)</b>, v. 37, p. 1 – 13, 2020. Disponível em: < <a href=). Acesso: 20 fev. 2023.
- SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 57., p. 275 – 313, mai/ago, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ycJMLJqQMmZMZMqPSrw9Yqg#>>. Acesso: 14 fev. 2023.
- SENA, E.; GUSMAN, J. M. R. Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento. **Contracampo**, Niterói/RJ, v. 39, n. 1, p. 151-166, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/28438> . Acesso: 15 fev. 2023.
- SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. In: Cultura e trabalho. **Projeto História**, São Paulo, v. 16 jan.-jun./1998. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194> > Acesso: 16 fev. 2022.

- SILVA, J. M. S., *et al.* A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E A SOBRECARGA DA MULHER-MÃE NA PANDEMIA. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114> . Acesso em: 21 fev. 2023.
- SILVA, I. M. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, Bahia, v. 5, n. 16, p. 1478-1488, 29 dez/ 2020. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9227> > Acesso: 14 fev. 2022.
- SILVA, W. M. F.; RUIZ, J. L. S. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300302, 2020. Disponível em [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312020000300301&lng=en&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000300301&lng=en&nrm=iso) . Acesso: 07 de fev. 2023. Epub 04 de setembro de 2020. <<https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300302>>.
- SILVA JUNIOR, M. C.; MELLO NETO, G. A. R. Do Caos ao Mito: a ascensão de um Presidente pela Óptica Psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e230891, p. 1 – 15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/VFrqrj3F7SbmRXztScCDFzc/abstract/?lang=pt#>>. Acesso: 13 fev. 2023.
- VIANA, N. O WikiLeaks e as batalhas digitais de Julian Assange. In: ASSANGE, J. *et al.* **Cypherpunk: liberdade e o futuro da internet**. Trad. de Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9-18.
- VÖLTER, B.; ROSENTHAL, G. Análise de conteúdo – codificação na teoria fundamentada (Grounded Theory) – análises do curso. In: ROSENTHAL, G. (Org.). **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 5 ed. Trad. de. Tomás da Costa. Porto Alegre/ RS: EDIPUCRS, 2014, p. 255-280.
- THOMAZ, T. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: SILVA, T. T. (Org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2 ed., Belo Horizonte/ MG: Autêntica Editora, 2009, p. 7-15.
- QUINALHA, R. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 256 – 273.
- ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. Introdução. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba/PR: Appris, 2014, p. 11 – 13.
- ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba/ PR: Appris, 2018.
- ZANELLO, V. *et al.* Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas [versão online]**, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/zGZmKbD67GCXCyC8mKmwSj/#>>. Acesso: 22 fev. 2023.
- WASSERMAN, C. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In: ABREU, L.A.; MOTTA, R. P. (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV:Edpucrs, 2013, p. 179-207.
- WENDT JR, A. A.; EHRHARDT, F.; SILVA, R. L. Sociedade em rede: caso Cambridge Analytica e a lei nº 13.709/2018 uma análise do seu potencial de proteção aos dados dos usuários. In: **Anais do 5 Congresso Internacional de direito e contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**, Santa Maria/ RS, n. 5, p. 1-16, set/ 2019. Disponível em: < <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/5.17.pdf> > Acesso: 18 nov. 2021.
- WOLF, N. **O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- WOLFF, C. S. *et al.* Pandemia na necroeconomia neoliberal. **Revista Estudos Feministas [online]**. Florianópolis/ SC, v. 28, n. 2, e74311, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/PD7735j6smNpfgdZ6GDhj9F/?lang=pt> > Acesso: 26 mar. 2022.

## **ANEXO 1: PARECER DE APROVAÇÃO CONSUBSTANCIADO DO CEP**

### **DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Grupos privados de mulheres na rede social Facebook no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: estéticas da existência possíveis em meio à guerra

**Pesquisador:** Angelo Brandelli Costa

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 62689422.4.0000.5336

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### **DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.641.164

#### **Apresentação do Projeto:**

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1993439.pdf, de 05/09/2022) e/ou do Projeto Detalhado (projeto12.pdf, de 05/09/2022).

A pandemia da Covid – 19 trouxe inúmeros desafios aos governos e populações que foram afetados por ela. Notadamente, países em desenvolvimento – como o Brasil, sofrem de forma mais intensa por conta das desigualdades sociais que produzem desenfreadamente condições e

subjetivações precarizadas e medidas governamentais que não tomam como prioridade o bem estar social e ações em políticas públicas e sociais – fundamentais em situações de crise. As dificuldades cotidianas experienciadas por grupos sociais considerados historicamente mais vulneráveis, como mulheres, LGBTQIA+, negros, periféricos, desabrigados - entre outros, coexistem anterior ao início da pandemia, mas são maximizadas em situações de crise que geram inevitavelmente, instabilidade em todos os

setores de vida. Neste trabalho, as condições subalternas vivenciadas por mulheres brasileiras no percurso da pandemia são tomadas como fio condutor deste estudo. Os impasses e adversidades impostos pela crise pândemica, potencializaram obstáculos e manobras demandadas de mulheres para subsistência e manutenção de direitos humanos básicos. Neste contexto, mulheres vem movimentando-se individualmente e coletivamente para acolher, escutar, incluir, locomover, dar voz e produzir sustentações para que possam traçar seus caminhos com dignidade e maior possibilidade de emancipação. Na internet a movimentação de grupos em redes sociais promovidos e postos em prática por mulheres é um fenômeno social desde o ano de 2010 no Brasil, quando na tentativa de denunciar situações de abuso e violência, foram construídos fóruns online e outras iniciativas dentro e fora da internet; ampliando as discussões sobre situações vivenciadas por mulheres gerando pontos de tensão entre esfera pública e privada. A partir dessas iniciativas na internet foi possível a expansão de laços de sororidade entre mulheres que a partir de uma política da amizade e solidariedade, unem-se para subverter às amarras do sistema ultraconservador vigente. Grupos privados de mulheres na rede social Facebook constituem o campo desta pesquisa, onde mulheres que fazem parte dos 5 grupos selecionados para este trabalho (Rede de apoio às mulheres, Rede colaborativa para mulheres, Feministagem, Boleto +1 e Deprê Club), serão convidadas a participar de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas possuem como guia, questões relacionadas as trajetórias vivenciadas ao longo da pandemia – levando em conta diferentes interseccionalidades de mulheres de todas as partes do Brasil, como se dá a dinamicidade dos grupos – entrada e permanência nestes; buscando compreender os impactos destes grupos online na vida de mulheres brasileiras no contexto da pandemia da Covid – 19 no país. Além disso, as percepções das mulheres participantes desta pesquisa sobre as medidas e condutas do governo brasileiro durante a pandemia, serão foco de análise para maior entendimento das repercussões e consequências na vida das mulheres; categoria não valorizada pelo governo atual de forma explícita, diante dos pronunciamentos em rede nacional do atual presidente da República. A análise das entrevistas será realizada a partir de operadores teóricos vinculados a 3 fontes de pensamento: interseccionalidade e feminismo interseccional, teorias de gênero e análise do discurso foucaultiana. O feminismo interseccional compreende a inclusão em sua multiplicidade, de mulheres com suas diferenças, particularidades e especificidades na produção de movimentos pelos direitos, pela liberdade em suas complexas nuances e maior emancipação das mulheres na possibilidade real de um mundo mais equânime e (trans) formador. Os atravessamentos e interpelações constituídos a partir da leitura social do gênero – enquanto categoria de

análise, também são fundamentais para a construção de um olhar crítico sobre o tema desta pesquisa, uma vez que, a partir da nomeação social do gênero são implicadas uma série de normatizações e lugares a serem ocupados e desocupados através de movimentos de resistência individuais e coletivos. A análise de discurso baseada em pressupostos teóricos de Michel Foucault complementa minuciosamente o percurso deste trabalho, pela proposta de desnaturalização de discursos hegemônicos associados a populações e categorias mais vulneráveis, a partir da análise das complexas relações de poder instituídas em sociedade.

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo geral: Analisar a dinâmica de interação e dialogicidade entre as participantes dos grupos selecionados para a pesquisa e a própria interação delas com os grupos.

Objetivos específicos:

Compreender possíveis impactos da existência destes grupos na vida das mulheres participantes no contexto da pandemia da Covid- 19 no Brasil, bem como a entrada e permanência das mulheres nos grupos

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

É possível que aconteçam constrangimentos e/ou mal-estar em compartilhar experiências passadas ou presentes sobre a temática da pesquisa. As participantes têm o direito de pedir indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo. Acreditamos que ela seja importante porque pode auxiliar na produção de outros estudos sobre as diferentes condições de mulheres brasileiras em situações de crise e como elas encontram nesses espaços online, formas de acolhimento sobre suas demandas e possibilidades de produção de processos de subjetivação individualmente e em grupos.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Metodologia Proposta:

A pesquisa a ser realizada é de caráter qualitativo, de cunho exploratório e interpretativo. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes dos grupos selecionados para o estudo. As participantes que se dispuserem a realizar as entrevistas, receberão o termo de consentimento livre e esclarecido com os dados da pesquisa. Inicialmente, será divulgado nos 5 grupos selecionados para a pesquisa um convite as mulheres para participar do estudo de forma voluntária.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados e estão adequados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está eticamente adequado. Foram atendidas as pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e a Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa Grupos privados de mulheres na rede social Facebook no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: estéticas da existência possíveis em meio à guerra, proposto pelo pesquisador Angelo Brandelli Costa com número de CAAE 62689422.4.0000.5336.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1993439.pdf	05/09/2022 15:22:44		Aceito
Outros	PENDENCIAS12.pdf	05/09/2022 15:22:32	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	unificado12.pdf	05/09/2022 15:20:28	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	aprovacao12.pdf	05/09/2022 15:19:55	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto12.pdf	05/09/2022 15:19:49	Angelo Brandelli Costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE6666.docx	05/09/2022 15:18:58	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	PENDENCIAS.pdf	29/08/2022 16:30:30	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Declaração de concordância	ca.pdf	29/08/2022 16:30:09	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	29/08/2022 16:29:30	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto2.pdf	29/08/2022 16:29:00	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	LinksLattes.pdf	29/08/2022 11:21:44	Angelo Brandelli Costa	Aceito

Outros	lattespatricia.pdf	29/08/2022 11:20:52	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	resposnavel.doc	29/08/2022 11:15:00	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	cv_53927173645434653.pdf	29/08/2022 11:14:32	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	cartaA.pdf	29/08/2022 11:13:33	Angelo Brandelli Costa	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 14 de  
Setembro de 2022

---

**Assinado por:**

Paulo Vinicius Sporleder de Souza (Coordenador(a))

## **ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação na Pesquisa Grupos Privados de Mulheres na Rede Social *Facebook* no Contexto da Pandemia da *Covid – 19* no Brasil: Estéticas da Existência Possíveis em Meio à Guerra**

Prezada participante,

Nós, Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa e Patrícia Menezes Visentin, responsáveis pela pesquisa intitulada GRUPOS PRIVADOS DE MULHERES NA REDE SOCIAL *FACEBOOK* NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA *COVID – 19* NO BRASIL: ESTÉTICAS DA EXISTÊNCIA POSSÍVEIS EM MEIO À GUERRA, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário nesse estudo.

Esta pesquisa pretende mapear interações e dialogicidades entre mulheres que ocupam espaços em grupos privados na rede social *Facebook*, a fim de compreender os impactos destes espaços *online* em suas vidas, a partir do estudo de um momento de crise como a pandemia da *Covid – 19* no Brasil.

Acreditamos que ela seja importante porque pode auxiliar na produção de outros estudos sobre as diferentes condições de mulheres brasileiras em situações de crise e como elas encontram nesses espaços *online*, formas de acolhimento sobre suas demandas e possibilidades de produção de processos de subjetivação individualmente e em grupos.

Para sua realização será feito o seguinte: você participará de uma entrevista semiestruturada guiada por perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, com duração média de 30 minutos. Inicialmente, será retomada a ideia central da pesquisa com possibilidade de você tirar eventuais dúvidas sobre a pesquisa. Em seguida, será solicitada sua permissão para a gravação da entrevista que será realizada de forma *online*, por meio de dispositivo virtual – *Zoom*, *Google Meet* ou *Skype*, a ser definido conforme sua disponibilidade.

Sua participação constará de participação como voluntária.

É possível que aconteçam constrangimentos e/ou mal-estar em compartilhar experiências passadas ou presentes sobre a temática da pesquisa. Você tem o direito de pedir indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo.

Os benefícios que esperamos do estudo são relacionados a exploração da relação de mulheres brasileiras com grupos privados na rede social *Facebook* em um momento de crise, no caso deste trabalho, a pandemia da *Covid – 19* no Brasil.

É importante esclarecer que, caso você decida não participar, você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão ao voluntariar-se.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informação sobre o estudo, bastando para isso entrar em contato, com o Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa pelo telefone (51) 984054408 a qualquer hora.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Ao assinar e rubricar todas as páginas deste documento, você de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza a utilizar todas as informações coletadas na entrevista a ser realizada. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

**Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos meus dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica.**

---

Assinatura da participante da pesquisa ou de seu representante legal

---

Assinatura de uma testemunha

### **DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE OBTEVE O CONSENTIMENTO**

Na minha opinião e na opinião da participante, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Investigador

---

Nome do Investigador (letras de forma)

**ANEXO 3: QUESTIONÁRIO**

Nome:

Como você gosta de ser chamada:

Idade:

Cidade:

Estado:

Reside sozinha ou com outra (s) pessoa (s):

Ocupação:

Grau de instrução/escolaridade:

Renda/sustento:

Filhos:

#### ANEXO 4: ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA

O objetivo da entrevista é o de compreender através da fala das mulheres entrevistadas como vem sendo suas trajetórias de vida ao longo do percurso da pandemia da *Covid – 19* no Brasil e como se dá a entrada, participação e permanência nos grupos privados de mulheres na rede social *Facebook* selecionados para o estudo. Para tal, pensou-se em uma entrevista semidirigida, tendo como guia do diálogo as seguintes questões:

- Como vem sendo a sua vida a partir do momento em que aconteceu a pandemia da *Covid-19* no Brasil?

- Houve impactos em sua rotina de vida? (positivos e/ou negativos). Quais?

- Houve mudanças em suas interações interpessoais, desenvolvimento de relações, formação e manutenção de vínculos? Quais?

- Se sim, quais foram as formas que você utilizou para lidar com as transformações? Houveram redes de apoio? Quais?

- Como você acha que poderia existir uma maior efetivação no apoio e suporte para as necessidades geradas pela pandemia, levando em conta diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres em nosso país?

- Como você encontrou o grupo (ou os grupos) privados de mulheres na rede social *Facebook*?

- Você participa de outras iniciativas parecidas nas redes sociais? Se sim, quais e como funcionam?

- Como é para você as interações e/ou a participação no (s) grupo (s)?

- Você acha que as interações nesse meio poderiam ser diferentes? Como? Quais?

- Como você acha que seria esse momento da pandemia para você, sem a existência destes grupos?

- Há quanto tempo você participa do (s) grupo (s) e o que a faz permanecer nele (s)?

- Como você compreende a construção de redes de apoio para mulheres no contexto da pandemia da *Covid – 19* no país, fora dos grupos e coletivos nas redes sociais?

- Você identifica a existência e dinâmica do (s) grupo (s) enquanto dispositivo político – como algo que faz parte da luta das mulheres por melhores condições de vida, equidade, liberdade, em relação a vida das mulheres? Como é sua compreensão?

- Como você acha que será o momento pós-pandemia na sua vida e na vida das mulheres? Você acha que ocorrerá modificações? Quais? Que variáveis você acha que irão ter menor e maior repercussão?

- Como você acha que será a sistemática na vida das mulheres para lidar com tais mudanças?

- Como você avalia a atuação do governo atual e de órgãos federais na condução da pandemia da *Covid – 19* no Brasil?

- Você acha que tais instituições poderiam ter utilizado outras estratégias de enfrentamento e acolhimento das necessidades da população, em especial, das mulheres brasileiras? Quais?

- Como você compreende a (s) representação (s) feminina no governo atual?